

FRANCO PIERINI

CATECISMO do CONCÍLIO VATICANO II



EDIÇÕES PAULINAS

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100



-



CATECISMO DO CONCÍLIO VATICANO II



FRANCO PIERINI

CATECISMO
DO CONCILIO
VATICANO II

EDIÇÕES PAULINAS

NIHIL OBSTAT
Sancti Pauli, 20-9-67
P. Joannes Roatta SSP.

IMPRIMATUR
São Paulo, 25-9-67
† **D. Lafayette**
Vig. Geral

PREFACIO

A mais sensacional mensagem que Deus endereçou aos homens de hoje, através da Igreja, está contida nos dezesseis documentos do Concílio Vaticano II.

A assembléia conciliar, fazendo eco à pregação dos Profetas, dos Apóstolos, dos Padres e Doutôres do Oriente e do Ocidente, deu testemunho da fé de toda a Igreja diante do mundo inteiro.

É o "kerigma", isto é, o anúncio solene do Evangelho, que se transmite na História, como mandato divino por excelência.

Já está ao alcance de todos a coleção completa dos documentos conciliares. Agora, porém, é necessário que à fase do "kerigma", suceda a da "Catequese", período de instrução paciente e capilar.

O trabalho que apresentamos, realizado por um padre da Pia Sociedade de São Paulo, pretende contribuir modestamente para êsse escopo. É bom, porém, sublinhar logo que essa obra não pode e não quer absolutamente substituir nem os catecismos já em uso, nem tão pouco a leitura integral dos documentos conciliares com os seus oportunos comentários.

Êste catecismo não é uma espécie de concílio em pilulas. Pelo contrário, êle oferece aos outros catecismos as principais riquezas do Concílio Vaticano II,

na espera que essas sejam assimiladas pela catequese; une aos documentos conciliares um prontuário introdutivo, que pode ser utilíssimo e talvez até necessário.

A estrutura da obra foi inspirada naquela do Catecismo do Concílio de Trento, do Catecismo de S. Pio X e do Catecismo Católico das dioceses alemãs.

Não se trata de catecismo de perguntas e respostas sobre argumentos diversos. Mas para compreendê-lo é necessário levar em consideração o índice sistemático que lhe vem posposto. Aí se encontra a síntese de toda a trama, ressaltando o encadear-se dos fatos, tomados do ponto de vista da história da salvação.

As seiscentas e catorze perguntas parecem idealizadas para uma longa entrevista com o Concílio. Então o Concílio continua respondendo hoje, como já o fez quando em Roma, reunido em torno do túmulo de São Pedro.

A escolha dos trechos obedece às exigências da catequese, mas também leva em consideração os interesses do número mais amplo de fiéis. Por vezes surgiram respostas longas demais para um catecismo. Mas foram exigidas pela busca de fidelidade ao pensamento do Concílio, pela necessidade de ser completo em questões fundamentais e exigidas ainda pelo método sintético-integral na exposição das verdades reveladas, que mesmo partindo de um ponto particular, não perde de vista toda a história da salvação.

O Concílio tratou os vários argumentos de forma monográfica. Isto é, reunindo os tratados bíblicos, dogmáticos, morais e históricos que se convergem em torno de um mesmo tema. Na nossa obra os documentos foram submetidos a inevitáveis escolhas, cortes e mudança de ordem. E' o risco que se corre em todo

o trabalho de reelaboração. Não faltou, porém, esforço para eliminá-lo o mais possível. Primeiro, conservando o texto conciliar nas respostas. Depois, formulando as perguntas de maneira que revelasse o pensamento do Concílio.

Alguém escreveu que “escolher é inventar”. Com relação ao nosso trabalho, foi nosso desejo não ter inventado nada. Apenas quisemos oferecer ao leitor, tão somente o pensamento do Concílio sobre as questões mais importantes e que os homens desejam ver esclarecidas pela Igreja de Cristo.

Franco Pierini

LISTA DOS DOCUMENTOS CONTIDOS NO CATECISMO E EXPLICAÇÃO DAS ABREVIATURAS

Cada abreviatura indica as duas letras iniciais do Documento Conciliar ao qual se refere. O número após a abreviatura indica um dos artigos em que aquele Documento acha-se dividido. Por exemplo: a citação (GS 35) significa "Gaudium et Spes", ou seja, a Constituição sobre a Igreja no mundo contemporâneo, artigo 35.

Eis a lista das abreviaturas com as relativas explicações:

- AA — "Apostolicam Actuositatem" (Decreto sobre o apostolado dos leigos, de 18 de novembro de 1965).
- AG — "Ad Gentes" (Decreto sobre as missões, de 7 de dezembro de 1965).
- CD — "Christus Dominus" (Decreto sobre o munus pastoral dos Bispos, de 28 de outubro de 1965).
- DH — "Dignitatis Humanae" (Declaração sobre a liberdade religiosa, de 7 de dezembro de 1965).
- DV — "Dei Verbum" (Constituição sobre a divina Revelação, de 18 de novembro de 1965).
- GE — "Gravissimum Educationis" (Declaração sobre a educação da juventude, de 28 de outubro de 1965).

- GS — “Gaudium et Spes” (Constituição sôbre a Igreja no mundo contemporâneo, de 7 de dezembro de 1965).
- IM — “Inter Mirifica” (Decreto sôbre os meios de comunicação social, de 4 de dezembro de 1963).
- LG — “Lumen Gentium” (Constituição dogmática sôbre a Igreja, de 21 de novembro de 1964).
- NA — “Nostra aetate” (Declaração sôbre as religiões não cristãs, de 28 de outubro de 1965).
- OE — “Orientalium Ecclesiarum” (Decreto sôbre as Igrejas orientais católicas, de 21 de novembro de 1964).
- OT — “Optatam Totius” (Decreto sôbre a formação sacerdotal, de 28 de outubro de 1965).
- PC — “Perfectae Caritatis” (Decreto sôbre a renovação da vida religiosa, de 28 de outubro de 1965).
- PO — “Presbyterorum Ordinis” (Decreto sôbre o ministério e a vida dos sacerdotes, de 7 de dezembro de 1965).
- SC — “Sacrosanctum Concilium” (Constituição sôbre a Liturgia, de 4 de dezembro de 1963).
- UR — “Unitatis Redintegratio” (Decreto sôbre o Ecumenismo, de 21 de novembro de 1964).
- Lit-Inster. — (Instrução da S. Congregação dos Ritos para a aplicação da Constituição sôbre a Liturgia, de 26 de setembro de 1964).
- Pen. — (Constituição Apostólica de Paulo VI sôbre a penitência, de 17 de fevereiro de 1966).

Além disso foram citados, sem abreviatura, alguns trechos dos seguintes documentos:

- Instrução do S. Ofício (hoje S. Congregação para a Doutrina da Fé) sobre a cremação, de 8 de maio de 1964;
- Concessão sobre o jejum eucarístico, feito oralmente pelo Secretário do Concílio, Mons. Péricles Felici, em nome do Papa, durante a Sessão pública de 21 de novembro de 1964;
- Motu Proprio de Paulo VI “apostolica sollicitudo” sobre o Sínodo dos Bispos, de 15 de setembro de 1965.

Quanto aos outros documentos não contidos no Catecismo, confirmam-se os Apêndices.

INTRODUÇÃO

1. O HOMEM DE HOJE E OS SEUS PROBLEMAS

1. *Em que mundo vivemos?*

A humanidade vive hoje uma fase nova da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a tôda a terra. Provocadas pela inteligência e atividade criadora do homem, elas re incidem sôbre o mesmo homem, sôbre os seus juízos e desejos individuais e coletivos, sôbre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De tal modo que podemos já falar duma verdadeira transformação social e cultural, que se reflete também na vida religiosa.

Como acontece em qualquer crise de crescimento, esta transformação traz consigo não pequenas dificuldades. Assim, o homem, que tão imensamente alarga o próprio poder, nem sempre é capaz de o pôr ao seu serviço. Ao procurar penetrar mais fundo no interior de si mesmo, aparece freqüentemente mais incerto a seu próprio respeito. E, descobrindo gradualmente com maior clareza as leis da vida social, hesita quanto à direção que lhe deve imprimir.

Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico; e, no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda os analfabetos. Nunca os homens tiveram um tão vivo sentido da liberdade como hoje, em que surgem novas formas de servidão social e psicológica. Ao mesmo tempo que o mundo experimenta intensamente a própria unidade e a interdependência mútua dos seus membros na solidariedade necessária, ei-lo gravemente dilacerado por forças antagônicas; persistem ainda, com efeito, agudos conflitos políticos, sociais, econômicos, "raciais" e ideológicos, nem está eliminado o perigo duma guerra que tudo subverta. Aumenta o intercâmbio das idéias; mas as próprias palavras com que se exprimem conceitos da maior importância assumem sentidos muito diferentes segundo as diversas ideologias. Finalmente, procura-se com todo o empenho uma ordem temporal mais perfeita, mas sem que a acompanhe um progresso espiritual proporcionado.

Marcados por circunstâncias tão complexas, muitos dos nossos contemporâneos são incapazes de discernir os valores verdadeiros permanentes e de os harmonizar com os novamente descobertos. Daí que, agitados entre a esperança e a angústia, sentem-se oprimidos pela inquietação, quando se interrogam acêrca da evolução atual dos acontecimentos. Mas esta desafia o homem, força-o até a uma resposta (GS 4).

2. Qual é a situação do homem no mundo contemporâneo?

Os desequilíbrios de que sofre o mundo hodierno estão ligados com aquele desequilíbrio fundamental que se radica no coração do homem. Porque no íntimo do próprio homem muitos elementos se combatem. Enquanto, por uma parte, êle se experimenta, como criatura que é, múltiplamente limitado, por outra sente-se ilimitado nos seus desejos, e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer (cf. Rom. 7, 14 s.). Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão grandes discórdias se originam para a sociedade (GS 10).

3. Quais são os reflexos desta situação na sociedade?

No seio da família, originam-se tensões, quer devido à pressão das condições demográficas, econômicas e sociais, quer pelas dificuldades que surgem entre as diferentes gerações, quer pelo novo tipo de relações sociais entre homens e mulheres.

Grandes discrepâncias surgem entre as raças e os diversos grupos sociais; entre as nações ricas, as sub-desenvolvidas e as pobres; finalmente, entre as instituições internacionais, nascidas do desejo de paz que os povos têm, e a ambição de propagar a própria ideologia ou os egoísmos coletivos existentes nas nações e em outros grupos.

Daqui nascem desconfianças e inimizades mútuas, conflitos e desgraças, das quais o homem é simultaneamente causa e vítima (GS 8).

4. *Como se comportam os homens diante da situação atual?*

Muitos, sem dúvida, que levam uma vida impregnada de materialismo prático, não podem ter uma clara percepção desta situação dramática; ou, oprimidos pela miséria, não lhe podem prestar atenção. Outros pensam encontrar a paz nas diversas interpretações da realidade que lhes são propostas. Alguns só do esforço humano esperam a verdadeira e plena libertação do gênero humano, e estão convencidos que o futuro império do homem sobre a terra satisfará todas as aspirações do seu coração. E não faltam os que, desesperando de poder encontrar um sentido para a vida, louvam a coragem daqueles que, julgando a existência humana vazia de qualquer significado, se esforçam por lhe conferir, por si mesmos, todo o seu valor (GS 10).

2. AS RESPOSTAS DAS RELIGIÕES, DA IGREJA, DO CONCÍLIO

a — A religião

5. *Que esperam os homens da religião?*

Os homens esperam das diversas religiões resposta para os enigmas da condição humana, os quais, hoje como ontem, profundamente preocupam seus corações: que é o homem? qual o sentido e a finalidade da

vida? que é o bem e que é o pecado? donde provém o sofrimento, e para que serve? qual o caminho para alcançar a felicidade verdadeira? que é a morte, o juízo e a retribuição depois da morte? finalmente, que mistério último e inefável envolve a nossa existência, que nêle tem a sua origem e destino? (NA 1).

6. Que é a religião e como se manifesta?

Desde os tempos mais remotos até os nossos dias, encontra-se nos diversos povos certa percepção daquela força oculta presente no curso das coisas e acontecimentos humanos; encontra-se por vêzes até o conhecimento da divindade suprema ou mesmo de Deus Pai. Percepção e conhecimento êsses que penetram as suas vidas de profundo sentido religioso (NA 2).

7. Quais as características que a vida religiosa contemporânea apresenta?

As novas circunstâncias afetam a própria vida religiosa. Por um lado, um sentido crítico mais apurado purifica-a duma concepção mágica do mundo e de certas sobrevivências supersticiosas, e exige cada dia mais uma adesão à fé pessoal e operante; desta maneira, muitos chegam a um mais vivo sentido de Deus. Mas, por outro lado, grandes massas afastam-se praticamente da religião. Ao contrário do que sucedia em tempos passados, negar Deus ou a religião, ou prescindir dêles já não é um fato individual e insólito: hoje, com efeito, isso é muitas vêzes apresentado como exigência do progresso científico ou dum nôvo tipo de humanismo. Em muitas regiões, tudo isto não é apenas afirmado no meio filosófico, mas invade em larga es-

cala a literatura, a arte, a interpretação das ciências do homem e da história e até as próprias leis civis; o que provoca a desorientação de muitos (GS 7).

b — As religiões não cristãs

8. Como se manifesta a exigência religiosa no hinduísmo?

No hinduísmo os homens perscrutam o mistério divino e exprimem-no com a fecundidade inexaurível dos mitos e os esforços da penetração filosófica, buscando a libertação das angústias da nossa condição quer por meio de certas formas de ascetismo, quer pela profunda meditação, quer, finalmente, pelo refúgio amoroso e confiante em Deus (NA 2).

9. Como se manifesta a exigência religiosa no budismo?

No budismo segundo as suas várias formas, reconhece-se a radical insuficiência dêste mundo mutável, e propõe-se o caminho pelo qual os homens, com espírito devoto e confiante, possam, quer alcançar o estado da libertação perfeita, quer atingir, pelos próprios esforços ou ajudados do alto, a suprema iluminação (NA 2).

10. Qual é a condição religiosa dos idólatras?

Nem mesmo dos outros, que buscam ainda nas sombras e em imagens o Deus desconhecido, está lon-

ge êsse mesmo Deus, pois Ele é quem a todos dá a vida e a respiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28), e quem como Salvador quer que todos os homens sejam salvos (cf. 1 Tim 2, 4) (LG 16).

11. *O que procuram as outras religiões do mundo?*

As outras religiões que existem no mundo procuram de vários modos ir ao encontro das inquietações do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas e normas de vida e ritos sagrados (NA 2).

12. *Como a Igreja julga o hinduísmo, o budismo e as outras religiões?*

A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito êsses modos de agir e viver, êsses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, "caminho, verdade e vida" (Jo 14, 6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo tôdas as coisas (cf. 2 Cor. 5, 18-19).

Exorta, por isso, os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes das outras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores sócio-culturais que entre êles se encontram (NA 2).

c — As religiões que apelam por Abraão

13. *Que é a religião muçulmana ou islã?*

A Igreja olha com estima para os muçulmanos. Adoram êles o Deus único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, criador do céu e da terra, que falou aos homens e a cujos decretos, mesmo ocultos, procuram submeter-se de todo o coração, como a Deus se submeteu Abraão, que a fé islâmica de bom grado evoca. Embora sem o reconhecerem como Deus, veneram Jesus como profeta, e honram Maria, sua mãe virginal, à qual por vêzes invocam devotamente. Esperam pelo dia do juízo, no qual Deus remunerará todos os homens, uma vez ressuscitados. Têm, por isso em aprêço a vida moral e prestam culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum (NA 3).

14. *Qual deve ser a relação entre cristianismo e islamismo?*

Se é verdade que, no decurso dos séculos, surgiram entre cristãos e muçulmanos não poucas discórdias e ódios, êste sagrado Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens (NA 3).

15. *Que lugar ocupam os hebreus na história da salvação?*

A Igreja não pode esquecer que foi por meio dêsse povo, com o qual Deus se dignou, na sua inefável mi-

sericórdia, estabelecer a antiga aliança, que ela recebeu a revelação do Antigo Testamento e se alimenta da raiz da oliveira mansa, na qual foram enxertados os ramos de oliveira brava, os gentios (cf. Rom 11, 17-24). Com efeito, a Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou pela cruz os judeus e gentios, de ambos fazendo um só, em si mesmo (cf. Ef 2, 14-16).

Também tem sempre diante dos olhos as palavras do Apóstolo Paulo a respeito dos seus compatriotas: "dêles é a adoção filial, a glória, a aliança, a legislação, o culto e as promessas; dêles os patriarcas, e dêles nasceu, segundo a carne, Cristo" (Rom 9, 4-5), filho da Virgem Maria. Recorda ainda a Igreja que os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, nasceram do povo judaico, bem como muitos daqueles primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o Evangelho de Cristo.

Segundo o testemunho da Sagrada Escritura, Jerusalém não reconheceu o tempo em que foi visitada (cf. Lc 19, 44); e os judeus, em grande parte, não receberam o Evangelho, antes, não poucos se opuseram à sua difusão (cf. Rom 11, 28). No entanto, segundo o Apóstolo, os judeus continuam ainda, por causa dos patriarcas, a ser muito amados de Deus, cujos dons e vocação não conhecem arrependimento (cf. Rom 11, 28-29). Com os profetas e o mesmo Apóstolo, a Igreja espera por aquele dia, só de Deus conhecido, em que todos os povos invocarão a Deus com uma só voz e, "o servirão como um só homem" (Sof 3, 9) (cf. Is 66, 23; Sl 65, 4; Rom 11, 11-32) (NA 4).

16. Que responsabilidade têm os judeus na morte de Jesus Cristo?

Ainda que as autoridades dos judeus e os seus sequazes tivessem urdido a condenação de Cristo à morte (cf. Jo 19, 6), não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na Sua paixão se perpetrrou. E embora a Igreja seja o nôvo Povo de Deus, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura. Procurem todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que fôr que não esteja conforme com a verdade evangélica e o espírito de Cristo (NA 4).

17. Que diz a Igreja das perseguições contra os hebreus?

A Igreja, que reprovava quaisquer perseguições contra quaisquer homens, lembrada do seu comum patrimônio com os judeus, e levada não por razões políticas mas pela caridade religiosa e evangélica, deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de anti-semitismo, seja qual fôr o tempo em que isso sucedeu e seja quem fôr a pessoa que isso promoveu contra os judeus (NA 4).

18. Como os cristãos se devem comportar com os hebreus?

Sendo assim tão grande o patrimônio espiritual comum aos cristãos e aos judeus, êste sagrado Con-

cílio quer fomentar e recomendar entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com o diálogo fraterno! (NA 4).

d — A verdadeira religião

19. *A Religião, ou seja o reconhecimento de um Deus, não é indigno do homem?*

A Igreja defende que o reconhecimento de Deus de modo algum se opõe à dignidade do homem, uma vez que esta dignidade se funda e se realiza no próprio Deus. Com efeito, o homem inteligente e livre, foi constituído em sociedade por Deus Criador; mas é sobretudo chamado a unir-se, como filho, a Deus e a participar na sua felicidade (GS 21).

20. *Deus deu a conhecer a verdadeira Religião?*

O sagrado Concílio professa que o próprio Deus deu a conhecer ao gênero humano o caminho pelo qual, servindo-O, os homens se possam salvar e alcançar a felicidade em Cristo (DH 1).

21. *Que ensina a Igreja Católica a respeito da verdadeira Religião?*

A Igreja acredita que Jesus Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a êstes oferece pelo Espírito Santo a luz e a força para poder correspon-

der à sua altíssima vocação; e que não foi dado aos homens sob o céu outro nome, no qual devam ser salvos. Acredita também que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram no seu Senhor e Mestre. E afirma, além disso, que, subjacentes a todas as transformações, há muitas coisas que não mudam, cujo último fundamento é Cristo, o mesmo ontem, hoje, e para sempre (GS 10).

22. *Quem ignorasse a Religião revelada por Deus, ou o próprio Deus, poderia salvar-se?*

Aquêles que ignoram sem culpa o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, mas buscam a Deus na sinceridade do coração, e se esforçam, sob a ação da graça, por cumprir na vida a sua vontade, conhecida através dos ditames da consciência, também êsses podem alcançar a salvação eterna. Nem a Divina Providência nega os meios necessários para a salvação àqueles que, sem culpa, ainda não chegaram ao conhecimento explícito de Deus, mas procuram com a graça divina viver retamente (LG 16).

23. *Por que se verifica esta disposição da graça divina?*

Já que por todos morreu Cristo e que a vocação última de todos os homens é realmente uma só, a saber a divina, devemos manter que o Espírito Santo a todos dá a possibilidade de se associarem a êste mistério pascal por um modo só de Deus conhecido (GS 22).

PRIMEIRA PARTE

DEUS E A NOSSA SALVAÇÃO

1. A PALAVRA DE DEUS

a — A revelação natural

24. *É verdade que a natureza nos fala de Deus?*

Este sagrado Concílio professa que “Deus, princípio e fim de tôdas as coisas, se pode conhecer com certeza pela luz natural da razão a partir das criaturas” (cf. Rom 1, 20) (DV 6).

b — A revelação sobrenatural

25. *Então, qual o fim da revelação sobrenatural?*

Pela revelação divina quis Deus manifestar e comunicar a Sua pessoa e os decretos eternos da Sua vontade a respeito da salvação dos homens, “para os fazer participar dos bens divinos, que superam absolutamente a capacidade da inteligência humana” (DV 6).

26. *A revelação sobrenatural torna mais clara a voz da natureza?*

Deve atribuir-se a revelação divina que “aquilo que nas coisas divinas não é inacessível à razão hu-

mana, mesmo na presente condição do gênero humano pode ser conhecido por todos com facilidade, firme certeza e sem mistura de êrro (DV 6).

27. Como se desenrola a revelação sobrenatural?

Deus invisível (cf. Col 1, 15; 1 Tim 1, 17), na riqueza do seu amor, fala aos homens como a amigos (cf. Êx 33, 11; Jo 15, 14-15) e conversa com eles (cf. Bar 3, 38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele. Esta economia da revelação faz-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e corroboram a doutrina e as realidades significadas pelas palavras, enquanto as palavras declaram as obras e o mistério nelas contidos (DV 2).

28. No decorrer dos tempos, a quem Deus dirigiu a sua palavra reveladora?

Deus, criando e conservando tôdas as coisas pelo Verbo (cf. Jo 1, 3), oferece aos homens um testemunho perene de Si mesmo na criação (cf. Rom 1, 19-20) e, além disso, decidindo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se, desde o princípio, aos primeiros pais. Depois da sua queda, porém, juntamente com a promessa da redenção, deu-lhes a esperança da salvação (cf. Gên 3, 15) e cuidou continuamente do gênero humano, para dar a vida eterna a todos aqueles que, perseverando na prática das boas obras, procuram a salvação (cf. Rom 2, 6-7). No devido tempo chamou Abraão, para fazer dêle um grande povo (cf. Gên 12, 2), povo que, de-

pois dos Patriarcas, ensinou, por meio de Moisés e dos Profetas, a reconhecer n'Ele o único Deus vivo e verdadeiro, o pai providente e o juiz justo, e a esperar o Salvador prometido; assim preparou Deus através dos tempos o caminho ao Evangelho (DV 3).

29. *Quem complementou a revelação divina?*

Depois de ter falado muitas vêzes e de muitos modos pelos profetas, falou-nos Deus nestes nossos dias, que são os últimos, através de Seu Filho (Hbr 1, 1-2). Com efeito, enviou o Seu Filho, isto é, o Verbo eterno, que ilumina todos os homens, para habitar entre os homens e explicar-lhes a vida íntima de Deus (cf. Jo 1, 1-18). Jesus Cristo, portanto, Verbo feito carne, enviado "como homem para os homens", "fala as palavras de Deus" (Jo 3, 34) e consuma a obra de salvação que o Pai lhe mandou que realizasse (cf. Jo 5, 36; 17, 4). Por isso, Ele, (quem o vê, vê também o Pai), (cf. Jo 14, 9), com a presença e manifestação de tôda a sua pessoa, com palavras e obras, sinais e milagres, e sobretudo com a morte e a gloriosa ressurreição, enfim, com a missão do Espírito de verdade, realiza e completa a revelação, e confirma-a com o testemunho divino, a saber, que Deus está conosco para nos libertar das trevas do pecado e da morte e para nos ressuscitar para a vida eterna (DV 4).

c — A transmissão da revelação sobrenatural

30. *Foi transmitida também a nós a revelação divina?*

Deus dispôs amorosamente que permanecesse íntegro e fôsse transmitido a tôdas as gerações tudo quanto tinha revelado para salvação de todos os povos. Por isso, Cristo Senhor, em quem tôda a revelação de Deus onipotente se consuma (cf. 2 Cor 1, 30; 3, 16; 4, 6), mandou aos Apóstolos que pregassem a todos, comunicando-lhes os dons divinos, como fonte de tôda a verdade salutar e de tôda a disciplina de costumes, o Evangelho prometido antes pelos profetas e por Ele cumprido e promulgado pessoalmente. O que foi realizado com fidelidade, quer pelos Apóstolos que, na sua pregação oral, exemplo e instituições, transmitiram aquilo que ou tinham recebido dos lábios, conversação e obras de Cristo ou tinham aprendido por inspiração do Espírito Santo, quer por aquêles apóstolos e varões apostólicos que, sob a inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a mensagem da salvação (DV 7).

31. *Como se vive na Igreja a palavra de Deus que nos foi transmitida?*

A pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados, devia conservar-se, por uma sucessão contínua, até à consumação dos tempos. Por isso, os Apóstolos, transmitindo o que êles mesmos tinham recebido, advertem os fiéis a

que mantenham as “tradições” que tinham aprendido quer por palavra quer por escrito (cf. Tes 2, 15), e a que lutem pela fé uma vez recebida (cf. Jz 3). Aquilo que foi transmitido pelos Apóstolos, abrange tudo quanto coopera para a vida santa do Povo de Deus e para o aumento da fé, e assim a Igreja, na sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a tôdas as gerações tudo aquilo que ela é, tudo aquilo que ela acredita.

Esta tradição apostólica progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo. Com efeito, progride a percepção tanto das coisas como das palavras transmitidas, quer mercê da reflexão e do estudo dos crentes, que as meditem no seu coração (cf. Lc 2, 19 e 51), quer mercê da íntima inteligência que experimentam das coisas espirituais, quer mercê da pregação daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam um carisma seguro de verdade. Isto é, a Igreja, no decurso dos séculos, caminha continuamente para a plenitude da verdade divina, até que nela se realizem as palavras de Deus (DV 8).

32. Que relação há entre a Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura?

As afirmações dos Santos Padres testemunham a presença vivificadora da Tradição, cujas riquezas são transferidas para a prática e para a vida da Igreja crente e orante. Mediante a mesma Tradição chega ao conhecimento da Igreja o cânon inteiro dos Livros sagrados, e a própria Sagrada Escritura nela se entende mais profundamente e sem cessar se torna operante; e assim, Deus que outrora falou, dialoga sem interrupção com a espôsa do seu amado Filho, e o

Espírito Santo, pelo qual ressoa a voz do Evangelho na Igreja, e pela Igreja, no mundo, introduz os crentes na verdade plena e faz com que a palavra de Cristo nêles habite em tôda a sua riqueza (cf. Col 3, 16) (DV 8).

33. *Tradição e Sagrada Escritura são uma mesma coisa?*

A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura relacionam-se e comunicam estritamente entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmô fim. A Sagrada Escritura é palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito Santo; a Sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, para que, com a luz do Espírito de verdade, a conservem, a exponham e a difundam fielmente na sua pregação; donde acontece que a Igreja não tira a sua certeza a respeito de tôdas as coisas reveladas só da Sagrada Escritura. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual afeto e piedade (DV 9).

34. *Como Deus inspirou os autores sagrados?*

Para escrever os Livros sagrados, Deus escolheu e serviu-se de homens na posse das suas faculdades e capacidades, para que, agindo Ele nêles e por meio dêles, pusessem por escrito como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele quisesse (DV 11).

35. *Por que motivo os Livros sagrados são considerados "Canônicos"?*

A santa Mãe Igreja, por fé apostólica, considera como sagrados e canônicos os livros inteiros tanto do Antigo como do Nôvo Testamento com tôdas as suas partes, porque, escritos por inspiração do Espírito Santo (cf. Jo 20, 31; 2 Tim 3, 16; 2 Pdr 1, 19-21; 3, 15-16), têm Deus por autor e como tais foram confiados à própria Igreja (DV 11).

36. *A Sagrada Escritura contém a palavra de Deus fielmente e sem êrro?*

Como tudo quanto afirmam os autores inspirados ou os hagiógrafos deve ser considerado como afirmado pelo Espírito Santo, por isso mesmo se deve acreditar que os Livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem êrro a verdade que Deus, causa da nossa salvação, quis que fôsse consignada nas sagradas Letras (DV 11).

37. *Quem pode interpretar autênticamente a palavra de Deus?*

O múnus de interpretar autênticamente a palavra de Deus escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo. Êste magistério não está acima da palavra de Deus, mas está ao seu serviço, não ensinando senão o que foi transmitido, enquanto, por mandado divino e com a assistência do Espírito Santo, ouve-a piamente, guarda santamente e expõe fielmente, haurindo dêste único depósito da fé tôdas

as coisas que propõe à fé como divinamente reveladas (DV 10).

38. Em particular, como se interpreta a Sagrada Escritura?

Como, porém, Deus na Sagrada Escritura falou por meio dos homens e à maneira humana, o intérprete da Sagrada Escritura, para saber o que Ele quis comunicar-nos, deve investigar com atenção o que os hagiógrafos realmente quiseram significar e que aprovou a Deus manifestar por meio das suas palavras.

Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem ser tidos também em conta, entre outras coisas, os “gêneros literários”. Com efeito, a verdade é proposta e expressa ora dum modo ora doutro segundo se trata de gêneros históricos, proféticos, poéticos ou outros. Importa, por isso, que o intérprete busque o sentido que o hagiógrafo em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretendeu exprimir e de fato exprimiu com a ajuda dos gêneros literários então usados. Com efeito, para entender retamente o que o autor sagrado quis afirmar, deve entender convenientemente, quer aos modos nativos de sentir, dizer ou narrar em uso nos tempos do hagiógrafo, quer àqueles que costumavam empregar-se nas relações entre os homens de então.

Mas, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com o mesmo Espírito com que foi escrita, não menos atenção se deve dar, na investigação do reto sentido dos textos sagrados, ao conteúdo e à unidade de toda a Escritura, tendo em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé. Cabe aos exegetas, de harmonia com estas regras, trabalhar por

entender e expor mais profundamente o sentido da Escritura, para que, mercê dêste estudo preparatório, se facilite o juízo da Igreja. Com efeito, tudo quanto diz respeito à interpretação da Escritura, está sujeito ao juízo último da Igreja, que goza do divino mandato e do ministério de guardar e interpretar a palavra de Deus (DV 12).

39. *Qual a parte mais excelente da Sagrada Escritura?*

Ninguém ignora que entre tôdas as Escrituras, mesmo do Nôvo Testamento, os Evangelhos têm o primeiro lugar, enquanto são o principal testemunho da vida e doutrina do Verbo Incarnado, nosso Salvador (DV 18)

40. *Em que conta devemos ter a Sagrada Escritura?*

A Igreja teve sempre em grande veneração as divinas Escrituras, como fêz com o próprio corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na sagrada Liturgia, de se alimentar do pão da vida à mesa quer da palavra de Deus, quer do corpo de Cristo, e de o distribuir aos fiéis (DV 21).

41. *E' de se desejar a leitura freqüente da Sagrada Escritura?*

Com a leitura e estudo dos Livros Sagrados, "a palavra de Deus se difunda e seja glorificada" (2 Tes. 3, 1), e o tesouro da revelação, confiado à Igreja, en-

cherá cada vez mais os corações dos homens. Assim, como a vida da Igreja cresce com a assídua frequência do mistério Eucarístico, assim também é lícito esperar um novo impulso da vida espiritual, se fizermos crescer a veneração pela palavra de Deus, que "permanece para sempre" (cf. Is 40, 8; 1 Pd 1, 23-25) (DV 26).

42. A revelação cristã é a última que os homens devem esperar da parte de Deus?

A economia cristã, como nova e definitiva aliança, jamais passará, e não é possível esperar nenhuma outra revelação pública antes da gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo (cf. 1 Tim 6, 14; Tg 2, 13) (DV 4).

43. Por que a Igreja anuncia a todos os homens a Revelação Divina?

A Igreja anuncia a mensagem de salvação àqueles que ainda não crêem, a fim de que todos os homens conheçam o único verdadeiro Deus e o seu enviado, Jesus Cristo, e se convertam de seus caminhos, fazendo penitência (cf. Jo 17, 3; Lc 24, 27; At 2, 38). E aos que crêem tem o dever de pregar constantemente a fé e a penitência, de dispô-los à recepção dos sacramentos, de ensinar-lhes a guardar tudo o que Cristo mandou (cf. Mt 28, 20), de estimulá-los a todas as obras de caridade, piedade e apostolado, através das quais os fiéis cristãos manifestem que não são deste mundo, mais sim a luz do mundo e os glorificadores do Pai diante dos homens (SC 9).

44. *De que forma a Igreja exerce a missão de pregar a palavra de Deus?*

O ministério da palavra é exercido **multiformemente**, segundo as diversas necessidades dos ouvintes e os carismas dos pregadores (PO 4).

45. *Existem relações entre a mensagem de salvação e o modo de pensar e de viver dos homens, nos diferentes tempos e lugares?*

Múltiplos laços existem entre a mensagem da salvação e a cultura humana. Deus, com efeito, revelando-se ao seu povo até à plena manifestação de Si no Filho incarnado, falou segundo a cultura própria de cada época.

Do mesmo modo a Igreja, vivendo no decurso dos tempos em diversos condicionalismos, empregou os recursos das diversas culturas para fazer chegar a tôdas as gentes a mensagem de Cristo, para a explicar, investigar e penetrar mais profundamente e para lhe dar melhor expressão na celebração da liturgia e na vida da multiforme comunidade dos fiéis.

Mas, por outro lado, tendo sido enviada aos homens de todos os tempos e lugares, a Igreja não está exclusiva e indissolúvelmente ligada a nenhuma raça ou nação, a nenhum gênero de vida particular ou a um costume qualquer, antigo ou moderno. Aderindo à própria tradição e, ao mesmo tempo, consciente da sua missão universal, é capaz de entrar em comunicação com as diversas formas de cultura, com o que se enriquecem tanto a própria Igreja como essas várias culturas (GS 58).

2. A CONVERSAO DO HOMEM

a — A fé

46. *Que atitude deve ter o homem diante da palavra de Deus?*

A Deus revelador é devida a "obediência da fé" (Rom 16, 26; cf. Rom 1, 5; 2 Cor 10, 5-6); por ela, o homem todo entrega-se livremente a Deus oferecendo "a Deus revelador o obséquio pleno da inteligência e da vontade" e prestando voluntariamente assentimento à Sua revelação (DV 5).

47. *Como é possível assumir a atitude da fé?*

Para prestar esta fé, é necessário o prévio auxílio da graça divina e o auxílio interior do Espírito Santo, que mova e converta a Deus os corações, abra os olhos da alma, e dê "a todos a suavidade no assentimento e na adesão à verdade" (DV 5).

48. *A fé e a conversão devem ser voluntárias e livres?*

Um dos principais ensinamentos da doutrina católica, contido na palavra de Deus e constantemente pregado pelos santos Padres é aquêle que diz que

o homem deve responder voluntariamente a Deus com a fé, e que, por isso, ninguém deve ser forçado a abraçar a fé contra a vontade. Com efeito, o ato de fé é, por sua própria natureza, voluntário, já que o homem, remido por Cristo Salvador e chamado à adoção filial por Jesus Cristo, não pode aderir a Deus que Se revela a não ser que, atraído pelo Pai, preste ao Senhor o obséquio racional e livre da fé. Concorde, portanto, plenamente com a índole da fé. Que em matéria religiosa se exclua qualquer espécie de coação humana (DH 10).

49. *De que maneira a fé se torna sempre mais profunda?*

Para que a inteligência da revelação seja sempre mais profunda o mesmo Espírito Santo aperfeiçoa sem cessar a fé mediante os seus dons (DV 5).

50. *Quais efeitos a fé produz em nossa vida?*

Só com a luz da fé e a meditação da palavra de Deus pode alguém reconhecer sempre e em toda a parte a Deus no qual “vivemos, nos movemos e existimos” (At 17, 28), procurar em todas as circunstâncias a sua vontade, ver Cristo em todos os homens, quer chegados quer estranhos, julgar retamente do verdadeiro sentido e valor das realidades temporais, em si mesmas e em ordem ao fim do homem (AA 4).

51. *Que nos pede a fé?*

Todos os cristãos professem diante do mundo inteiro a fé em Deus uno e trino, no Filho de Deus in-

carnado, nosso Redentor e Salvador. Por um esforço comum e em estima mútua dêem testemunho da nossa esperança, que não confunde (UR 12).

b — A esperança

52. *O que a esperança cristã significa, especialmente entre os leigos?*

Aquêles que possuem a fé, vivem na esperança da manifestação dos filhos de Deus, lembrados da cruz e da ressurreição do Senhor.

Na peregrinação que é a vida presente, escondidos com Cristo em Deus e libertados da escravidão das riquezas, ao mesmo tempo que tendem para aqueles bens que permanecem eternamente, dedicam-se generosa e inteiramente a dilatar o reino de Deus e a aperfeiçoar e atuar com o espírito cristão a ordem temporal. No meio das adversidades desta vida, encontram força na esperança, sabendo que “os sofrimentos presentes não têm comparação com a glória futura que em nós se manifestará” (Rom 8, 18) (AA 4).

53. *A esperança na vida futura diminui o valor da vida presente?*

Ensina a Igreja que a importância das tarefas terrenas não é diminuída pela esperança escatológica, mas que esta antes reforça com novos motivos a sua execução. Pelo contrário, se faltam o fundamento divino e a esperança da vida eterna, a dignidade humana é gravemente lesada, como tantas vezes se verifica nos nossos dias, e os enigmas da vida e da morte, do peca-

do e da dor, ficam sem solução, o que frequentemente leva os homens ao desespero (GS 21).

c — A conversão

54. *Como deve ser compreendida a conversão à mensagem da salvação, especialmente entre os pagãos?*

Esta conversão há de considerar-se como inicial, mas suficiente para o homem cair na conta de que, arrancado ao pecado, é introduzido no mistério do amor de Deus, que o chama a entabular relações pessoais consigo em Cristo. Pois, sob a ação da graça de Deus, o neo-convertido inicia o caminho espiritual pelo qual, comungando já pela fé no mistério da morte e ressurreição, passa do homem velho ao homem novo que tem em Cristo a sua perfeita realização (cf. Col 3, 5-10; Ef 4, 20-24). Esta passagem, que traz consigo uma renovação progressiva de mentalidade e de costumes, deve manifestar-se e desenvolver-se, com as suas conseqüências sociais, durante o tempo do catecumenato. Porque o Senhor em que acreditamos é sinal de contradição (cf. Lc 2, 34; Mt 10, 34-39), o homem convertido experimenta freqüentemente rupturas e separações, mas também alegrias que Deus concede sem medida (cf. 1 Tess 1, 6) (AG 13).

55. *Qual é o verdadeiro discípulo da palavra de Deus?*

“Deus é caridade e aquele que permanece na caridade permanece em Deus e Deus nêle” (1 Jo 4, 16).

Deus difundiu a sua caridade nos nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi dado (cf. Rom 5, 5); por isso, o dom principal e mais necessário é a caridade, pela qual amamos a Deus sôbre tôdas as coisas e ao próximo por causa d'Ele. Mas, para a caridade crescer e frutificar na alma como boa semente, cada fiel deve ouvir de bom grado a palavra de Deus e cumprir nas obras a sua vontade, deve freqüentemente, com o auxílio da sua graça, aproximar-se dos sacramentos sobretudo da Eucaristia, e tomar parte dos atos de culto; deve aplicar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo e ao serviço dedicado dos seus irmãos, e deve ainda dar-se e entregar-se ao exercício constante de tôdas as virtudes. Porque a caridade, sendo como é o vínculo da perfeição e a plenitude da lei (cf. Col 3, 14; Rom 13, 10), comanda todos os meios de santificação, dá-lhes forma e os conduz perfeição. Daí que seja a caridade, para com Deus e para com o próximo, o sinal do verdadeiro discípulo de Cristo (LG 42).

3. A SALVAÇÃO EM ATO: A OBRA DO PAI

a — O plano da salvação

56. *Que é e como se desenvolve o plano de salvação apresentado pela palavra de Deus?*

Este desígnio brota do "amor fontal", isto é, da caridade de Deus Pai, que sendo o Princípio sem Prin

cípio de quem é gerado o Filho e de quem procede o Espírito Santo pelo Filho, quis derramar e não cessa de derramar ainda a bondade divina, criando-nos livremente pela sua extraordinária e misericordiosa benignidade, e depois chamando-nos gratuitamente a partilhar da sua própria vida e glória (AG 2).

57. Qual é, em particular, a obra de Deus Pai no plano da salvação?

Por decisão inteiramente livre e insondável da sua bondade e sabedoria, o Eterno Pai criou o mundo, decidiu, elevar os homens à participação da sua vida divina, e não os abandonou quando pecaram em Adão, antes lhes proporcionou sempre os auxílios necessários para se salvarem, na perspectiva de Cristo Redentor, "que é a imagem do Deus invisível, o primogênito de todas as criaturas" (Col 1, 15). A todos os eleitos o Pai "designou desde a eternidade, predestinando-os a reproduzirem a imagem de seu Filho a fim de que seja Ele o mais velho de uma multidão de irmãos" (Rom 8, 29). Aos que acreditam em Cristo quis convocá-los na Santa Igreja, a qual, tendo sido prefigurada já desde a origem do mundo e preparada admiravelmente na história do povo de Israel e na antiga Aliança, foi fundada "nos últimos tempos" e manifestada pela efusão do Espírito, e será consumada em glória no fim dos séculos. Então como se lê nos Santos Padres, todos os justos, a começar por Adão, "desde o justo Abel, até ao último eleito", serão finalmente congregados na Igreja universal junto do Pai (IG 2).

b — A criatura humana

58. *Que ensina a Sagrada Escritura a respeito da criação do homem?*

A Sagrada Escritura ensina que o homem foi criado “à imagem de Deus”, capaz de conhecer e amar o seu Criador, e por êste constituído senhor de tôdas as criaturas terrenas, para as dominar e delas se servir, dando glória a Deus. “Que é pois o homem, para que dêle te lembres? ou o filho do homem, para que te preocupes com êle? Fizeste dêle pouco menos que um anjo, coroando-o de glórias e de esplendor. Estabeleceste-o sôbre a obra de tuas mãos, tudo puseste sob os seus pés” (Sl 8, 5-7).

Deus, porém, não criou o homem sòzinho: desde o princípio criou-os “varão e mulher” (Gên 1, 27); e a sua união constitui a primeira forma de comunhão entre pessoas. Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros.

Como também lemos na Sagrada Escritura, Deus viu “tôdas as coisas que fizera, e eram excelentes” (Gên 1, 31) (GS 12).

59. *Qual foi o pecado que privou o homem dos dons de Deus?*

Estabelecido por Deus num estado de santidade, o homem, seduzido pelo Maligno, logo no comêço da sua história abusou da própria liberdade, levantan-

do-se contra Deus e desejando alcançar o seu fim fora d'Ele. Tendo conhecido a Deus, não lhe prestou a glória a Ele devida, mas obscureceu-se o seu coração insensato e serviu à criatura, preferindo-a ao Criador. Isto que a Revelação divina nos dá a conhecer, concorda com os dados da experiência. Quando o homem olha para dentro do próprio coração, descobre-se inclinado também para o mal, e imerso em muitos males, que não podem provir de seu Criador, que é bom. Muitas vezes, recusando reconhecer Deus como seu princípio, perturba também a devida orientação para o fim último e, ao mesmo tempo, tôda a sua ordenação para si mesmo e para os demais homens.

O homem encontra-se, pois, dividido em si mesmo. E assim, tôda a vida humana, quer singular quer coletiva, apresenta-se como uma luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas. Mais: o homem descobre-se incapaz de repelir por si mesmo as arremetidas do inimigo: cada um sente-se como que prêso com cadeias. Mas o Senhor em pessoa veio, para libertar e fortalecer o homem, renovando-o interiormente e lançando fora o príncipe dêste mundo (cf. Jo 12, 31), que o mantinha na servidão do pecado. Porque o pecado diminui o homem, impedindo-o de atingir a sua plena realização.

A sublime vocação e a profunda miséria que os homens em si mesmos experimentam, encontram a sua explicação última à luz desta Revelação (GS 13).

60. *A morte será vencida?*

Enquanto, diante da morte, qualquer imaginação se revela impotente, a Igreja, ensinada pela Revelação divina, afirma que o homem foi criado por Deus para

um fim feliz, para além dos limites da miséria terrena. A fé cristã ensina, além disso, que a morte corporal — de que o homem teria sido isento se não tivesse pecado — será vencida, quando o homem fôr pelo onipotente e misericordioso Salvador restituído à salvação que por sua culpa perdera. Com efeito, Deus chamou e chama o homem a unir-se a Ele com todo o seu ser na perpétua comunhão da incorruptível vida divina. Esta vitória, alcançou-a Cristo ressuscitado, libertando o homem da morte com a própria morte. Portanto, a fé, que se apresenta à reflexão do homem apoiada em sólidos argumentos, dá uma resposta à sua ansiedade acêrca do seu destino futuro; e ao mesmo tempo oferece a possibilidade de comunicar em Cristo com os irmãos queridos que a morte já levou, fazendo esperar que êles alcançaram a verdadeira vida junto de Deus (GS 18).

61. *Qual é, portanto, o lugar do homem no universo?*

O homem, ser uno, composto de corpo e alma, sintetiza em si mesmo, pela sua natureza corporal, os elementos do mundo material, os quais, por meio dêle, atingem a sua máxima elevação e louvam livremente o Criador. Não pode, portanto, desprezar a vida corporal; deve, pelo contrário, considerar o seu corpo como bom e digno de respeito, pois foi criado por Deus e há de ressuscitar no último dia. Todavia, ferido pelo pecado, experimenta as revoltas do corpo. E', pois, a própria dignidade humana que exige que o homem glorifique a Deus no seu corpo, não deixando que êste se escravize às más inclinações do próprio coração.

Não se engana o homem, quando se reconhece por superior às coisas materiais e se considera como algo mais do que simples parcela da natureza ou anônimo elemento da cidade dos homens. Pela sua interioridade, transcende o universo das coisas: tal é o conhecimento profundo que êle alcança quando reentra no seu interior, onde Deus, que perscruta os corações o espera, e onde êle, sob o olhar do Senhor, decide da própria sorte. Ao reconhecer, pois, em si uma alma espiritual e imortal, não se ilude com uma enganosa criação imaginativa, mero resultado de condições físicas e sociais; atinge, pelo contrário, a verdade profunda das coisas (GS 14).

4. A SALVAÇÃO EM ATO: A OBRA DO FILHO

62. Como se desenvolveu a história da salvação por intermédio da segunda Pessoa da Santíssima Trindade?

Veio pois o Filho, enviado pelo Pai, que ainda antes da criação do mundo nos escolheu n'Ele e n'Ele nos destinou à filiação adotiva, porque lhe aprouve instaurar em Cristo tôdas as coisas (cf. Ef 1, 4-5 e 10). E Cristo, para cumprir a vontade do Pai, inaugurou na terra o reino dos céus, cujo mistério nos revelou; e, pela sua obediência, consumou a redenção. A Igreja, reino de Cristo já presente em mistério, cresce visivelmente no mundo pelo poder de Deus. Princípio e incremento significados pelo sangue e pela água que ma-

naram do lado aberto de Jesus Crucificado (cf. Jo 19, 34) e anunciados pelas palavras do Senhor ao falar da sua própria morte na Cruz: "E Eu quando fôr levantado da terra atrairei todos a mim" (Jo 12, 32 grego). Sempre que no altar é celebrado o sacrifício da cruz, no qual Cristo imolado é a nossa Páscoa (1 Cor 5, 7), atua-se a obra da nossa redenção. O sacramento do pão eucarístico representa e realiza a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. 1 Cor 10, 17). Todos os homens são chamados a esta união com Cristo, luz do mundo, do qual procedemos, pelo qual vivemos e para o qual tendemos (LG 3).

63. O Filho de Deus fêz-se verdadeiramente homem como nós?

Cristo foi enviado ao mundo como verdadeiro mediador entre Deus e os homens. Como é Deus, nêle habita corporalmente tôda a plenitude da divindade (Col 2, 9); e sendo o nôvo Adão pela sua natureza humana, é constituído cabeça da humanidade renovada, cheio de graça e de verdade (Jo 1, 14). Assim, o Filho de Deus, pelo caminho duma verdadeira Encarnação, veio para fazer os homens participantes da sua natureza divina e, sendo rico, fêz-se por nós necessitado para que nos tornássemos ricos da sua pobreza (2 Cor 8, 9). O Filho do Homem não veio para que o servissem, mas para ser êle a servir e para dar até a sua vida em redenção por muitos, isto é, por todos (cf. Mc 10, 45). Os santos Padres constantemente proclamam nada ter sido remido que não tivesse sido primeiro assumido por Cristo. Ora êle assumiu por inteiro a natureza humana tal qual ela existe em nós, pobres e miseráveis, rejeitando dela apenas o pecado (cf. Hbr 4, 15; 9, 28) (AG 3).

64. *Que revela o mistério da Encarnação ao homem?*

Na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo incarnado se esclarece verdadeiramente. Adão, o primeiro homem, era efetivamente figura do futuro, isto é, de Cristo Senhor. Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime (GS 22).

65. *Sob quais aspectos pode-se resumir a missão salvadora do Verbo Incarnado?*

Mandou Deus o seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas (cf. Hbr 1, 2), para ser Ele o Mestre, o Rei e o Sacerdote de todos, a Cabeça do Povo Novo e Universal dos filhos de Deus (LG 13).

66. *Cristo está ainda entre nós?*

Cristo está sempre presente em sua Igreja, e especialmente nas ações litúrgicas (LG 7).

67. *Todos tem necessidade de Jesus para salvar-se?*

Por si mesmo e por próprias forças não há ninguém que se liberte do pecado e se eleve acima de si mesmo, ninguém absolutamente que se liberte a si mesmo da sua enfermidade, da sua solidão ou da sua escravidão, mas todos precisam de Cristo como modelo, mestre, libertador, salvador, vivificador (AG 8).

5. A SALVAÇÃO EM ATO: A OBRA DO ESPÍRITO SANTO

68. *Qual é a missão da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade na obra da salvação?*

Consumada a obra que o Pai confiara ao Filho para que Ele a realizasse na terra (cf. Jo 17, 4), no dia de *Pentecostes* foi enviado o Espírito Santo para santificar continuamente a Igreja e assim dar aos crentes acesso até ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cf. Ef 2, 18). Este é o Espírito da vida, a fonte da água que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39); por Ele, o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado, até que um dia ressuscitem em Cristo os seus corpos mortais (cf. Rom 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1 Cor 3, 16; 6, 19): nêles ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gál 4, 6; Rom 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja ao conhecimento da verdade total (Jo 16, 13), unifica-a na comunhão e no ministério, dota-a e dirige-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos, e embeleza-a com os seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1 Cor 12, 4; Gál 5, 22). Faz ainda rejuvenescer a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e leva-a à união consumada com o seu Espôso. Pois o Espírito e a Espôsa dizem ao Senhor Jesus: "Vem!" (cf. Apc 22, 17) (LG 4).

69. *A ação do Espírito Santo iniciou só no dia de Pentecostes?*

Não há dúvidas de que o Espírito Santo já atuava no mundo antes de Cristo ser glorificado. Contudo, foi no dia de Pentecostes, em que desceu sobre os discípulos para ficar para sempre com eles (cf. Jo 14, 16), que a Igreja foi publicamente manifestada diante duma grande multidão, que a difusão do Evangelho entre os gentios por meio da pregação teve o seu início, e que, finalmente, a união dos povos numa catolicidade de fé foi esboçada de antemão na Igreja da nova Aliança, a qual em tôdas as línguas fala e tôdas as línguas entende e abraça na sua caridade, superando assim a dispersão de Babel. Pelo Pentecostes começaram "os atos dos Apóstolos", como pela descida do Espírito Santo sobre Maria fôra concebido Cristo, e como pela descida do mesmo Espírito Santo sobre Cristo, quando orava, fôra o Senhor impelido à obra do seu ministério. O próprio Senhor Jesus, antes de dar livremente a sua vida pelo mundo, de tal maneira dispôs o ministério apostólico e de tal forma prometeu enviar o Espírito Santo, que a ambos associava na tarefa de levar a cabo sempre e em tôda a parte a obra da salvação (AG 4).

6. A SALVAÇÃO EM ATO: A COLABORAÇÃO DE MARIA

70. *Que lugar ocupa Nossa Senhora na história da salvação?*

A Virgem Maria, que na Anunciação do Anjo recebeu o Verbo de Deus no seu coração e no seu corpo, e deu a Vida ao mundo, é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor. Remida de modo mais sublime em atenção aos méritos de seu Filho, e unida a Ele por vínculo estreito e indissolúvel, foi enriquecida com a sublime prerrogativa e dignidade de ser Mãe de Deus Filho, e, portanto, filha predileta do Pai e sacrário do Espírito Santo; com êste dom de graça sem igual, ultrapassa de longe tôdas as outras criaturas celestes e terrestres. Ao mesmo tempo encontra-se unida na estirpe de Adão com todos os homens que devem ser salvos; mais ainda, é “verdadeiramente mãe dos membros de Cristo... porque com o seu amor colaborou para que na Igreja nascessem os fiéis, que são membros daquela Cabeça”. Por esta razão é também saudada como membro supereminente e absolutamente singular da Igreja, e também como seu protótipo e modelo acabado da mesma, na fé, e na caridade; e a Igreja Católica, guiada pelo Espírito Santo, honra-a como mãe amantíssima, dedicando-lhe afeto de piedade filial (LG 53).

71. *De que modo Maria Santíssima cooperou na obra da salvação?*

A Santíssima Virgem, predestinada — desde toda a eternidade, no desígnio da Encarnação do Verbo divino — para Mãe de Deus, foi na terra, por disposição da divina Providência, a Mãe do Redentor divino, mais que ninguém sua companheira generosa, e a humilde escrava do Senhor. Concebendo a Cristo, gerando-o, alimentando-o, apresentando-o no templo ao Pai, sofrendo com seu Filho que morria na cruz, ela cooperou de modo absolutamente singular — pela obediência, pela fé, pela esperança e a caridade ardente — na obra do Salvador para restaurar a vida sobrenatural das almas. Por tudo isto, ela é nossa mãe na ordem da graça (LG 61).

72. *Esta cooperação de Maria ainda continua?*

A maternidade de Maria, na economia da graça, perdura sem cessar, desde o consentimento que ela prestou fielmente na Anunciação e manteve sem vacilar ao pé da cruz, até à consumação final de todos os eleitos. De fato, depois de elevada ao céu, não abandonou esta missão salutar, mas, pela sua múltipla intercessão, continua a obter-nos os dons da salvação eterna. Com seu amor de Mãe, cuida dos irmãos de seu Filho, que ainda peregrinam e se debatem entre perigos e angústias, até que sejam conduzidos à Pátria feliz. Por isso, a Santíssima Virgem é invocada, na Igreja, com os títulos de Advogada, Auxiliadora, Amparo e Medianeira (LG 62).

73. *A maternidade espiritual de Maria não se contradiz com a necessidade que todos nós temos de Cristo como único Mediador?*

A função maternal de Maria para com os homens, de nenhum modo obscurece ou diminui esta mediação única de Cristo, antes mostra qual é a sua eficácia. Na verdade, todo o influxo salutar da Santíssima Virgem em favor dos homens não é imposto por nenhuma necessidade intrínseca, mas sim por livre escolha de Deus, e dimana da superabundância dos méritos de Cristo, funda-se na sua mediação, dela depende absolutamente e dela tira tôda a sua eficácia; e, longe de impedir, fomenta ainda mais o contacto imediato dos fiéis com Cristo (LG 60).

74. *A que glória celeste Nossa Senhora foi elevada por Deus?*

A Virgem Imaculada, que fôra preservada de tôda a mancha da culpa original, terminando o curso da sua vida terrena foi levada à glória celeste em corpo e alma, e exaltada pelo Senhor como Rainha do Universo, para que se parecesse mais com o seu Filho, Senhor dos Senhores (cf. Apc 19, 16) e vencedor do pecado e da morte (LG 59).

75. *Que relação há entre Maria Santíssima e a Igreja?*

A Santíssima Virgem encontra-se também intimamente unida à Igreja, pelo dom e cargo da maternidade divina, que a une com seu Filho Redentor, e ainda pelas suas graças e prerrogativas singulares:

a Mãe de Deus é a figura da Igreja, como já ensinava Santo Ambrósio, quer dizer, na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo. De fato, no mistério da Igreja, a qual também se chama com razão virgem e mãe, à Santíssima Virgem Maria pertence o primeiro lugar, por ser, de modo eminente e singular, exemplo de virgem e de mãe (LG 63).

7. A SALVAÇÃO EM ATO: A IGREJA

a — Que é a Igreja

76. *Em que instituição se encontra a verdadeira religião?*

Acreditamos que a única religião verdadeira se encontra na Igreja católica e apostólica, à qual o Senhor Jesus confiou o encargo de a levar a todos os homens, dizendo aos Apóstolos: “Ide, portanto, e fazei discípulos todos os povos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos prescrevi” (Mt 28, 19-20) (DH 1).

77. *Que significa a Igreja?*

Do mesmo modo que Israel segundo a carne, peregrino no deserto, é já chamado Igreja de Deus também o nôvo Israel do tempo atual, que anda em (2 Esdr 13, 1; cf. Num 20, 4; Dt 23, 1 e seg.), assim

busca da cidade futura e permanente (cf. Hbr 13, 14), se chama Igreja de Cristo (cf. Mt 16, 18), porque Ele a conquistou com seu sangue (cf. At 20, 28), a encheu do seu Espírito e a dotou com meios aptos para uma união visível e social. Deus convocou todos aqueles que em Jesus vêm, com fé, o autor da salvação e o princípio da unidade e da paz, e com eles constituiu a Igreja, a fim de que ela seja, para todos e cada um, o sacramento visível desta unidade salvadora (LG 9).

78. Como foi fundada a Igreja?

O mistério da Santa Igreja manifesta-se logo na fundação da mesma. O Senhor Jesus deu início à sua Igreja com a pregação da boa nova, quer dizer, da vinda do Reino de Deus, prometido havia séculos nas Escrituras: “os tempos estão cumpridos, e o reino de Deus está iminente” (Mc 1, 15; cf. Mt 4, 17). Este reino começa a aparecer claramente aos homens nas palavras, nas obras e na presença de Cristo (LG 5).

79. Qual a origem da Igreja de Cristo?

De Cristo agonizante sobre a cruz nasceu “o admirável sacramento de toda a Igreja” (SC 5).

80. Como a Igreja recebeu a missão de Cristo?

Depois de haver sofrido a morte na cruz pelos homens, Jesus, ressuscitando, apareceu constituído Senhor, Messias e Sacerdote eterno (cf. At 2, 36; Hbr

5, 6; 7, 17-21), e derramou sobre os seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai (cf. At 2, 33). A partir de então a Igreja, enriquecida pelos dons do seu Fundador e observando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e estabelecer em tôdas as gentes o Reino de Cristo e de Deus, e constitui ela própria na terra o germe e o início dêste Reino (LG 5).

81. *Que é, então a Igreja?*

Assim aparece a Igreja inteira como “povo congregado na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG 4).

82. *Quais as características dêste povo de Deus que é a Igreja?*

Êste povo messiânico tem por cabeça Cristo, “o qual foi entregue por causa dos nossos crimes e resuscitou para nossa justificação” (Rom 4, 25), e que, havendo recebido um nome que está acima de todo o nome, reina já gloriosamente nos céus. A sua condição é a da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações habita o Espírito Santo como num templo. Tem por lei o mandamento nôvo, de amar como Cristo nos amou (cf. Jo 13, 34); e tem por fim, o Reino de Deus, começado já na terra pelo próprio Deus mas que deve ser continuamente desenvolvido até ser também por Ele consumado no fim dos tempos, quando Cristo, nossa vida, aparecer (cf. Col 3, 4), e tôda a criação fôr libertada da escravidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus” (Rom 8, 21). Assim, o povo messiânico, ain-

da que não abranja atualmente os homens todos e repetidas vêzes seja mencionado como um pequeno rebanho, é para tôda a humanidade um germe fecundíssimo de unidade, de esperança e de salvação. Constituído por Cristo em ordem à comunhão de vida, de amor e de verdade, é, nas mãos do mesmo Cristo, instrumento da redenção universal, e é enviado ao mundo inteiro como luz do mesmo mundo e sal da terra (cf. Mt 5, 13-16) (LG 9).

83. *Em que sentido o povo de Deus é participante das funções de Cristo Rei e Sacerdote?*

Cristo Senhor, Pontífice tomado de entre os homens (cf. Hbr 5, 1-5), fêz do nôvo povo "um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (cf. Apc 1, 6; cf. 5, 9-10). Pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, os batizados consagram-se para serem edifício espiritual e sacerdócio santo, a fim de, através de tôda a sua atividade cristã, oferecerem sacrificios espirituais e proclamarem as grandezas daquele que das trevas os chamou para a sua luz maravilhosa (cf. 1 Pdr 2, 4-10) (LG 10).

84. *De que maneira o Povo de Deus participa da função profética de Cristo?*

O Povo santo de Deus participa também da missão profética de Cristo: dá testemunho vivo d'Ele, especialmente pela vida de fé e de caridade, e oferece a Deus o sacrifício de louvor, fruto dos lábios que glorificam o seu nome (cf. Hbr 13, 15) (LG 12).

85. *A Igreja é um Sacramento?*

A Igreja é em Cristo como que sacramento ou sinal, e também instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano (LG 1).

86. *Que significa: "A Igreja é o Corpo Místico de Cristo?"*

O Filho de Deus, unindo a si a natureza humana e vencendo a morte com a sua própria Morte e Ressurreição, remiu o homem, transformando-o numa nova criatura (cf. Gál 6, 15; 2 Cor 5, 17). E, pela comunicação do Espírito, constituiu com os seus irmãos, chamados de entre tôdas as gentes, o seu Corpo Místico.

Neste Corpo a vida de Cristo comunica-se aos crentes, que se unem, através dos Sacramentos, de modo íntimo e real, a Cristo que sofreu e foi glorificado (LG 7).

87. *Que função tem Cristo neste Corpo Místico?*

Cristo é a Cabeça dêste Corpo. Ele é a imagem do Deus invisível, e n'Ele foram criadas tôdas as coisas. Ele existe antes de todos, e tudo subsiste n'Ele. Ele é a Cabeça do Corpo que é a Igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, de modo que em tudo Ele tem a primazia (cf. Col 1, 15-18). Com a grandeza do seu poder domina o céu e a terra, e com a sua eminente perfeição e com o seu agir enche todo o Corpo, das riquezas da sua glória (cf. Ef 1, 18-23).

Todos os membros devem conformar-se com Ële, até que nêles se forme Cristo (cf. Gál 4, 19) (LG 7).

88. *Qual a função do Espírito Santo no Corpo Místico de Cristo?*

Para que possamos renovar-nos constantemente n'Ele (cf. Ef 4, 23), (Cristo) repartiu conosco o seu Espírito, o qual, sendo um só e o mesmo na Cabeça e nos membros, vivifica, unifica e dirige de tal modo o corpo inteiro, que a sua função pôde ser comparada pelos Santos Padres àquela que a alma, princípio da vida, exerce no corpo humano (LG 7).

89. *A Igreja como sociedade e a Igreja como Corpo Místico são a mesma coisa?*

Sociedade dotada de órgãos hierárquicos e corpo místico de Cristo, assembléia visível e comunidade espiritual, Igreja terrestre e Igreja já na posse dos bens celestes, não devem considerar-se coisas independentes, mas constituem uma realidade única e complexa, em que se fundem dois elementos, o humano e o divino (LG 8).

90. *Sendo a Igreja humana e divina ao mesmo tempo pode ser comparada a Cristo?*

Por analogia, a Igreja é comparada ao mistério da Encarnação. Pois, assim como a natureza assumida pelo Verbo divino lhe serve de órgão vivo de salvação, a Ële indissolúvelmente unido, de modo semelhante a estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, para fazer progredir o seu corpo místico (cf. Ef 4, 16) (LG 8).

91. *Que significa "Comunhão dos Santos"?*

Até que o Senhor venha na sua Majestade, e todos os anjos com Ele (cf. Mt 25, 31), e até que lhe sejam submetidas, com a destruição da morte, tôdas as coisas (cf. 1 Cor 15, 26-27), alguns dos seus discípulos peregrinam na terra, outros, já passados desta vida, estão se purificando, e outros vivem já glorificados, contemplando "claramente o próprio Deus, uno e trino, tal qual é"; todos, porém, ainda que em grau e de modo diversos, comungamos na mesma caridade para com Deus e para com o próximo, e cantamos o mesmo hino de glória ao nosso Deus. Pois, todos os que são de Cristo, tendo o seu Espírito, formam uma só igreja e n'Ele estão unidos entre si (cf. Ef 4, 16) (LG 49).

92. *A Igreja é, portanto, necessária à salvação?*

Esta Igreja peregrina na terra, é necessária para a salvação. Só Cristo é Mediador e caminho de salvação: ora, Ele torna-se presente no seu Corpo que é a Igreja; e, ao inculcar expressamente a necessidade da fé e do Batismo (cf. Mc 16, 16; Jo 3, 5), ao mesmo tempo corroborou a necessidade da Igreja, na qual os homens entram pela porta do Batismo. Por conseguinte, não poderão salvar-se aqueles que se recusam a entrar ou a perseverar na Igreja católica, sabendo que Deus a fundou por Jesus Cristo como necessária à salvação (LG 14).

93. *Quais imagens usa a Sagrada Escritura para descrever a natureza da Igreja?*

Assim como no Antigo Testamento, a revelação do Reino foi muitas vezes apresentada em figuras,

também agora a Igreja nos dá a conhecer a sua natureza íntima servindo-se de imagens — tiradas quer da vida pastoril, da agricultura, e da construção, quer também da vida familiar e do noivado, imagens já delineadas nos Livros dos Profetas (LG 6).

94. *Em que sentido se diz que a Igreja é um único rebanho e um único redil?*

A igreja é um *redil*, cuja porta única e necessária é Cristo (Jo 10, 1-10). E' um rebanho, do qual o próprio Deus anunciou haver de ser o Pastor (cf. Is 40, 11; Ez 34, 11 e seg.), e cujas ovelhas, governadas embora por pastôres humanos, são incessantemente conduzidas e alimentadas pelo mesmo Cristo, Bom Pastor e Príncipe dos pastôres (cf. Jo 10, 11; e 1 Pdr 5, 4), que deu a vida pelas ovelhas (cf. Jo 10, 11-15) (LG 6).

95. *Em que sentido se diz que a Igreja é um campo e uma vinha?*

A Igreja é a *lavoura* ou campo de Deus (1 Cor 3, 9). Neste campo cresce a oliveira antiga, cuja raiz santa foram os Patriarcas e na qual se obteve e completará a reconciliação dos judeus e dos gentios (Rom 11, 13-26). Ela foi plantada pelo Agricultor celeste como vinha eleita (Mt 21, 33-43 e lugares paralelos; cf. Is 5, 1 e seg.). Cristo é a vide verdadeira, que comunica a vida e a fecundidade aos sarmentos, isto é, a nós que pela Igreja permanecemos n'Ele e sem o qual nada podemos fazer (Jo 15, 1-5) (LG 6).

96. *Em que sentido se diz que a Igreja é uma construção?*

Mais frequentemente é a Igreja chamada *construção* de Deus (1 Cor 3, 9). O próprio Senhor a si mesmo se comparou à pedra que os construtores rejeitaram, mas que se tornou pedra angular (Mt 21, 42 e paralelos; cf. At 4, 11; 1 Pdr 2, 7; Sl 117, 22). Sobre tal fundamento foi a Igreja construída pelos Apóstolos (cf. 1 Cor 3, 11), e dêle recebe estabilidade e coesão. Este edifício toma vários nomes: casa de Deus (1 Tim 3, 15) na qual habita a sua *família*, morada de Deus pelo Espírito (Ef 2, 19-22), tenda de Deus entre os homens (Apc 21, 3) e, especialmente, *templo* santo, que os antigos Padres exaltaram representado pelos santuários de pedra, e que a Liturgia com muita razão compara à Cidade Santa — a Jerusalém nova. Nela somos como pedras vivas, edificadas aqui na terra em templo espiritual (1 Pdr 2, 5). Cidade Santa, que João contempla na renovação final do mundo, a descer do céu, de junto de Deus, preparada como espôsa, que se adorna para o seu esposo (Apc 21, 1 e seg.) (LG 6).

97. *Em que sentido se diz que a Igreja é uma espôsa?*

A Igreja é ainda chamada “Jerusalém celeste” e “nossa mãe” (Gál 4, 26; cf. Apc 12, 17), e descrita como *espôsa* imaculada do Cordeiro Imaculado (Apc 19, 7; 21, 2 e 9; 22, 17); Cristo “amou-a e por ela se entregou a fim de a santificar” (Ef 5, 26); uniu-a a si em aliança indissolúvel, “nutre-a e acalenta-a incessantemente” (Ef 5, 29); espôsa que Jesus Cristo purificou e quis unida e sujeita a si no amor e na fidelidade (cf.

Ef 5, 24); que encheu para sempre de graça celeste, a fim de que nós possamos compreender a caridade de Deus e de Cristo para com os homens, amor que excede todo o conhecimento (cf. Ef 3, 19). Mas enquanto, cá na terra, a Igreja prossegue na sua peregrinação longe do Senhor (cf. 2 Cor 5, 6), busca e antegoza já agora, no exílio, as coisas do Alto, onde Cristo está sentado à direita do Pai, onde a vida da Igreja se encontra escondida com Cristo em Deus, até aparecer refulgente de glória com o seu Espôso (cf. Col 3, 1-4) (LG 6).

98. *A Igreja, como Nossa Senhora, é também Mãe e ao mesmo tempo Virgem?*

A Igreja, contemplando a santidade misteriosa de Maria, imitando a sua caridade, e cumprindo fielmente a vontade do Pai, pela palavra de Deus fielmente recebida torna-se também ela mãe: pela pregação e pelo batismo gera, para uma vida nova e imortal, os filhos concebidos do Espírito Santo e nascidos de Deus. E é também virgem, que guarda a fé jurada ao Espôso, íntegra e pura; e à imitação da Mãe do seu Senhor, conserva, pela graça do Espírito Santo, virginalmente íntegra a fé, sólida e esperança, sincera a caridade (LG 64).

99. *A Igreja assim descrita é a única Igreja de Cristo?*

Esta é a única Igreja de Cristo, que no Símbolo professamos una, santa, católica e apostólica (LG 8).

b — A Igreja é Una

100. *Que significa: a Igreja é una?*

Jesus Cristo, portanto, quer que, pelos Apóstolos e seus sucessores — os Bispos com o sucessor de Pedro como cabeça — pela fiel pregação do Evangelho e administração dos sacramentos e pelo govêrno no amor, sob a ação do Espírito Santo, o seu povo cresça e realize a sua comunhão na unidade: na confissão duma só fé, na comum celebração do culto divino e na fraterna concórdia da família de Deus (UR 2).

101. *Em que se fundamenta o mistério da unidade da Igreja desejada por Cristo?*

Dêste mistério o supremo modelo e princípio é a unidade dum só Deus, o Pai e o Filho no Espírito Santo, na Trindade de pessoas (UR 2).

102. *A divisão dos cristãos está pois em contradição com a vontade de Cristo?*

Esta divisão contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a tôda a criatura (UR 1).

103. *O divisão dos cristãos é fenômeno só dos nossos tempos?*

Nesta una e única Igreja de Deus já desde os primórdios surgiram algumas cisões, que o Apóstolo

censura àsperamente como condenáveis. Nos séculos posteriores, porém, originaram-se dissensões mais amplas. As vezes até grandes comunidades separaram-se da plena comunhão da Igreja católica, algumas vezes não sem culpa dos homens dum e doutro lado (UR 3).

104. Quais os membros plenamente incorporados a Igreja?

São incorporados plenamente na sociedade, que é a Igreja, todos os que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam integralmente a organização da mesma e todos os meios de salvação nela instituídos, e que, além disso, graças aos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos, do governo e da comunhão eclesial, permanecem unidos, no conjunto visível da Igreja, com Cristo, que a rege por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos. Não se salvam, porém, os que, embora incorporados na Igreja, não perseveram na caridade, e por isso pertencem ao seio da Igreja não pelo "coração" mas tão só pelo "corpo". Lembrem-se todos os filhos da Igreja que a grandeza da sua condição não se deve atribuir aos próprios méritos, mas a uma graça especial de Cristo; se não correspondem a essa graça por pensamentos, palavras e obras, em vez de se salvarem, incorrem num juízo mais severo (LG 14).

105. Quais relações mantêm a Igreja com seus membros separados?

Por múltiplas razões a Igreja reconhece-se unida aos batizados que se honram do nome de cristãos, mas não professam integralmente a fé, ou não mantêm a unidade de comunhão sob o Sucessor de Pedro. Há

muitos que veneram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida, manifestam sincero zêlo religioso, crêem de todo o coração, em Deus Pai Onipotente e em Cristo Filho de Deus e Salvador, são marcados pelo batismo que os une a Cristo, e admitem mesmo outros sacramentos e recebem-nos nas suas igrejas próprias ou nas suas comunidades eclesiais. Vários de entre eles possuem também o episcopado, celebram a sagrada Eucaristia, e cultivam a devoção pela Virgem Mãe de Deus. A isto se junta ainda a comunhão de orações e de outros benefícios espirituais; e mesmo certa união verdadeira no Espírito Santo que, também nêles opera com o seu poder santificante por meio de dons e graças, e a alguns fortaleceu até à efusão do sangue (LG 15).

106. O que temos dito em particular dos membros separados da Igreja, pode-se afirmar também das comunidades religiosas por êsses formadas?

As igrejas e comunidades separadas, embora creiamos que tenham defeitos, de forma alguma estão despojadas de sentido e de significação no mistério da salvação. Pois o Espírito de Cristo não recusa servir-se delas como de meios de salvação cuja virtude deriva da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja católica (UR 3).

107. Aquelas que atualmente fazem parte das comunidades separadas, só por êste fato estão em pecado?

Aquêles, porém que agora nascem em tais comunidades e são instruídos na fé de Cristo, não podem ser

acusados do pecado da separação, e a Igreja Católica os abraça com fraterna reverência e amor (UR 3).

108. *Que é o "Movimento Ecumênico"?*

Por "movimento ecumênico" entendem-se as atividades e iniciativas, que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos. Tais são: primeiro, todos os esforços para eliminar palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição dos irmãos separados e, por isso, tornam mais difíceis as relações com eles; depois, o "diálogo" estabelecido entre peritos competentes, em reuniões de cristãos das diversas igrejas em comunidades, organizadas em espírito religioso, em que cada qual explica mais profundamente a doutrina da sua Comunhão e apresenta com clareza as suas características. Com este diálogo, todos adquirem um conhecimento mais verdadeiro e um aprêço mais justo da doutrina e da vida de cada Comunhão. Então estas Comunhões conseguem também uma mais ampla colaboração em certas obrigações que a consciência cristã exige em vista do bem comum. E onde fôr permitido, reúnem-se em oração unânime. Enfim, todos examinam a sua fidelidade à vontade de Cristo acêrca da Igreja e, na medida da necessidade, levam vigorosamente por diante o trabalho de renovação e de reforma (UR 4).

109. *Qual é a verdadeira essência do ecumenismo?*

A conversão do coração e a santidade de vida, juntamente com as súplicas particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de

todo o movimento ecumênico, e com razão podem ser chamadas ecumenismo espiritual (UR 8).

110. *Que significa "comunicação nas coisas sagradas" admissível entre os cristãos de confissões diferentes?*

Não é lícito considerar a *communicatio in sacris* como um meio a ser aplicado indiscriminadamente na restauração da unidade dos cristãos. Esta *communicatio* depende principalmente de dois princípios: da necessidade de testemunhar a unidade da Igreja e da participação nos meios da graça. O testemunho da unidade freqüentemente a proíbe. A busca da graça algumas vezes a recomenda. Sobre o modo concreto de agir, decida prudentemente a autoridade episcopal local, considerando tôdas as circunstâncias dos tempos, lugares e pessoas, a não ser que outra coisa seja determinada pela Conferência episcopal, segundo os seus próprios estatutos, ou pela Santa Sé (UR 8).

111. *Como se deve julgar a "comunicação das coisas sagradas" com os irmãos separados do Oriente?*

A *communicatio in sacris* que ofende a unidade da Igreja ou inclui adesão formal ao erro ou perigo de aberração na fé, de escândalo e de indiferentismo, é proibida por lei divina. Mas a praxe pastoral demonstra, com relação aos irmãos orientais, que se podem e devem considerar as várias circunstâncias das pessoas nas quais nem é lesada a unidade da Igreja, nem há perigos a evitar, mas urgem a necessidade de salvação e o bem espiritual das almas (OE 26).

112. *Quais as concessões introduzidas a êsse respeito?*

Podem ser conferidos aos orientais que de boa fé se acham separados da Igreja católica, quando espontaneamente pedem e estão bem dispostos, os sacramentos da penitência, eucaristia e unção dos enfermos. Também aos católicos é permitido pedir os mesmos sacramentos aos ministros acatólicos em cuja igreja haja sacramentos válidos, sempre que a necessidade ou a verdadeira utilidade espiritual o aconselhar e o acesso ao sacerdote católico se torne física ou moralmente impossível (OE 27).

Considera-se fundamento de mitigação: a) a validade dos sacramentos; b) a boa fé e disposição; c) a necessidade de salvação eterna; d) a ausência do sacerdote próprio; e) a exclusão de perigos a evitar e de adesão formal ao erro (OE 27, nota 3).

Supostos êstes mesmos princípios, permite-se igualmente por justa causa a participação nas funções sagradas, coisas e lugares entre católicos e irmãos separados orientais (OE 28).

Trata-se da chamada "*communicatio in sacris*" extra-sacramental. E' o Concílio que concede a mitigação, *servatis servandis* (OE 28 nota 34).

113. *Existe contradição entre as iniciativas ecumênicas e o fenômeno das conversões individuais?*

E' evidente que o trabalho de preparação e reconciliação dos indivíduos que desejam a plena comunhão católica é por sua natureza distinto da empresa ecumênica. Entretanto, não existe nenhuma oposição

entre as duas, pois ambas procedem da admirável Providência divina (UR 4).

114. *Que posição devemos tomar diante das conversões dos irmãos Orientais separados?*

Dos Orientais separados que, sob o influxo da graça do Espírito Santo, se encaminham à unidade católica, não se exija mais que a simples profissão da fé católica. E já que entre eles se conservou o sacerdócio válido, aos clérigos orientais que entram para a unidade católica dê-se a faculdade de exercerem a própria ordem, segundo as normas estatuídas pela competente autoridade (OE 25).

c — A Igreja é santa

115. *Que significa: a Igreja é santa?*

A santidade indefectível da Igreja é objeto da nossa fé. Na verdade, Cristo, Filho de Deus, que com o Pai e o Espírito Santo é proclamado “o único Santo”, amou (a Igreja como sua espôsa, entregando-se a si mesmo por ela a fim de a santificar (cf. Ef 5, 25-26), uniu-a a si como seu Corpo e enriqueceu-a com o dom do Espírito Santo, para glória de Deus) (LG 39).

116. *Em que sentido os cristãos são e devem ser santos?*

Os seguidores de Cristo que Deus chamou e justificou no Senhor Jesus, não pelos méritos deles mas por seu desígnio e sua graça, foram feitos no batismo

da fé verdadeiros filhos de Deus e participantes da natureza divina, e por isso mesmo verdadeiramente santos. Devem portanto, com a ajuda de Deus, conservar e aperfeiçoar na sua vida a santidade que receberam (LG 40).

117. Isto significa que todos os cristãos são chamados à perfeição?

E' bem claro que todos os fiéis, seja qual fôr o seu estado ou classe, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade, santidade esta que promove, mesmo na sociedade terrena, um teor de vida mais humano. Empreguem os fiéis as forças recebidas segundo a medida da dádiva de Cristo, para alcançar esta perfeição, a fim de que — seguindo os seus caminhos, tornando-se conformes à sua imagem, e obedecendo em tudo à vontade do Pai — se entreguem plenamente a buscar a glória de Deus e a servir o próximo (LG 40).

118. A presença do pecado entre os cristãos não contradiz com a santidade da Igreja?

Ainda que a Igreja, pela virtude do Espírito Santo, se tenha mantido espôsa fiel do seu Senhor e nunca tenha deixado de ser um sinal de salvação no mundo, no entanto, ela não ignora que entre os seus membros, clérigos ou leigos, não faltaram, no decurso de tantos séculos, alguns que foram infiéis ao Espírito de Deus. E também nos nossos dias, a Igreja não deixa de ver quanta distância separa a mensagem por ela proclamada e a humana fraqueza daqueles a quem foi confiada o Evangelho.

Seja qual fôr o juízo da história acérca destas deficiências, devemos delas ter consciência e combatê-las com vigor, para que não sejam obstáculos à difusão do Evangelho (GS 43).

119. *Dêste ponto de vista, que diferença existe entre Cristo e a Igreja?*

Enquanto Cristo “santo, inocente, imaculado” (Hbr 7, 26), não conheceu o pecado (2 Cor 5, 21), e veio expiar unicamente os pecados do povo (cf. Hbr 2, 17), a Igreja reúne em seu seio os pecadores, e por isso, ao mesmo tempo que é santa, precisa também de purificação, e sem descanso prossegue no seu esforço de penitência e renovação (LG 8).

120. *Todos os cristãos são convidados à penitência?*

Seguindo o Mestre, todo cristão deve renegar-se a si mesmo, tomar a sua cruz, participar dos sofrimentos de Cristo; transformado, dêste modo, numa imagem da Sua morte, é êle tornado capaz de meditar a glória da Ressurreição (Filip 3, 10-11; Rom 8, 17). Seguindo, além disto, o Mestre, deverá êle não mais viver para si mesmo (Rom 6, 10) e sim para Aquêle que o amou e se deu por êle (Gál 2, 20,) e deverá também viver para seus irmãos, completando “em sua carne aquilo que falta às tribulações de Cristo... em favor de seu corpo, que é a Igreja” (Col 1, 24) (Pen).

121. *A penitência, a que Cristo nos convida, tem também relação com a Igreja?*

Estando a Igreja intimamente ligada a Cristo, a penitência do cristão individual também tem uma rela-

ção própria e íntima com tôda a comunidade eclesial (Pen).

122. *Quais são os sacramentos, através dos quais de maneira particular, o fiel recebe e vive o dom da penitência?*

Não sòmente é no seio da Igreja que, no Batismo, êle recebe o dom fundamental "metànoia" (isto é: conversão), como também, nos membros do Corpo de Cristo que caíram no pecado, êsse dom é restabelecido e revigorado através do Sacramento da Penitência (Pen).

123. *A vida do cristão, através da Igreja, é então associada à expiação salvadora de Cristo?*

E' na Igreja que a pequena obra penitencial imposta singularmente no Sacramento é tornada participante, em modo especial, da infinita expiação de Cristo, enquanto que, por uma disposição geral da Igreja, à própria satisfação sacramental pode o penitente unir intimamente qualquer outra ação sua, qualquer outro padecimento seu e qualquer outro sofrimento. Destarte, o dever de trazer no corpo e na alma a morte do Senhor (2 Cor 4, 10) investe tôda a vida do batizado, em qualquer instante, em qualquer expressão sua (Pen).

124. *Qual é a prova suprema do amor e da santidade?*

Como Jesus, Filho de Deus, manifestou a sua caridade, entregando a vida por nós, ninguém tem amor maior que aquêle que dá a sua vida por Ele e pelos

seus irmãos (cf. 1 Jo 3, 16; Jo 15, 13). A dar êste testemunho máximo de amor diante de todos, principalmente diante dos perseguidores, foram chamados alguns cristãos já desde os primeiros tempos, e outros continuarão a sê-lo sempre. E' por isso que o martírio, pelo qual o discípulo se assemelha ao Mestre que aceitou livremente a morte pela salvação do mundo, e a Êle se conforma na efusão do sangue, é considerado pela Igreja como doação insigne e prova suprema da caridade. Se poucos o chegam a sofrer, todos devem estar prontos a confessar Cristo diante dos homens e a segui-lo pelo caminho da cruz, no meio das perseguições que nunca faltam à Igreja (LG 42).

125. *Que são os conselhos evangélicos?*

Os conselhos evangélicos de castidade consagrada a Deus, de pobreza e obediência, que se fundamentam nas palavras e nos exemplos do Senhor, e foram recomendados pelos Apóstolos, pelos Santos Padres e pelos doutôres e pastôres da Igreja, são um dom divino, que a Igreja recebeu do Senhor e com sua graça conserva perpétuamente. A autoridade da Igreja, sob a direção do Espírito Santo, cuidou de interpretar êsses conselhos, regular a sua prática e determinar mesmo formas estáveis de os viver (LG 43).

126. *Quem são os religiosos?*

Desde os primórdios da Igreja, homens houve e mulheres também que, por meio da prática dos conselhos evangélicos, quizeram seguir a Cristo com maior liberdade e imitá-lo mais de perto e assim, cada qual a seu modo, viver consagrado a Deus. Muitos dêles,

sob o impulso do Espírito Santo, ou levaram uma vida solitária, ou fundaram famílias religiosas, que a Igreja, com sua autoridade, acolheu de bom grado e aprovou (PC 1).

127. *Que compreende a castidade religiosa?*

A castidade abraçada "por causa do Reino dos Céus" (Mt 19, 12), como é professada pelos religiosos, deve ser tida por insigne dom da graça. Ela, de fato, liberta de maneira especial o coração humano (cf. 1 Cor 7, 32-35), inflamando-o sempre mais da caridade para com Deus e para com todos os homens, e constitui, por conseguinte, um sinal especial dos bens celestes, e também um meio efficacíssimo oferecido aos religiosos para poderem, com generosidade, entregar-se ao serviço divino e às obras de apostolado. São êles, assim, diante de todos os fiéis, uma evocação daquele admirável conúbio operado por Deus e que se manifestará plenamente na vida futura, pelo qual a Igreja tem Cristo como seu único espôso (PC 12).

128. *Que compreende a pobreza religiosa?*

A pobreza, voluntariamente abraçada para seguir a Cristo, e que é hoje um sinal muito apreciado, cultivem-na com diligência os religiosos e, se fôr preciso, encontrem-se novas formas para expressá-la. Por meio dela, participa-se da pobreza de Cristo, que, sendo rico, se fêz pobre por nosso amor, a fim de nos enriquecer com sua pobreza (cf. 2 Cor 8, 9; Mt 8, 20).

Acêrca da pobreza religiosa, não basta depender dos superiores no uso dos bens; é mister outrossim que

os religiosos pratiquem uma pobreza externa e interna, acumulando tesouros para o céu (cf. Mt 6, 20).

Desempenhando o próprio ofício, tenham consciência de estar obedecendo à lei comum do trabalho, e enquanto assim providenciam o que lhes é necessário ao sustento e às próprias obras, afastem de si toda preocupação excessiva e fiem-se na Providência do Pai Celeste (cf. Mt 6, 25).

As Congregações religiosas podem, nas suas constituições, permitir que seus membros renunciem aos bens patrimoniais adquiridos ou por adquirir (PC 13).

129. Que compreende a obediência religiosa?

Com a profissão da obediência, os religiosos oferecem a Deus a completa renúncia da própria vontade como sacrifício de si mesmos, e assim, de maneira mais firme e segura, se unem à vontade salvífica de Deus. Portanto, à imitação de Jesus Cristo, que veio para fazer a vontade do Pai (cf. Jo 4, 34; 5, 30; Hbr 10, 7; Sl 39, 9) e “tomando a forma de servo” (Filip 2, 7), pelos sofrimentos experimentou a submissão (cf. Hbr 5, 8), os religiosos, movidos pelo Espírito Santo, submetem-se, em espírito de fé, aos superiores que são os representantes de Deus, e sob a guia deles põem-se ao serviço de todos os irmãos em Cristo, como Cristo mesmo, pela sua submissão ao Pai, veio para servir os irmãos e deu sua vida para resgate de muitos (cf. Mt 20, 28; Jo 10, 14-18). Vinculam-se destarte os religiosos sempre mais estreitamente ao serviço da Igreja e se esforçam por atingir a medida da plena estatura de Cristo (cf. Ef 4, 13) (PC 14).

130. *Que é "vida em comum" dos religiosos?*

A vida em comum, segundo o exemplo da Igreja primitiva em que a multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma (cf. At 4, 32), nutrida pelos ensinamentos do Evangelho, da sagrada Liturgia e sobretudo da Eucaristia, persevere na oração e na mesma unidade de espírito (cf. At 2, 42). Os religiosos, como membros de Cristo, em fraterna comunhão de vida, tratem-se uns aos outros com recíproco respeito (cf. Rom 12, 10), carregando uns os fardos dos outros (cf. Gál 6, 2). De fato, com o amor de Deus difundido nos corações pelo Espírito Santo (cf. Rom 5, 5), a comunidade, qual família unida em nome do Senhor, goza da presença dEle (cf. Mt 18, 20). A caridade é, por sua vez, cumprimento da lei (cf. Rom 13, 10) e vínculo de perfeição (cf. Col 3, 14), e por meio dela sabemos que passamos da morte à vida (1 Jo 3, 14). Mais ainda: a união dos irmãos manifesta a vinda de Cristo (cf. Jo 13, 35; 17, 21), e dela promana grande força para o apostolado (PC 15).

131. *Que testemunho os religiosos dão ao mundo, pelo seu estado?*

Os religiosos, pelo seu estado, dão alto e exímio testemunho de que o mundo não pode transfigurar-se e oferecer-se a Deus sem o espírito das bem-aventuranças (LG 31).

132. *O estado religioso faz parte da hierarquia eclesiástica?*

O estado religioso, cuja essência consiste na profissão dos conselhos evangélicos, embora não faça

parte da estrutura hierárquica da Igreja, pertence, de modo indiscutível, à sua vida e à sua santidade (LG 44).

133. *Onde se situa tal estado, com relação aos estados clerical e leigo?*

O estado religioso, no plano divino e hierárquico da Igreja, não é estado intermédio entre a condição clerical e a laical: mas duma e doutra chama Deus alguns fiéis a usufruírem êste dom especial na vida da Igreja e a ajudarem-na, cada um a seu modo, no desempenho da sua missão salvífica (LG 43).

134. *Como se constitui o estado religioso na Igreja?*

A Igreja, com a sua aprovação, não só eleva à dignidade de estado canônico a profissão religiosa, mas também a apresenta, mesmo na sua ação litúrgica, como estado consagrado a Deus (LG 45).

135. *Qual é o significado da profissão dos votos religiosos?*

Por meio dos votos, ou de outros vínculos sagrados por sua natureza equiparados aos votos, o cristão obriga-se à prática dos três conselhos evangélicos referidos, entrega-se totalmente a Deus amado acima de tudo, ficando assim destinado, por título especial e nôvo, ao serviço e à glória de Deus. É certo que, pelo Batismo, o cristão já morreu para o pecado e ficou consagrado a Deus; mas, para

conseguir fruto mais abundante da graça batismal, procura, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, libertar-se dos impedimentos, que o poderiam afastar do fervor da caridade e da perfeição do culto divino, e consagrar-se mais intimamente ao serviço de Deus. Esta consagração será tanto mais perfeita, quanto melhor representar, com vínculos mais firmes e estáveis, a união indissolúvel de Cristo com a Igreja, sua Espôsa (LG 44).

136. *A profissão dos votos religiosos não obstrui o verdadeiro desenvolvimento da pessoa humana?*

A profissão dos conselhos evangélicos, embora implique a renúncia a bens dignos sem dúvida de grande estima, não impede contudo o verdadeiro desenvolvimento da pessoa humana, antes, pelo contrário, por sua própria natureza o favorece imenso. (LG 46).

137. *Os religiosos são pessoas inúteis à sociedade?*

Não se julgue que os religiosos, pela sua consagração, se alheiam dos homens ou se tornam inúteis à sociedade terrestre. Pois, embora algumas vezes não se ocupem diretamente dos seus contemporâneos, têm-nos presentes de modo mais profundo nas entranhas de Cristo e colaboram espiritualmente com eles a fim de que a edificação da cidade terrena se alicerce sempre no Senhor e para Ele se oriente, não aconteça trabalharem em vão os que a edificam (LG 46).

138. *Quem deve regular a vida religiosa?*

Sendo função da Hierarquia eclesiástica apascentar o Povo de Deus e levá-lo a abundantes pastagens (cf. Ez 34, 14), a ela incumbe também regular, com sábias leis, a prática dos conselhos evangélicos (LG 45).

139. *Que comporta a renovação e adaptação da vida religiosa às condições dos tempos?*

A renovação da vida religiosa comporta, não só o contínuo volver às fontes de toda a vida cristã e ao espírito primitivo dos institutos, mas também e ao mesmo tempo a adaptação dos mesmos institutos às mudadas condições dos tempos (PC 2).

140. *Como se atualiza praticamente tal adaptação?*

A maneira de viver, de rezar e de agir deve ajustar-se convenientemente às hodiernas condições físicas e psíquicas dos religiosos, como também, segundo o requer a natureza de cada instituto, às necessidades do apostolado, às exigências culturais, às circunstâncias sociais e econômicas; e isto onde quer que seja, mas especialmente nos lugares de missão.

Também a maneira de governar precisa ser examinada, segundo os mesmos critérios (PC 3).

141. *Como atuar tal adaptação no plano apostólico?*

Mantenham e desenvolvam os institutos às próprias obras com fidelidade e, considerando a utilidade da Igreja universal e das dioceses, adaptem as mesmas obras às necessidades dos tempos e dos lugares, empre-

gando os meios oportunos, ainda que novos, e deixando de lado, ao contrário, aquelas obras que hoje não correspondem mais ao espírito e à índole própria do instituto (PC 20).

142. Como podem e devem os religiosos colaborar no ministério pastoral das dioceses?

Os Religiosos sacerdotes, que se consagram ao presbiterado para serem cooperadores ativos da Ordem episcopal, podem prestar maior auxílio aos Bispos, hoje que são maiores as necessidades das almas. Deve, pois, dizer-se, que pertencem verdadeiramente ao clero da diocese uma vez que tem parte na cura de almas e no exercício das obras de apostolado sob a autoridade dos sagrados Pastôres.

E, os outros Religiosos, quer homens quer mulheres, que pertencem também de modo especial à família diocesana, prestam grande auxílio à sagrada Hierarquia, e podem e devem aumentá-lo cada dia, à medida que as necessidades do apostolado vão crescendo (CD 34).

143. Quem são os monges e que trabalho desenvolvem?

Mister principal dos monges é o de prestar humilde e ao mesmo tempo nobre serviço à divina Majestade no recinto do mosteiro, quer dedicando-se inteiramente ao culto divino com uma vida de escondimento, quer assumindo algum legítimo encargo de apostolado ou de caridade cristã (PC 9).

144. *Qual é a função dos institutos inteiramente votados à vida contemplativa?*

Os institutos inteiramente votados à contemplação, de tal forma que seus membros só se ocupam de Deus na solidão e no silêncio, em contínua oração e intensa penitência, não obstante a urgente necessidade do apostolado ativo, conservam sempre um lugar bem eminente no Corpo Místico, no qual "nenhum membro tem a mesma função" (Rom 12, 4). Êsses, em verdade, oferecem a Deus um excelente sacrifício de louvor e, produzindo abundantíssimos frutos de santidade, honram e edificam o povo de Deus ao qual dão incremento com misteriosa fecundidade apostólica. Constituem destarte uma glória para a Igreja e uma fonte de graças celestiais (PC 7).

145. *Qual é a função dos institutos religiosos de vida apostólica?*

Há na Igreja muitíssimos institutos, clericais ou laicais, dedicados às várias obras de apostolado, os quais possuem dons diferentes consoantes a graça que lhes foi dada: um possui o dom do ministério, outro ensina, êste exorta, aquêle distribui com liberalidade, aqueloutro faz obras de misericórdia com alegria (cf. Rom 12, 5-8). "Há diversidade de graças, mas um mesmo é o Espírito" (1 Cor 12, 4). Nesses institutos a ação apostólica e caritativa faz parte da própria natureza da vida religiosa, por constituírem um ministério sagrado e uma obra de caridade, que lhes foram confiados pela Igreja e devem ser exercidos em nome desta. Portanto, tôda a vida religiosa dos membros há de embeber-se de espírito apostólico e tôda a ação apostólica animar-se de espírito religioso (PC 8).

146. *A vida religiosa laical constitui um estado, em si completo?*

A vida religiosa laical, tanto masculina, como feminina, constitui um estado em si completo de profissão dos conselhos evangélicos (PC 10).

147. *Qual o valor dos institutos seculares?*

Os institutos seculares, embora não sejam institutos religiosos, comportam todavia uma verdadeira e total profissão dos conselhos evangélicos no século, reconhecida pela Igreja. Tal profissão confere uma consagração aos homens e às mulheres, aos leigos e aos clérigos que vivem no mundo. Tenham, pois, primeiramente, em mira sua doação total a Deus na perfeita caridade, e conservem os próprios institutos sua feição peculiar, isto é, a secular, para que possam eficazmente desempenhar, em qualquer lugar, o próprio apostolado específico na vida secular, como se pertencessem êles à vida secular (PC 11).

d — A Igreja é católica

148. *Que significa: a Igreja é católica?*

Todos os homens são chamados ao nôvo Povo de Deus. E' por isso que êste Povo, permanecendo uno e único, deve dilatar-se até aos confins do mundo inteiro e em todos os tempos, para se dar cumprimento ao desígnio de Deus (LG 13).

149. *A unidade católica admite variedade de participação?*

A esta unidade católica do Povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal, são chamados todos os homens: a ela pertencem ou para ela se orientam, embora de maneira diferente, tanto os católicos como todos os cristãos, e mesmo todos os homens em geral, chamados pela graça de Deus à salvação (LG 13).

150. *Em que sentido se pode afirmar que a Igreja é multiforme na sua estrutura?*

A Santa Igreja é, por instituição divina, organizada e dirigida em variedade admirável. "Porque, como, em um só corpo nós temos muitos membros, e nem todos os membros exercem a mesma função, assim nós, que muitos somos, constituímos em Cristo um corpo único, sendo individualmente membros uns dos outros" (Rom 12, 4-5) (LG 32).

151. *Em que sentido a Igreja é universal?*

O caráter de universalidade, que distingue o Povo de Deus, é um dom do Senhor, graças ao qual a Igreja tende constante e eficazmente para recapitular em Cristo, sua Cabeça, na unidade do Espírito (LG 13).

152. *Em que sentido se encontra na Igreja toda a plenitude?*

Só pela Igreja católica de Cristo, que é o meio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos

meios salutareis. Creemos também que o Senhor confiou todos os bens da nova Aliança ao único colégio apostólico, a cuja testa está Pedro, com o fim de constituir na terra um só corpo de Cristo. E' necessário que a êle se incorporem plenamente todos os que de alguma forma pertencem ao povo de Deus (UR 3).

153. *Quais as conseqüências da catolicidade da Igreja?*

Por força desta catolicidade, cada parte contribui com os seus dons peculiares para as demais e para toda a Igreja, de modo que o todo e cada parte crescem por comunicação mútua e pelo esforço comum em ordem a alcançar a plenitude na unidade. E' por isso que o Povo de Deus não só reúne povos diversos, mas ainda comporta em si mesmo variedade orgânica (LG 13).

154. *Por que a Igreja é missionária?*

A Igreja, enviada por Deus a todas as gentes para ser "sacramento universal de salvação", por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador (cf. Mc 10, 16), procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens. Já os próprios Apóstolos em que a Igreja se alicerça, seguindo o exemplo de Cristo, "pregaram a palavra da verdade e geraram as igrejas". Aos seus sucessores compete perpetuar esta obra, para que "a palavra de Deus se propague rapidamente e seja glorificada" (2 Tes 3, 1), e o reino de Deus seja pregado e estabelecido em toda a terra (AG 1).

155. *A vocação missionária da Igreja é particularmente urgente para os nossos dias?*

No estado atual da civilização, de que surgem novas condições para a humanidade, a Igreja, que é sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5, 13-14), é com mais urgência chamada a salvar e a renovar tôda a criatura, para que tudo seja instaurado em Cristo e n'Ele os homens constituam uma só família e um só Povo de Deus (AG 1).

156. *Que exprime a natureza missionária na Igreja?*

A atividade missionária dimana intimamente da própria natureza da Igreja, cuja fé salvífica propaga, cuja unidade católica dilatando aperfeiçoa, em cuja apostolicidade se apoia, de cuja hierarquia exerce o sentido colegial, cuja santidade testemunha, difunde e promove (AG 6).

157. *De que maneira a atividade missionária da Igreja procura atender as exigências da humanidade?*

Também com a própria natureza humana e suas aspirações tem íntima conexão a atividade missionária. Com efeito, ao dar a conhecer Cristo, a Igreja revela, por isso mesmo, aos homens a genuína verdade da sua condição e da sua integral vocação, pois Cristo é o princípio e o modelo da humanidade renovada e imbuída de fraterno amor, sinceridade e espírito de paz, à qual todos aspiram (AG 8).

158. *Que lugar ocupa na história da salvação a atividade missionária da Igreja?*

A atividade missionária desenrola-se entre o primeiro advento do Senhor e o segundo no qual a Igreja há de ser reunida dos quatro ventos como uma colheita, no reino de Deus. Mas antes de o Senhor vir, tem de ser pregado o Evangelho a todos os povos (cf. Mc 13, 10).

A atividade missionária não é outra coisa, nem mais nem menos, que a manifestação ou epifania dos desígnios de Deus e a sua realização no mundo e na sua história, na qual Deus, pela missão, manifestamente vai tecendo a história da salvação (AG 9).

159. *Que são as missões?*

As iniciativas particulares com que os pregadores do Evangelho, que vão pelo mundo inteiro enviados pela Igreja, executam o encargo de pregar o Evangelho e de implantar essa mesma Igreja entre os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo, dá-se geralmente o nome de "missões". Essas "missões" são levadas a efeito pela atividade missionária e exercem-se ordinariamente em certos territórios determinados pela Santa Sé (AG 6).

160. *Em que condição se encontra a atividade missionária, com relação às outras atividades da Igreja?*

A atividade missionária entre gentios difere tanto da atividade pastoral que se exerce com os fiéis, como das iniciativas pela reunificação dos cristãos. Contudo, ambas estas atividades andam estreitamente ligadas à

atividade missionária da Igreja: pois a divisão dos cristãos prejudica a santíssima causa de pregar o Evangelho a tôda a criatura, e fecha a muitos o acesso à fé. Por isso, por uma necessidade missionária, todos os batizados são chamados a unir-se num rebanho para assim poderem dar um testemunho unânime de Cristo, seu Senhor, perante os gentios. Mas se ainda não podem, de completo acôrdo, dar testemunho duma só fé, é preciso que ao menos estejam animados de mútua estima e caridade (AG 6).

161. *Qual é o método da missão entre os diferentes grupos humanos?*

A fim de poder oferecer a todos o mistério de salvação e a vida trazida por Deus, a Igreja deve inserir-se em todos êsses agrupamentos impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu (AG 10).

162. *Qual é o fim específico da atividade missionária?*

O fim próprio desta atividade missionária é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos ou grupos em que ainda não está radicada. Assim, a partir da semente da palavra de Deus, é necessário que se desenvolvam por tôda a parte igrejas autóctones particulares, dotadas de fôrças próprias e maturidade, com hierarquia própria unida ao povo fiel, suficientemente dotados de meios proporcionados a uma vida cristã plena, contribuindo para o bem da Igreja universal (AG 6).

163. *Quais são as obrigações dos cristãos a respeito da atividade apostólica, e missionária da Igreja?*

Como membros de Cristo vivo e a Ele incorporados e configurados não só pelo batismo mas também pela confirmação e pela eucaristia, todos os fiéis estão obrigados, por dever, a colaborar no crescimento e na expansão do Seu corpo para o levar a atingir, quanto antes, a sua plenitude (Ef 4, 13).

Por isso, todos os filhos da Igreja tenham consciência viva das suas responsabilidades para com o mundo, fomentem em si um espírito verdadeiramente católico, e ponham as suas forças ao serviço da obra da evangelização. Saibam todos, porém, que o primeiro e mais irrecusável contributo para a difusão da fé, é viver profundamente a vida cristã (AG 36).

164. *Também as comunidades cristãs, como tais devem empenhar-se na atividade de cooperação missionária?*

Como o Povo de Deus vive em comunidades, sobretudo diocesanas e paroquiais, e é nelas que de certo modo, se torna visível pertence a estas dar também testemunho de Cristo perante as nações (AG 37).

165. *Quem são os missionários?*

Embora a todo o discípulo de Cristo incumba a obrigação de difundir a fé conforme as suas possibilidades, Cristo Senhor chama sempre dentre os discípulos os que Ele quer para estarem com Ele e os enviar a evangelizar os povos (cf. Mc 3, 13 s.). E as-

sim, mediante o Espírito Santo, que para utilidade comum reparte os carismas como quer (1 Cor 12, 11), inspira no coração de cada um a vocação missionária, e ao mesmo tempo suscita na Igreja Institutos, que assumam, como tarefa própria, o dever de evangelizar, que pertence a tôda a Igreja.

De fato, são marcados com vocação especial aqueles que, dotados de índole natural conveniente e das qualidades e talentos requeridos, estão prontos para empreender o trabalho missionário, quer sejam autóctones quer estrangeiros: sacerdotes, religiosos e leigos. Enviados pela legítima autoridade, partem, movidos pela fé e obediência, para junto dos que estão longe de Cristo, postos à parte para uma obra à qual foram destinados (cf. At 13, 2) como ministros do Evangelho, “a fim de que a oblação dos gentios seja aceita e santificada no Espírito Santo” (Rom 15, 16) (AG 23).

e — A Igreja é apostólica

166. *Que significa: A Igreja é apostólica?*

O Senhor Jesus, depois de ter orado ao Pai, chamou a si os que Ele quis e escolheu os Doze para estarem com Ele e para os enviar a pregar o Reino de Deus (cf. Mc 3, 13-19; Mt 10, 1-42); a êstes Apóstolos (cf. Lc 6, 13) constituiu-os sob a forma de Colégio, isto é, de grupo estável, cuja presidência entregou a Pedro, escolhido de entre êles (cf. Jo 21, 15-17). Enviou-os primeiramente aos filhos de Israel, e depois a tôdas as gentes (cf. Rom 1, 16) para que, com o poder que lhes entregava, fizessem de todos os povos discípulos seus.

os santificassem e governassem (cf. Mt 28, 16-20; Mt 16, 15; Lc 24, 45-48; Jo 20, 21-23) e, assim guiados pelo Senhor, dilatassem a Igreja e a apascentassem com o seu ministério, todos os dias até à consumação dos séculos (cf. Mt 28, 20). Foram confirmados plenamente nesta missão no dia de Pentecostes (cf. At 2, 1-26), segundo a promessa do Senhor: "Recebereis a virtude do Espírito Santo que descerá sobre vós e sereis minhas testemunhas em Jerusalém e em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra" (At 1, 8). Na verdade, pregando em toda a parte o Evangelho (cf. Mt 16, 20), que os ouvintes aceitavam por obra do Espírito Santo, os Apóstolos congregaram a Igreja universal que o Senhor fundou nêles e edificou sobre o bem-aventurado Pedro, como chefe, permanecendo Cristo Jesus como pedra angular (cf. Apc 21, 14; Mt 16, 18; Ef 2, 20) (AG 6).

167. Como se exprime a característica de apostolicidade da Igreja, internamente?

Existe na Igreja diversidade de funções mas unidade de missão. Aos Apóstolos e seus sucessores, confiou Cristo a missão de ensinar, santificar e governar em seu nome e com o seu poder. Mas os leigos, dado que são participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, têm um papel próprio a desempenhar na missão do inteiro povo de Deus, na Igreja, e no mundo (AA 2).

168. Que é o apostolado?

A Igreja nasceu para tornar todos os homens participantes da redenção salvadora e, por êles, ordenar efetivamente a Cristo o universo inteiro, dilatando

pelo mundo o seu reino para glória de Deus Pai. Tõda a atividade do Corpo Místico que a êste fim se oriente, chama-se apostolado. A Igreja exerce-o, de diversas maneiras, por meio de todos os seus membros, já que a vocação cristão é também, por sua própria natureza, vocação ao apostolado (AA 2).

169. Até quando durará a apostolicidade da Igreja?

Esta missão divina, confiada por Cristo aos Apóstolos, deverá durar até ao fim dos séculos (cf. Mt 28, 20), pois o Evangelho, que êles devem transmitir, é para a Igreja o princípio de tãda a sua vida através dos tempos. Por isso os Apóstolos, nesta sociedade hieràrquicamente organizada, cuidaram de constituir os seus sucessores (LG 20).

170. Que significam os diferentes ministérios existentes na Igreja?

Se é certo que alguns, por vontade de Cristo, são constituídos para os demais como doutõres, administradores dos mistérios e pastõres, reina afinal entre todos verdadeira igualdade no que respeita à dignidade e à ação comum do conjunto dos fiéis para a edificação do Corpo de Cristo. A distinção, que o Senhor estabeleceu, entre os ministros sagrados e o restante Povo de Deus, implica união, pois os pastõres e os fiéis estão vinculados entre si por uma relação mútua; os Pastõres da Igreja, seguindo o exemplo do Senhor, estejam ao serviço uns dos outros e dos fiéis, e êstes por sua vez prestem de boa vontade colaboração aos Pastõres e Doutõres. Assim, na variedade, todos dão testemunho da admirável unidade do Corpo de Cristo, pois

a própria diversidade de graças, de ministérios e de funções agrupa na unidade os filhos de Deus, já que "um só" e mesmo Espírito é o que opera tôdas estas coisas" (1 Cor 12, 11) (LG 32).

171. *Que são os carismas?*

O Espírito Santo não se limita a santificar e a dirigir o Povo de Deus por meio dos sacramentos e dos ministérios, e a orná-lo com as virtudes, mas também nos fiéis de tôdas as classes, "distribui individualmente e a cada um, conforme entende", os seus dons (1 Cor 12, 11), e as graças especiais, que os tornam aptos e disponíveis para assumir os diversos cargos e ofícios úteis à renovação e maior incremento da Igreja, segundo aquelas palavras: "A cada qual se concede a manifestação do Espírito em ordem ao bem comum" (1 Cor 12, 7). Devem aceitar-se êstes carismas com ação de graças e consolação, pois todos, desde os mais extraordinários aos mais simples e comuns, são perfeitamente acomodados e úteis às necessidades da Igreja. Não devemos pedir temerariamente êstes dons, nem esperar dêles com presunção os frutos das obras apostólicas; é aos que governam a Igreja que pertence julgar da sua genuinidade e da conveniência do seu uso, e cuidar especialmente de não extinguir o espírito, mas tudo ponderar, e reter o que é bom (cf. 1 Tes 5, 12-21 e 19-21) (LG 12).

172. *Sôbre qual fundamento hierárquico se rege a Igreja universal?*

Êste Sagrado Concílio, seguindo a linha do Concílio Vaticano I, ensina e declara que Jesus Cristo, Pas-

tor Eterno, instituiu a Santa Igreja, enviando os Apóstolos como Ele próprio fôra enviado pelo Pai (cf. Jo 20, 21), e quis que os sucessores dêstes, os Bispos, fôssem os pastôres na sua Igreja até o fim do mundo. E para que o Episcopado continuasse único e unido, estabeleceu Pedro na chefia dos Apóstolos, e assentou nêle o princípio e o fundamento, perpétuos e visíveis, da unidade de fé e de comunhão (LG 18).

173. O Papa é, portanto, o supremo chefe de tôda Igreja?

Nesta Igreja de Cristo, o Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, a quem o mesmo Cristo mandou que apascentasse a suas ovelhas e os seus cordeiros, está revestido, por instituição divina, do poder supremo, pleno, imediato e universal, em ordem à cura das almas. Por isso, Ele, tendo sido enviado como pastor de todos os fiéis para promover o bem comum da Igreja universal e o de cada uma das Igrejas particulares, tem a supremacia do poder ordinário sôbre tôdas as Igrejas (CD 2).

174. De quais instituições se serve o Papa no governo da Igreja?

No exercício do poder supremo, pleno e imediato sôbre a Igreja universal, o Romano Pontífice serve-se dos Dicastérios da Cúria Romana, que, por isso, trabalham em seu nome e com a sua autoridade, para bem das Igrejas e em serviço dos sagrados Pastôres (CD 9).

175. *Quem são os Bispos?*

Entre os vários ministérios que, desde os primeiros tempos, se exercem na Igreja, ocupa o primeiro lugar, como testemunha a tradição, o múnus daqueles que, constituídos no episcopado, conservam a semente apostólica por uma sucessão que vem ininterrupta desde o comêço. E assim, como atesta Santo Irineu, a tradição apostólica manifesta-se e mantém-se no mundo inteiro através daqueles que os Apóstolos constituíram bispos e seus sucessores até ao presente.

Os Bispos receberam o encargo de servir a comunidade, com os seus colaboradores, presbíteros e diáconos, e presidem em nome de Deus à grei, de que são pastores, como mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do govêrno da Igreja (LG 20).

176. *Para os fiéis, quem está presente na pessoa dos Bispos?*

Na pessoa dos Bispos, a que assistem os presbíteros, é o próprio Senhor Jesus Cristo, Pontífice supremo, que está presente no meio dos fiéis (LG 21).

177. *De que maneira os Bispos participam do ministério profético de Cristo?*

De entre os deveres principais dos Bispos, sobressai a pregação do Evangelho. Os Bispos são, efetivamente, os arautos da fé, que levam a Cristo novos discípulos; e os doutôres autênticos, isto é, investidos na autoridade de Cristo, que ao povo a êles confiado pregam a fé que deve crer e aplicar à vida, e a ilustram à luz do Espírito Santo, tirando do tesouro

da Revelação coisas novas e velhas (cf. Mt 13, 52); a fazem frutificar; e afastam com cuidado os erros que ameaçam as suas greis (cf. 2 Tim 4, 1-4) (LG 25).

178. De que maneira os Bispos participam do ministério sacerdotal de Cristo?

O Bispo, revestido da plenitude do sacramento da Ordem, é o administrador da graça do sumo sacerdócio, especialmente na Eucaristia que ele oferece ou manda oferecer, e pela qual a Igreja vive e cresce continuamente (LG 26).

179. Como exercitam, em particular, seu ofício sacerdotal?

Pelo ministério da palavra comunicam a força de Deus para salvação dos crentes (cf. Rom 1, 16), e santificam os fiéis pelos sacramentos, cuja administração ordenada e frutuosa regulam com a própria autoridade. Regulamentam a administração do batismo, que dá a participação no sacerdócio régio de Cristo. São eles os ministros primários da confirmação, os dispensadores das sagradas ordens, os ordenadores da disciplina penitencial; exortam e instruem com solicitude o seu povo, para que participe com fé e devoção na liturgia, especialmente no Santo Sacrifício da Missa (LG 26).

180. De que maneira os Bispos participam do ministério real de Cristo?

Os Bispos regem como vigários e legados de Cristo as Igrejas particulares a eles confiadas, com

os seus conselhos, exortações e exemplos, e ainda com a sua autoridade e o seu poder sagrado, de que se servem unicamente para fazer crescer a sua grei na santidade e na verdade, lembrados de que quem é o maior deve tornar-se o mais pequeno, e quem ocupa o primeiro lugar deve ser como aquêles que serve (cf. Lc 22, 26-27). Este poder, de que pessoalmente dispõem em nome de Cristo, é próprio, ordinário e imediato, ainda que o seu exercício seja regulado em última instância pela suprema autoridade da Igreja, e possa circunscrever-se dentro de limites determinados, tendo em vista a utilidade da Igreja ou dos fiéis. Por fôrça deste poder, os Bispos têm o direito sagrado e, diante do Senhor, o dever, de legislar para os seus súditos, de os julgar, e de regular tudo quanto diz respeito à organização do culto e do apostolado (LG 27).

181. Os Bispos constituem um elemento essencial da Igreja, desejado por Deus?

Assim como permanece o múnus que o Senhor concedeu individualmente a Pedro, o primeiro dos Apóstolos, para ser transmitido aos seus sucessores, do mesmo modo o ofício dos Apóstolos, de apascentar a Igreja, continua e é exercido permanentemente pela ordem sagrada dos Bispos. Por isso, ensina este Sagrado Concílio que, por instituição divina, os Bispos sucederam aos Apóstolos como pastores da Igreja: quem os ouve, ouve a Cristo; quem os despreza, despreza a Cristo e Aquele que o enviou (cf. Lc 10, 16) (LG 20).

182. Que relação existe entre Pedro e os outros Apóstolos; e entre o Papa e os outros Bispos?

O paralelismo entre São Pedro e os demais Apóstolos, por um lado, e o Sumo Pontífice e os Bispos, por

outro, não implica a transmissão dos poderes extraordinários dos Apóstolos aos seus sucessores, nem, como é evidente, a *igualdade* entre a Cabeça e os membros do Colégio; mas implica tão só uma *proporcionalidade* entre a primeira relação (Pedro - Apóstolos) e a segunda (Papa - Bispos) (Nota prévia explicativa - LG).

183. *Quem escolhe e nomeia os Bispos?*

Tendo sido instituídos por Cristo Senhor o múnus apostólico dos Bispos, e visando êle a uma finalidade espiritual e sobrenatural, o sagrado Concílio Ecumênico declara que o direito de nomear e criar os Bispos é próprio, peculiar e, por sua natureza, exclusivo da competente autoridade eclesiástica (CD 20).

184. *De que modo o Papa e os Bispos se encontram unidos?*

Tal como, por disposição do Senhor, São Pedro e os demais Apóstolos formam um só Colégio Apostólico, de maneira semelhante o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os Bispos, sucessores dos Apóstolos, estão unidos entre si (LG 22).

185. *Que significado tem êste colégio Episcopal sucedido ao Colégio Apostólico?*

Êste Colégio, porque se compõe de muitos, expressa a variedade e a universalidade do Povo de Deus; e porque se agrupa sob um só cabeça, significa a unidade da grei de Cristo (LG 22).

186. *Como se chega a ser membro do Colégio Episcopal?*

E' em virtude da consagração sacramental, e mediante a comunhão hierárquica com a Cabeça e os membros do Colégio, que fica alguém constituído membro do Corpo episcopal (LG 22).

187. *O Colégio Episcopal possui poder supremo e pleno sôbre tôda a Igreja?*

A ordem dos Bispos — que sucede ao Colégio Apostólico no magistério e no regime pastoral, e na qual perdura continuamente o corpo apostólico em união com a sua Cabeça, o Romano Pontífice, e nunca sem êle — é também sujeito do poder supremo e pleno sôbre a Igreja universal, mas êste poder não pode ser exercido senão com o consentimento do Pontífice Romano (LG 22).

188. *Quando é que o Colégio Episcopal exerce de modo solene o seu poder supremo?*

O poder supremo, que êste Colégio possui sôbre tôda a Igreja, é exercido de modo solene no Concílio Ecumênico (LG 22).

189. *Pode-se constituir legitimamente um Concílio sem a presença do Papa, ou contra êle?*

Não pode haver Concílio Ecumênico que como tal não seja aprovado ou ao menos reconhecido pelo Sucessor de Pedro e é prerrogativa do Romano Pontífice convocar êstes Concílios, presidi-los e confirmá-los (LG 22).

190. *O supremo poder do Colégio Episcopal pode se exercido de maneira diferente?*

Este mesmo poder colegial, em união com o Papa, pode ser exercido pelos Bispos dispersos pelo mundo, desde que a Cabeça do Colégio os convoque para uma ação colegial, ou ao menos aprove a ação conjunta dos Bispos ou a aceite livremente, de modo a torná-la um verdadeiro ato colegial (LG 22).

191. *Que representa cada Bispo em particular no Colégio Episcopal?*

O Romano Pontífice como sucessor de Pedro, é o princípio e o fundamento perpétuo e visível da unidade quer dos Bispos quer da multidão dos fiéis. Por sua vez, cada Bispo é o princípio e o fundamento visível da unidade na sua Igreja particular, formada à imagem da Igreja universal: em tôdas as Igrejas particulares está e de tôdas resulta a Igreja Católica una e única. Por isso, cada Bispo representa a sua Igreja; e todos, juntamente com o Papa, representam tôda a Igreja no vínculo da paz, do amor e da unidade (LG 23).

192. *Que responsabilidade de governo os Bispos têm na Igreja?*

Cada Bispo, pôsto à frente duma Igreja particular, exerce o seu poder pastoral sôbre a porção do Povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sôbre as outras Igrejas nem sôbre a Igreja universal. Cada um porém, enquanto membro do Colégio Episcopal e sucessor legítimo dos Apóstolos, por instituição e preceito de Cristo, deve ter pela Igreja universal uma solicitude que, embora não se exerça por atos de ju-

risdição, contribui imenso para o bem da Igreja inteira (LG 23).

193. *Que são as dioceses?*

Diocese é a porção do Povo de Deus, que se confia a um Bispo, coadjuvado pelo seu presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor e reunida por êle no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitui uma Igreja particular, na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica (CD 11).

194. *Quais são os poderes dos Bispos nas suas dioceses?*

a) Aos Bispos, como sucessores dos Apóstolos, compete de direito, na diocese a cada um confiada, todo o poder ordinário, próprio e imediato, que é necessário para o exercício do seu cargo pastoral, salvaguardado sempre em tudo o poder que, em razão do seu múnus, o Romano Pontífice tem de reservar causas a si ou a outra autoridade.

b) A cada um dos Bispos diocesanos é dada a faculdade de, em casos particulares, dispensar da lei geral da Igreja os fiéis sôbre quem exercem autoridade segundo o direito, tôdas as vêzes que a dispensa pareça útil para bem espiritual dos mesmos, a não ser que a suprema autoridade da Igreja tenha estabelecido alguma reserva (CD 8).

195. *Além da ação Colegial com o Papa e a de cada Bispo em particular na própria diocese, é atribuído aos Bispos algum outro tipo de intervenção no governo da Igreja?*

Alguns Bispos das diversas regiões do mundo, escolhidos do modo e processo que o Romano Pontífice estabeleceu ou vier a estabelecer, colaboram mais eficazmente com o Pastor supremo da Igreja formando o Conselho que recebe o nome de *Sínodo dos Bispos*. Este Sínodo, agindo em nome de todo o Episcopado católico, mostra ao mesmo tempo que todos os Bispos em comunhão hierárquica, participam da solicitude de toda a Igreja (CD 5).

196. *Em suas linhas essenciais, como é constituído e como funciona o "Sínodo dos Bispos"?*

1 — O Sínodo dos Bispos, pelo qual os Bispos escolhidos de várias regiões do orbe, prestam mais eficaz colaboração ao Supremo Pastor da Igreja, constitui-se de modo tal, que: a) seja um órgão eclesiástico central; b) faça as vêzes de todo o Episcopado católico; c) seja perpétuo por natureza; d) quanto à estrutura, desempenhe suas funções temporária e ocasionalmente. 2 — Por sua natureza cabe ao Sínodo dos Bispos informar e aconselhar. Poderá também gozar de poder deliberativo, quando lho conceder o Romano Pontífice, a quem competirá nesse caso ratificar as decisões sinodais (Motu proprio Paulo VI "Apostolica sollicitudo" 15 de dezembro de 1965).

197. *Em quais outros modos o exercício Colegial do Episcopado se manifesta na Igreja?*

Dispôs a divina Providência que várias Igrejas, fundadas em diversas regiões pelos Apóstolos e seus su-

cuessores, se reunissem com o decorrer dos tempos em grupos organicamente estruturados, que salvaguardando a unidade da fé e a única constituição divina da Igreja universal, gozam de disciplina, de liturgia e de tradição teológicas próprias. E, algumas dessas, especialmente as antigas Igrejas patriarcais, como mães da fé, geraram filhas, às quais continuaram ligadas até hoje por vínculos mais íntimos de caridade na vida sacramental e na observância mútua de direitos e deveres. Esta variedade das Igrejas locais, assim a tenderem para a unidade, demonstra, com maior evidência, a catolicidade da Igreja indivisa (LG 23).

198. *Quem são os Patriarcas orientais?*

Pelo nome de Patriarca oriental entende-se o Bispo que no próprio território ou rito tem a jurisdição sobre todos os bispos, não excetuados os Metropolitas, sobre o clero e o povo, de acordo com a norma do direito e salvo o primado do Romano Pontífice (OE 7).

199. *Os patriarcas orientais são todos iguais?*

Embora posteriores uns aos outros no tempo, os Patriarcas das Igrejas Orientais são, no entanto, todos iguais em razão da dignidade patriarcal, salva a precedência de honra legitimamente estatuída entre eles (OE 8).

200. *Qual a autoridade de cada Patriarca em seu Patriarcado?*

Os Patriarcas com os seus sínodos constituem a instância suprema para todos os assuntos do Patriar-

cado, não excluído o direito de constituir novas eparquias e de nomear Bispos do seu rito dentro dos limites do território patriarcal, salvo o direito inalienável do Romano Pontífice de intervir em cada caso (OE 9).

201. *Que autoridade exercem os assim chamados "Arcebispos maiores"?*

O que foi dito dos Patriarcas vale também, de acôrdo com as normas do direito, para os Arcebispos maiores, que presidem a tôda uma igreja particular ou a um rito (OE 10).

202. *Os grupos de Igrejas particulares celebram também os seus Concílios?*

Desde os primeiros séculos da Igreja que os Bispos, postos à frente das Igrejas particulares, movidos pela caridade fraterna e pelo zêlo da missão universal confiada aos Apóstolos, uniram as suas fôrças e vontades para promoverem o bem comum e o das Igrejas particulares. Com êste fim, foram instituídos quer os Sínodos, quer os Concílios provinciais, quer mesmo os Concílios plenários, em que os Bispos estabeleceram para Igrejas diversas um sistema comum quanto ao ensino das verdades da fé e à ordenação da disciplina eclesiástica. Êste sagrado Concílio Ecumênico deseja que a veneranda instituição dos Sínodos e Concílios retome nôvo vigor, para se prover mais adequada e eficazmente ao incremento da fé e à conservação da disciplina nas várias Igrejas, segundo as exigências dos tempos (CD 36).

203. *Que são as Conferências Episcopais?*

A Conferência Episcopal é uma espécie de assembléia em que os Bispos duma nação ou território exer-

cem juntos o seu múnus pastoral, para conseguirem, por formas e métodos de apostolado bem conformes às circunstâncias do tempo, aquêles bem mais universal que a Igreja oferece aos homens (CD 38).

204. Por que as dioceses se agrupam também em Províncias ou em Regiões Eclesiásticas?

O bem das almas exige a delimitação adequada não só das dioceses mas também das províncias eclesiásticas: sugere até a ereção de regiões eclesiásticas, para melhor se atenderem às necessidades do apostolado conforme as circunstâncias sociais e locais, e se tornarem mais fáceis e frutuosas as relações dos Bispos tanto entre si como com os Metropolitas e outros Bispos da mesma nação, bem como dos Bispos com as autoridades civis (CD 39).

205. No exercício do próprio ministério, os Bispos devem ser livres de toda autoridade civil?

No exercício do seu ministério apostólico, ordenado à salvação das almas, os Bispos têm de direito liberdade plena e perfeita, e independência de qualquer poder civil. Por isso, não é lícito impedir-lhes direta ou indiretamente o exercício do seu múnus eclesiástico nem proibir-lhes de comunicarem livremente com a Sé Apostólica, com as outras autoridades eclesiásticas e com os seus súditos (CD 19).

206. O ministério espiritual dos Bispos deve ser considerado unido ao bem temporal da sociedade em que vivem?

Sem dúvida, os sagrados Pastôres, quando atendem ao bem espiritual dos seus rebanhos, favorecem

ao mesmo tempo o progresso social e civil, e fomentam a prosperidade, colaborando eficazmente para tal fim com as autoridades públicas — em virtude do seu ofício, e como convém a Bispos — e recomendando a obediência às leis justas e o respeito às autoridades legítimamente constituídas (CD 19).

207. *Por que algumas vêzes dá-se ao Bispo diocesano um Bispo Coadjutor?*

O Bispo diocesano — pela excessiva extensão da diocese, pelo exagerado número de habitantes, por condições especiais do apostolado ou por outras causas várias — não pode cumprir por si mesmo tôdas as obrigações episcopais, segundo as exigências do bem das almas. As vêzes, é uma necessidade especial que exige que se dê ao Bispo diocesano um Bispo Coadjutor para a ajudar (CD 25).

208. *Para que são nomeados os “Bispos “Auxiliares?”*

Quando o bem das almas o requerer, não tenha dificuldade o Bispo diocesano em pedir à autoridade competente um ou vários Auxiliares que são dados à diocese sem direito de sucessão (CD 26).

209. *Quem é o “Bispo Coadjutor”?*

O Bispo Coadjutor, isto é, aquêlê que é nomeado com direito de sucessão, sempre há de ser constituído Vigário Geral pelo Bispo diocesano (CD 26).

210. *Qual a finalidade do Bispo Vigário Castrense?*

Como a assistência espiritual aos soldados, por causa das condições particulares de vida que levam, exige grande cuidado, erija-se, sendo possível, um Vicariato castrense em cada nação (CD 43).

211. *Em que consiste o Magistério da Igreja?*

Pois, por vontade de Cristo, a Igreja Católica é mestra da verdade, e tem por encargo dar a conhecer e ensinar autenticamente a Verdade que é Cristo, e ao mesmo tempo declarar e confirmar, com a sua autoridade, os princípios de ordem moral que dimanam da natureza humana (DH 14).

212. *Porque o Magistério da Igreja também requer o uso das técnicas modernas?*

A Igreja Católica, instituída por Nosso Senhor Jesus Cristo para levar a salvação a todos os homens, e impelida pela necessidade de infundir a mensagem evangélica, julga ser seu dever anunciar aos homens a mensagem de salvação também através dos meios de comunicação social e ensinar-lhes o uso reto deles (IM 3).

213. *Existe na Igreja o carisma da infalibilidade?*

Embora não gozem da prerrogativa da infalibilidade pessoal, os Bispos, no exercício do seu magistério autêntico em matéria de fé e costumes, enunciam a doutrina de Cristo de modo infalível quando — dispersos pelo mundo, mas conservando a comunhão entre si e com o Sucessor de Pedro — concordam em pro-

por uma sentença a seguir como definitiva. Isto é ainda mais manifesto quando, reunidos em Concílio Ecu-
mênico, são para toda a Igreja juizes e doutores da fé
e dos costumes, devendo aderir-se às suas definições
com assentimento de fé.

A infalibilidade, de que o Divino Redentor dotou
a sua Igreja para definir a doutrina de fé e costumes,
abrange o depósito da Revelação, que deve ser guar-
dado com zelo e exposto com fidelidade. O Romano
Pontífice, Cabeça do Colégio Episcopal, goza desta in-
falibilidade em virtude do seu ofício, quando define
uma doutrina de fé ou de costumes, como Supremo
Pastor e Doutor de todos os cristãos, confirmando na
fé os seus irmãos (cf. Lc 22, 32). Por isso, as suas
definições são irreformáveis só por si, sem necessida-
de do consentimento da Igreja, uma vez que são pro-
nunciadas sob a assistência do Espírito Santo, prome-
tida ao Papa na pessoa de Pedro: não precisam da
aprovação de ninguém, nem admitem qualquer apêlo
a outro juízo. É que nestes casos, o Romano Pontífice
não dá uma opinião como qualquer pessoa privada,
mas propõe ou defende a doutrina da fé católica co-
mo Mestre Supremo da Igreja universal, dotado pes-
soalmente do carisma da infalibilidade que pertence à
própria Igreja (LG 25).

*214. De que maneira os fiéis na Igreja, partici-
pam eles também do carisma da infalibilidade?*

A totalidade dos fiéis, que possuem a unção que
vem do Espírito Santo (cf. 1 Jo 2, 20 e 27), não pode
enganar-se na fé, e manifesta esta sua propriedade
característica através do sentido sobrenatural da fé
do povo inteiro, quando, “desde os Bispos até aos
últimos fiéis leigos”, exprime o seu consenso universal
a respeito das verdades de fé e costume (LG 12).

215. *O Magistério da Igreja, mesmo nos casos em que não se trata de infalibilidade, deve ser sempre ouvido e seguido?*

Quando ensinam em comunhão como o Romano Pontífice, os Bispos devem ser considerados por todos como testemunhas da verdade divina e católica; e cada fiel deve aceitar o juízo que o seu Bispo dá em nome de Cristo, nas coisas de fé e moral, e aderir a êle com religioso respeito. Êste assentimento religioso da vontade e da inteligência deve, em modo particular, prestar-se ao magistério autêntico em matéria de fé e costumes, enunciam não fala “ex cathedra”; de maneira que se reconheça com reverência o seu magistério supremo e se adira sinceramente à doutrina que o Papa apresenta, de harmonia com a sua mente e a sua vontade manifesta, quais transparecem principalmente quer da índole dos documentos, quer da freqüência em propor a mesma doutrina, quer da própria maneira de falar (LG 25).

216. *A realidade misteriosa de Igreja está presente em cada comunidade de fiéis?*

Esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em tôdas as legítimas comunidades locais de fiéis; elas mesmas, unidas aos seus pastôres, recebem no Nôvo Testamento o nome de Igrejas (LG 26).

217. *São legítimas as Igrejas particulares?*

Por êste motivo que existem legitimamente, no seio da comunhão eclesial, Igrejas particulares, gozando de tradições próprias, sem prejuízo do primado da Sé de Pedro, que preside à comunhão universal da caridade, protege as diversidades legítimas e ve-

la para que as particularidades, não prejudiquem a unidade, mas para ela contribuam mesmo positivamente (LG 13).

218. *A legitimidade das Igrejas particulares afeta tanto aquelas do Oriente como as do Ocidente?*

As Igrejas do Oriente como as do Ocidente possuem o direito e têm o dever de se regerem segundo as próprias disciplinas peculiares, enquanto se recomendam por veneranda antiguidade, são mais conformes aos costumes de seus fiéis e parecem mais aptas a buscar o bem das almas (OE 5).

219. *As Igrejas Orientais Católicas têm algum direito e dever em particular, a respeito dos ritos litúrgicos e da disciplina?*

Saibam e tenham por certo todos os Orientais que sempre podem e devem observar os seus legítimos ritos litúrgicos e a sua disciplina; e que não serão introduzidas modificações a não ser em razão do progresso próprio e orgânico. Tudo isto, deve ser observado pelos próprios Orientais com a maior fidelidade. E de tudo isto devem eles adquirir um conhecimento cada vez maior e um uso cada vez mais perfeito. E se indevidamente os abandonaram em vista das circunstâncias de tempos ou pessoas, procurem regressar às tradições ancestrais (OE 6).

220. *Os mesmos princípios valem também para os Orientais separados que ingressam na Igreja Católica?*

Os batizados de qualquer igreja ou comunidade acatólica que ingressarem na plenitude da comunhão

católica, retenham em tôda a parte e próprio rito, cultivem-no e observem-no na medida do possível. Fica, todavia, salvo o direito de recorrer nos casos peculiares de pessoas, comunidades ou regiões à Sé Apostólica (OE 4).

221. Quais são os principais colaboradores dos Bispos no govêrno da diocese?

O cargo principal da Cúria diocesana é o de Vigário Geral. Mas, sempre que o exija o bom govêrno da diocese, pode o Bispo nomear um ou vários Vigários Episcopais, que por direito, gozam do poder atribuído pelo direito comum ao Vigário Geral sôbre uma determinada parte da diocese ou sôbre um determinado gênero de assuntos ou sôbre os fiéis dum determinado rito.

Entre os cooperadores do Bispo no govêrno da diocese, contam-se também os presbíteros que formam o seu senado ou conselho, como são os membros do capítulo catedral, o grupo dos consultores ou outros conselhos, segundo as circunstâncias e a índole dos diversos lugares (CD 27).

222. Que é a paróquia?

Visto que nem sempre e em todos os lugares o Bispo, em sua Igreja, pode presidir pessoalmente a todo o seu rebanho, deve necessariamente organizar grupos de fiéis, entre os quais sobressaem as paróquias, confiadas a um pastor local, que as governa, fazendo as vêzes do Bispo. As paróquias representam, de algum modo, a Igreja visível espalhada por todo o mundo (SC 42).

223. *Que são, então os párocos?*

Os principais colaboradores do Bispo são, os párocos, a quem, como pastores próprios, é confiada, sob a autoridade do Bispo, a cura de almas numa parte determinada da diocese (CD 30).

224. *Que função os sacerdotes vigários paroquiais exercem?*

Os vigários paroquiais, sendo cooperadores do pároco, prestam diariamente auxílio precioso e prático ao ministério pastoral exercido sob a autoridade do pároco (CD 30).

225. *Quem são os Sacerdotes ou Presbíteros?*

Com efeito, os sacerdotes, em virtude da sagrada Ordenação e da missão que recebem das mãos dos Bispos, são promovidos ao serviço do Cristo Mestre, Sacerdote e Rei, de cujo ministério participam, mediante o qual a Igreja continuamente é edificada em Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo (PO 1).

226. *Qual é o dom espiritual ou carisma que caracteriza os Sacerdotes?*

O dom espiritual, recebido pelos sacerdotes na Ordenação, não os prepara para uma missão limitada e determinada, mas sim para a missão imensa e universal da salvação, “até aos confins da Terra” (At 1); com efeito, todo o ministério sacerdotal participa da amplitude universal da missão confiada por Cristo aos Apóstolos (PO 10).

227. Como os sacerdotes realizam e exercitam o dom espiritual recebido?

O ministério sacerdotal sendo ministério da própria Igreja, só em comunhão hierárquica com todo o corpo se pode desempenhar. Portanto, a caridade pastoral instiga os sacerdotes, agindo nesta comunhão, a entregarem a sua vontade por obediência ao serviço de Deus e dos seus irmãos, recebendo com espírito de fé e executando o que lhes é preceituado ou recomendado pelo Sumo Pontífice, pelo próprio Bispo e outros Superiores, entregando-se “superentregando-se”, de todo o coração, a qualquer cargo, ainda que humilde e pobre, que lhes seja confiado (PO 15).

228. Que se entende por “ofício eclesiástico”?

Por ofício eclesiástico, se deve entender como qualquer múnus estávelmente fundado para exercício dum fim espiritual (PO 20).

229. Como os Sacerdotes participam do ofício profético de Cristo?

O povo de Deus é reunido antes de mais pela palavra de Deus vivo, que é justíssimo esperar receber da boca dos sacerdotes. Com efeito, como ninguém se pode salvar se antes não tiver acreditado, os sacerdotes, como, cooperadores dos Bispos, tem, como primeiro dever, anunciar a todos o Evangelho de Deus, para que, realizando o mandato do Senhor: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a todas as criaturas” (Mc 16, 15), constituam e aumentem o Povo de Deus (PO 4).

230. *Como os Sacerdotes participam do ofício sacerdotal de Cristo?*

Deus, que é o único Santo e santificador, quis unir a si como companheiros e colaboradores, os homens que servem humildemente a obra de santificação. Donde vem que os sacerdotes são consagrados por Deus, por meio do ministério dos Bispos, para que, feitos participantes do sacerdócio de Cristo de modo especial, sejam na celebração sagrada ministros d'Aquêle que exerce de modo eminente na Liturgia o seu ofício sacerdotal a nosso favor. Na verdade, introduzem, os homens no Povo de Deus pelo batismo; pelo sacramento da Penitência, reconciliam os pecadores com Deus e com a Igreja; com o óleo dos enfermos, aliviam os doentes; sobretudo com a celebração de missa, oferecem sacramentalmente o sacrifício de Cristo. Em todos os sacramentos, porém, como já nos tempos da Igreja primitiva testemunhou Santo Inácio Mártir, os sacerdotes unem-se hierarquicamente de diversos modos com o Bispo, e assim o tornam de algum modo presente em tôdas as assembleias dos fiéis (PO 5).

231. *Como os Sacerdotes participam do ofício régio de Cristo?*

Exercendo, com a autoridade que lhes toca, o múnus de Cristo cabeça e Pastor, os sacerdotes reúnem, em nome do Bispo, a família de Deus, como fraternidade bem unida, e levam-na a Deus Pai por Cristo no Espírito. Para exercer êste ministério, como também para os restantes ofícios sacerdotais é conferido poder espiritual, que é dado para edificação (PO 6).

232. *Por que os sacerdotes rezam o breviário todos os dias?*

Os sacerdotes ao recitar o Ofício, distribuem pelas horas do dia os louvores e ações de graças que usam na celebração da Eucaristia; é com o Ofício divino que êles, em nome da Igreja, rezam a Deus por todo o povo que lhes fôra confiado mais ainda, por todo o mundo (PO 5).

233. *Por que os sacerdotes não se casam?*

O celibato harmoniza-se por muitos títulos com o sacerdócio. Na verdade, por êle a missão sacerdotal entrega-se totalmente ao serviço da humanidade nova, que Cristo, vencedor da morte, suscita no mundo pelo seu Espírito e tem a sua origem, “não no sangue, nem na vontade da carne, nem na vontade do homem, mas em Deus” (Jo 1, 13). Pela virgindade ou pelo celibato observado por amor do Reino dos Céus, os sacerdotes consagram-se por um nôvo e excelente título a Cristo, aderem a Êle mais facilmente com um coração indiviso, n’Êle e por Êle mais livremente se dedicam ao serviço de Deus e dos homens, com mais facilidade servem o seu Reino e a obra da regeneração celeste, e tornam-se mais aptos para receberem, de forma mais ampla, a paternidade em Cristo. Dêste modo, manifestam ainda aos homens que desejam dedicar-se indivisamente ao *múnus* que lhes foi confiado, isto é, de desposar os fiéis com um só varão e apresentá-los como virgem casta a Cristo, evocando assim aquela misteriosa união fundada por Deus e que se há de manifestar plenamente no futuro, em que a Igreja terá um único Espôso, Cristo. Além disso tornam-se sinal vivo do mundo futuro, já presen-

te pela fé e pela caridade, em que os filhos da ressurreição, não se casam, nem se dão em casamento.

Por tôdas estas razões, fundadas no mistério de Cristo e na sua missão, o celibato, que a princípio era apenas recomendado aos sacerdotes, depois foi imposto por lei a todos aquêles que deviam ser promovidos às Ordens sacras. O Sacrossanto Concílio aprova e confirma novamente esta legislação no que respeita àqueles que se destinam ao presbiterado (PO 16).

234. Por que, então, não se exige a continência ou celibato também dos padres de rito oriental?

De si não é exigida pela própria natureza do sacerdócio, como se deixa ver pela prática da Igreja primitiva e tradição das Igrejas Orientais, onde, além daqueles que, com todos os Bispos, escolhem, pelo dom da graça, a observância do celibato, existem meritisimos sacerdotes casados. Recomendando o celibato eclesiástico, êste sagrado Concílio de forma nenhuma deseja mudar a disciplina contrária, legitimamente vigente nas Igrejas Orientais, e exorta amorosamente a todos os que receberam o presbiterado já no matrimônio, a que, perseverando na sua santa vocação, continuem a dispensar generosa e plenamente a sua vida pelo rebanho que lhes foi confiado (PO 16).

235. Quais as relações existentes entre os Bispos e os Sacerdotes?

Todos os presbíteros, quer diocesanos quer religiosos, participam e exercem com o Bispo o sacerdócio único de Cristo; estão, pois, constituídos cooperadores providentes da Ordem episcopal (CD 28).

236. Que é o Presbitério do Bispo?

Os sacerdotes, elevados ao presbiterado pela ordenação, estão unidos entre si numa íntima fraternidade sacramental. Especialmente na Diocese a cujo serviço, sob o Bispo respectivo, estão adscritos, formam um só Presbitério (PO 8).

237. Quais as relações existentes entre os Sacerdotes e os demais homens?

Os sacerdotes, tirados dentre os homens e constituídos a favor dos homens nas coisas que se referem a Deus, para oferecerem dons e sacrifícios pelos pecados, convivem fraternalmente com os restantes homens (PO 3).

238. Os sacerdotes devem trabalhar?

Os que receberam ordens sacras — embora possam algumas vezes ocupar-se das coisas seculares, exercendo até uma profissão secular — em virtude da sua vocação estão destinados principal e diretamente ao sagrado ministério (LG 31).

239. O ministério dos sacerdotes deve ser remunerado?

Entregues ao serviço de Deus, pelo desempenho do cargo que lhes foi confiado, os sacerdotes são merecedores da justa recompensa, visto que “o operário é digno do seu salário” (Lc 10, 7), e “o Senhor ordenou àqueles que anunciam o Evangelho, que vivam do Evangelho” (1 Cor 9, 14) (PO 20).

240. *Que uso os sacerdotes devem fazer dos bens materiais, a eles confiados?*

O sacerdotes, na verdade, porque o Senhor é a "sua parte e a sua herança" (Núm 18, 20), devem usar os bens materiais somente para aqueles fins a que, segundo a doutrina e ordenação da Igreja, é lícito destiná-los (PO 17).

241. *De que maneira a Providência suscita as vocações sacerdotais?*

A Providência Divina distribui os dotes necessários àqueles que são chamados por Deus a participar do sacerdócio hierárquico e ajuda-os com a Sua divina graça, ao mesmo tempo que aos legítimos ministros da Igreja confia o encargo de chamar os candidatos aprovados com reconhecida idoneidade, que com intenção reta e liberdade plena, pedirem êste múnus, e de os consagrarem com o zêlo do Espírito Santo ao culto de Deus e serviço da Igreja (OT 3).

242. *E' um dever interessar-se pelo incremento das vocações eclesiásticas?*

O dever de fomentar as vocações pertence a toda a comunidade cristã, que sobretudo deve promovê-las mediante uma vida plenamente cristã; mormente para isso concorrem tanto as famílias, que animadas pelo espírito de fé, de caridade e piedade, são como que o primeiro Seminário, como as paróquias, de cuja vida abundante participam os mesmos adolescentes. Os mestres e todos aqueles que, de algum modo, se ocupam da educação dos jovens e das crianças, bem como as Associações Católicas, de tal forma procurem cultivar o espírito dos adolescentes a si confiados, que eles possam receber e seguir de bom

grado a vocação divina. Os sacerdotes manifestem o máximo zelo em favorecer as vocações; e pela sua própria vida, humilde, laboriosa, levada com ânimo alegre, assim como pela mútua caridade sacerdotal e fraterna cooperação, arrastem a alma dos adolescentes para o sacerdócio (OT 2).

243. *Quem são os Diáconos?*

No grau inferior da Hierarquia estão os diáconos que receberam e recebem a imposição das mãos, "não para o sacerdócio mas para o ministério".

Assim, confortados pela graça sacramental, servem o povo de Deus nos ministérios da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o Bispo e o seu presbitério. Pertence ao diácono, conforme as determinações da autoridade competente, administrar o Batismo solene, conservar e distribuir a Eucaristia, assistir em nome da Igreja aos matrimônios e abençoá-los, levar o Viático aos moribundos, ler a Sagrada Escritura aos fiéis, instruir e exortar o povo, presidir ao culto e à oração dos fiéis, administrar os sacramentais, e presidir aos ritos dos funerais e da sepultura. Dedicados às tarefas de caridade e administração, recordem os diáconos aquele conselho de São Policarpo: "Misericordiosos e diligentes, procedem de harmonia com a verdade do Senhor que se fez servidor de todos" (LG 29).

244. *Para exercer todos êsses ofícios, teremos Diáconos distintos dos Presbíteros?*

Tendo em conta que, segundo a disciplina hoje em dia vigente na Igreja latina, em várias regiões só dificilmente se chegam a desempenhar estas funções tão necessárias para a vida da Igreja, daqui em diante poderá o diaconado ser restabelecido como grau próprio

e permanente na Hierarquia. Competirá às Conferências Episcopais territoriais, de maior ou menor âmbito, decidir, com a aprovação do Sumo Pontífice, se é oportuno e onde, para o bem das almas, instituírem-se tais diáconos (LG 29).

245. A quem poderá ser conferido tal Diaconado?

Poderá este diaconado, com o consentimento do Romano Pontífice, ser conferido a homens de idade madura, mesmo casados, ou também a jovens idôneos: mas para estes últimos mantêm-se em vigor a lei do celibato (LG 29).

246. Quem são os leigos?

Por "leigos" entende-se aqui o conjunto dos fiéis, com exceção daqueles que receberam uma ordem sacra ou abraçaram o estado religioso aprovado pela Igreja, isto é, os fiéis que — por haverem sido incorporados em Cristo pelo Batismo e constituídos em Povo de Deus, e por participarem a seu modo do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo — realizam na Igreja e no mundo, na parte que lhes compete, a missão de todo o povo cristão.

A índole secular, é própria e peculiar dos leigos (LG 31).

247. Como os leigos participam do ofício sacerdotal de Cristo?

Cristo Jesus, Sumo e Eterno Sacerdote, querendo continuar também por meio dos leigos o seu testemunho e o seu ministério, vivifica-os com o seu Espírito e impele-os constantemente a toda a obra boa e perfeita.

Àqueles que une intimamente à sua vida e missão, dá-lhes também parte no seu múnus sacerdotal em ordem a exercerem um culto espiritual, para glória de Deus e salvação dos homens. Por êste motivo os leigos, enquanto consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, têm uma vocação admirável e são dotados de capacidade para que o Espírito produza nêles frutos sempre mais abundantes. Tôdas as suas obras, orações e iniciativas apostólicas, a vida familiar e conjugal, o trabalho cotidiano, o descanso do espírito e do corpo, se fôrem realizados no Espírito, e até mesmo as contrariedades da vida, se levadas com paciência, convertem-se em sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf 1 Pdr 2, 5), que, na celebração da Eucaristia, se oferecem piedosamente ao Pai, juntamente com a oblação do Corpo do Senhor. Assim também os leigos, procedendo santamente em tôda a parte como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo (LG 34).

248. *Como os leigos participam do ofício profético de Cristo?*

Cristo, o grande Profeta que, pelo testemunho da sua vida e pela força da sua palavra, proclamou o Reino do Pai, cumpre o seu múnus profético até à plena manifestação da glória, não apenas por meio da Hierarquia, que ensina em seu nome e com o seu poder, mas também por meio dos leigos, a quem nomeia suas testemunhas e a quem dá o sentido da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17-18; Apc 19, 10), para que façam brilhar a força do Evangelho na vida cotidiana, familiar e social. Eles apresentam-se como filhos da promessa, quando, fortes na fé e na esperança, aproveitam o tempo presente (cf. Ef 5, 16; Col 4, 5) e com paciência esperam a glória futura (cf. Rom 8, 25). Não

escondam esta esperança no interior da alma, mas exprimam-na mesmo através das estruturas da vida social, por uma renovação contínua e pela luta “contra os dominadores dêste mundo tenebroso e contra os espíritos do mal” (Ef 6, 12).

Assim como os Sacramentos da Nova Lei, nos quais se alimenta a vida e apostolado dos fiéis, prefiguram um nôvo céu e uma nova terra (Apc 21, 1), assim também os leigos se tornam válidos arautos daquela fé dos bens esperados (cf. Hbr 11, 1), se unirem sem desfalecimentos, a uma vida segundo a fé, a profissão da mesma fé. Esta evangelização, anúncio de Cristo, feito pelo testemunho da vida e pela palavra, adquiere um aspecto característico e uma eficácia particular, pelo fato de se realizar nas condições ordinárias da vida no mundo (LG 35).

249. A cooperação dos leigos na obra evangelizadora de Cristo e da Igreja, pode ser desenvolvida de maneira mais direta?

Os leigos colaboram na obra de evangelização da Igreja e participam da sua missão salvífica, ao mesmo tempo como testemunhas e como instrumentos vivos, sobretudo se, depois de chamados por Deus, são aceitos pelos Bispos para esta empresa.

Nas terras já cristãs, os leigos concorrem para a obra de evangelização, fomentando em si e nos outros o conhecimento e o amor pelas missões, suscitando vocações na própria família, nas associações católicas e nas escolas, oferecendo auxílios de tãda a espécie para que o dom da fé, que êles receberam de graça, possa ser também oferecido a outros.

Nas terras de missão, os leigos, quer estrangeiros quer nativos, exerçam o ensino nas escolas, adminis-

trem as coisas temporais, colaborem na atividade paroquial e diocesana, iniciem e promovam as várias formas de apostolado dos leigos, para que os fiéis das igrejas jovens possam assumir quanto antes a sua parte na vida da Igreja (AD 41).

250. Como os leigos participam do ofício régto de Cristo?

Cristo, tendo-se feito obediente até à morte, foi por isso mesmo exaltado pelo Pai (cf. Filip 2, 8-9) e entrou na glória do seu Reino; a Ele estão submetidas tôdas as coisas, até que se sujeite a si mesmo e consigo sujeite tôda a criação ao Pai, a fim de que Deus seja tudo em todos (cf. 1 Cor 15, 27-28). Poder êste que Jesus Cristo comunicou aos discípulos, para que, também êles, ficassem investidos num domínio livre, próprio de reis, e, pela abnegação de si mesmos e por uma vida santa, vencessem em si próprios o reino do pecado (cf. Rom 6, 12); e mesmo para que, servindo a Cristo também nos outros, conduzissem pela humildade e paciência os seus irmãos àquele Rei a quem servir é reinar. Na verdade o Senhor deseja dilatar, também pela atividade dos fiéis leigos, o seu reino, reino de verdade e de vida, reino de santidade e da graça, reino de justiça, de amor e de paz; neste reino também o mundo criado será liberto das cadeias da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus (cf. Rom 8, 21). Grande é pois a promessa, e grande o mandato que se dá aos discípulos: "Tôdas as coisas são vossas, mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus" (cf. 1 Cor 3, 23) (LG 36).

251. *Que direitos têm os leigos com relação aos Pastôres sagrados?*

Os leigos, como todos os cristãos, têm o direito de receber abundantemente dos sagrados Pastôres os bens espirituais, sobretudo os auxílios da palavra de Deus e dos sacramentos; manifestem-lhes, pois, as suas necessidades e os seus desejos, com a liberdade e confiança própria de filho de Deus e irmãos em Cristo. Segundo a ciência, competência e prestígio que possuam, têm a faculdade, às vêzes até o dever, de manifestar o seu parecer no que se refere ao bem da Igreja. Faça-se isto, se as circunstâncias o requerem, através, de órgãos estabelecidos pela Igreja para o efeito, sempre com verdade, fortaleza e prudência, mostrando respeito e caridade para com aquêles que, por motivo do seu ofício sagrado, fazem as vêzes de Cristo (LG 37).

252. *Quais deveres têm os leigos para com a Hierarquia?*

Os leigos, como aliás todos os fiéis, seguindo o exemplo de Cristo — que pela sua obediência até à morte, abriu a todos os homens o caminho feliz da liberdade dos filhos de Deus — procurem aceitar com prontidão e obediência cristã tudo o que os Sagrados Pastôres, como representantes de Cristo, no exercício da sua função de mestres e governantes estabelecerem na Igreja. Em suas orações não deixem de recomendar a Deus os Superiores, que vigiam sôbre as nossas almas como quem delas terá de prestar contas, para que êles cumpram o seu dever com alegria e sem angústia (cf. Hbr 13, 17) (LG 37).

253. Qual é a vocação dos leigos na Igreja?

Os leigos, congregados no Povo de Deus e constituídos no único Corpo de Cristo sob uma só Cabeça, quaisquer que sejam, são chamados a contribuir para o incremento e para a santificação perene da Igreja, como membros vivos, aplicando tôdas as forças recebidas de Deus e de Cristo Redentor.

O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvífica da Igreja; a êste apostolado são destinados todos pelo Senhor ao receberem o Batismo e a Confirmação. Pelos sacramentos, especialmente pela Sagrada Eucaristia, comunica-se e alimenta-se aquela caridade para com Deus e para com os homens, que é a alma de todo apostolado (LG 33).

254. Qual é a obrigação especial dos leigos na Igreja?

Os leigos são chamados de modo especial a tornar presente e operante a Igreja naqueles lugares e circunstâncias, onde Ela só por meio dêles pode vir a ser sal da terra (LG 33).

255. É necessário na Igreja o apostolado dos leigos?

O apostolado dos leigos, que deriva da própria vocação cristã, jamais poderá faltar na Igreja (AA 1).

256. Seria particularmene urgente o apostolado dos leigos nos nossos dias?

Os nossos tempos não exigem um menor zêlo dos leigos; mais ainda, as condições atuais exigem dêles absolutamente um apostolado cada vez mais intenso e mais universal. Com efeito, o aumento crescente da população, o progresso da ciência e da técnica, as rela-

ções mais estreitas entre os homens, não só dilataram imenso os campos do apostolado dos leigos, em grande parte acessíveis só a eles, mas também suscitaram novos problemas que reclamam a sua atenção interessada e o seu esforço. Este apostolado torna-se tanto mais urgente quanto a autonomia de muitos setores da vida humana, como é justo, aumentou por vêzes com um certo afastamento da ordem ética e religiosa e com grave perigo para a vida cristã. Além disso, em muitas regiões onde os sacerdotes são demasiado poucos ou, como acontece por vêzes, são privados da liberdade de ministério, a Igreja dificilmente poderia estar presente e ativa sem o trabalho dos leigos.

Sinal desta múltíplice e urgente necessidade é a evidente atuação do Espírito Santo que hoje torna os leigos cada vez mais conscientes da própria responsabilidade e por tôda a parte os estimula ao serviço de Cristo e da Igreja (AA 1).

257. Que atitude os leigos devem assumir diante dos aspectos negativos do mundo atual?

Congreguem os leigos os seus esforços para sanar as estruturas e as condições do mundo, se acaso elas incitam ao pecado, de modo que tudo se conforme às normas da justiça e, longe de impedir, favoreça a prática das virtudes (LG 36).

258. Qual deve ser o comportamento dos leigos diante dos valores positivos do mundo atual?

Devem os fiéis reconhecer a natureza íntima de tôdas as criaturas, o seu valor e ordenação para a glória de Deus, e devem ajudar-se mutuamente a conseguir uma vida mais santa, mesmo através das atividades propriamente seculares, de modo que o mundo se

impregne do espírito de Cristo e atinja o seu fim na justiça, na caridade e na paz. No desempenho dêste dever de alcance universal, compete aos leigos a principal responsabilidade. Procurem, pois, através da sua competência e da sua atividade no domínio profano, interiormente elevadas pela graça de Cristo, contribuir eficazmente para que os bens criados se explorem em benefício de todos os homens; sejam melhor distribuídos segundo a ordenação do Criador e a iluminação do seu Verbo, mediante o trabalho humano, a técnica e a cultura civil; e contribuam, na medida que lhes é própria, para o progresso universal na liberdade humana e cristã (LG 36).

259. *O que essencialmente deve ser o leigo cristão, no mundo de hoje?*

Cada um dos leigos deve ser, perante o mundo, testemunha da ressurreição e da vida do Senhor Jesus e sinal do Deus vivo. Todos juntos, cada um na medida das suas possibilidades, devem alimentar o mundo com frutos espirituais (cf. Gál 5, 22), e devem infundir-lhe o espírito que é próprio dos pobres, dos mansos e dos pacíficos, daqueles que o Senhor no Evangelho proclamou bem-aventurados (cf. Mt 5, 3-9). Numa palavra, "o que a alma é no corpo, sejam-no os cristãos no mundo" (LG 38).

260. *Em nossos dias, é bom que a mulher tome parte ativa no apostolado dos leigos?*

Como hoje a mulher tem cada vez mais parte ativa em toda a vida social, é da maior importância que ela tome uma participação mais ampla também nos vários campos do apostolado da Igreja (AA 9).

261. Qual o dever específico dos jovens?

Eles mesmos devem ser os primeiros e imediatos apóstolos da juventude exercer por si mesmos o apostolado entre eles, tendo em conta o meio social em que vivem (AA 12).

262. Qual o apostolado das crianças?

Também as crianças têm a sua própria atuação apostólica. Segundo as suas forças, são em verdade testemunhos vivos de Cristo entre os companheiros (AA 12).

263. De que maneira os leigos podem exercer a sua ação apostólica?

Os leigos podem exercer a sua ação apostólica quer como indivíduos quer unidos em diversas comunidades e associações (AA 15).

264. Qual o valor do apostolado individual dos leigos?

O apostolado individual que deriva com abundância da fonte de uma vida verdadeiramente cristã (cf. Jo 4, 14), é origem e condição de todo o apostolado dos leigos, mesmo do associado, nada o pode substituir.

A êste apostolado, sempre e em toda a parte proveitoso e em certas circunstâncias o único conveniente e possível, são chamados e, por isso, obrigados todos os leigos, de qualquer condição, ainda que não se lhes proporcione ocasião ou possibilidade de cooperar nas associações (AA 16).

265. *O apostolado pode-se tornar, em certas circunstâncias, particularmente necessário?*

Este apostolado individual é urgentemente necessário naquelas regiões em que a liberdade da Igreja é gravemente impedida (AA 17).

266. *Que valor tem o apostolado associado dos leigos?*

Os fiéis são chamados e exercer apostolado individual nas diversas condições da sua vida. Lembrem-se, contudo, que o homem é por natureza social e que aprouve ao Senhor unir num povo de Deus (cf. 1 Pdr 2, -510) e num corpo (cf. 1 Cor 12, 12) os que crêem em Cristo. Portanto, o apostolado em associação responde com fidelidade à exigência humana e cristã dos fiéis e é, ao mesmo tempo, sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo que disse: "Onde estão dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mt 18, 20). Os fiéis exerçam, por conseguinte, o seu apostolado trabalhando para um só fim. Sejam apóstolos assim nas suas comunidades familiares como nas paróquias e dioceses, as quais exprimem a índole comunitária do apostolado. Exerçam-no também nas associações livres que resolverem formar (AA 18).

267. *O apostolado das associações é de necessidade atual?*

Nas circunstâncias presentes é absolutamente necessário que se robusteça a forma associada e organizada do apostolado no campo de atividade dos leigos. É que só a estreita união das forças é capaz de conseguir plenamente os fins do apostolado de hoje e de defender com eficácia os seus bens (AA 18).

268. Entre as diversas formas de apostolado das associações qual é a mais importante?

Entre estas associações são de considerar, antes de mais, aquelas que fomentam e promovem uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a sua fé (AA 19).

269. Quais são as formas de colaboração do apostolado da Hierarquia?

Quer tenham o nome de Ação Católica quer outro, estas formas de apostolado que exercem em nossos dias uma valiosa ação apostólica, são constituídas pelo conjunto das seguintes características:

a) O fim imediato de tais organizações é o fim apostólico da Igreja, isto é, ordena-se à evangelização e santificação dos homens e à formação cristã da sua consciência, de modo a poderem imbuir do espírito do evangelho as várias comunidades e os vários meios.

b) Os leigos cooperando a seu modo com a Hierarquia, contribuem com a sua experiência e assumem a sua responsabilidade no governo destas organizações, no estudo das condições em que a ação pastoral da Igreja se deve exercer e na elaboração e execução dos planos a realizar.

c) Os leigos agem unidos como um corpo orgânico, para que se manifeste com maior evidência a comunidade da Igreja e o apostolado seja mais eficaz.

d) Os leigos, quer se ofereçam espontaneamente quer sejam convidados à ação e direta colaboração com o apostolado hierárquico, trabalhem sob a superior orientação da mesma Hierarquia, a qual pode sancionar essa cooperação com um mandato explícito.

As organizações nas quais, a juízo da Hierarquia, se encontrem estas características tomadas em conjunto, devem ser consideradas Ação Católica, ainda que por exigências de lugar ou de povos assumam formas e nomes diversos (AA 20).

270. Que se entende por "mandato" da Hierarquia?

Entende-se que a Hierarquia, ordenando o apostolado de diversas maneiras segundo as circunstâncias, vai unindo mais intimamente ao seu próprio múnus apostólico uma ou outra das suas formas, respeitando porém sempre a natureza e a distinção de ambas as partes, e sem com isso se tirar aos leigos a necessária liberdade de ação. Em vários documentos eclesiásticos se dá a êste ato da Hierarquia o nome de "mandato" (AA 24).

271. Qualquer iniciativa de colaboração ao apostolado hierárquico pode chamar-se "católica"?

Nenhuma iniciativa apostólica se pode chamar católica se não tiver a aprovação da legítima autoridade eclesiástica (AA 24).

272. Qual a forma mais íntima de colaboração do leigo, na ação pastoral da Igreja?

A Hierarquia confia aos leigos certas tarefas mais intimamente ligadas ao múnus pastoral, como por exemplo, no ensino da doutrina cristã, nalguns atos litúrgicos e na cura de almas. Em virtude desta missão, os leigos ficam plenamente sujeitos à superior direção eclesiástica, no que se refere ao desempenho deste encargo (AA 24).

273. Quando deve começar a formação ao apostolado?

A formação para o apostolado deve começar desde os princípios da educação infantil. Sejam, porém, iniciados no apostolado e imbuídos dêste espírito particularmente os adolescentes e os jovens. Esta formação deve ser aperfeiçoada durante tôda a vida, de acôrdo com as exigências dos encargos assumidos (AA 30).

274. Quem tem o dever de educar para o apostolado?

Aquêles a quem compete educar cristãmente têm igualmente o dever de formar em ordem ao apostolado (AA 30).

275. Em que consiste a formação ao apostolado leigo?

Uma vez que os leigos têm um modo próprio de participar na missão da Igreja, a sua formação apostólica recebe uma característica especial que lhe vem da mesma índole secular própria do laicado e da sua espiritualidade.

A preparação para o apostolado supõe uma formação humana completa e adaptada à maneira de ser e circunstâncias próprias de cada um. Com efeito, o leigo conhecendo bem o mundo atual, deve ser um membro da sociedade em que vive e ao nível da sua cultura.

Antes de tudo, aprenda o leigo a realizar a missão de Cristo e da Igreja, vivendo da fé no mistério divino da criação e da redenção, guiado pelo Espírito Santo vivificador do povo de Deus, que impele todos os homens a amar a Deus Pai, e n'Ele, o mundo

e os homens. Esta formação deve ser considerada como fundamento e condição de todo e qualquer apostolado fecundo.

Além da formação espiritual, requer-se uma sólida preparação doutrinal, teológica, ética e filosófica, de harmonia com a idade, condição e capacidade. Nem se descure de modo nenhum a importância da cultura geral e da formação prática e técnica. Para cultivar boas relações humanas, é necessário promover os valores verdadeiramente humanos, a começar pela arte de conviver e cooperar fraternalmente, bem como a de estabelecer diálogo com os outros.

Visto que a formação para o apostolado não pode consistir unicamente na instrução teórica, devem ir aprendendo gradual e prudentemente, desde o começo da formação, a considerar, julgar e realizar tôdas as coisas à luz da fé, a formar-se e aperfeiçoar-se com os outros por meio da ação e a entrar assim ao serviço ativo da Igreja. Esta formação, que deve aperfeiçoar-se continuamente por causa da crescente maturidade da pessoa humana e em razão da evolução dos problemas, exige um conhecimento cada vez mais profundo e uma ação adaptada. Ao realizar tôdas estas exigências da formação, devem ter-se sempre em conta a unidade e integridade da pessoa humana, de tal modo que se ressalve e desenvolva a sua harmonia e equilíbrio (AA 29).

276. As diversas formas de apostolado exigem uma preparação adequada e específica?

As diversas formas de apostolado exigem também uma preparação particularmente adequada.

a) Quanto ao apostolado em ordem à evangelização e santificação dos homens, devem os leigos receber

uma formação especial para estabelecerem o diálogo com os outros, quer crentes quer não crentes, e comunicarem a todos a mensagem de Cristo. Como, porém, em nossos dias se vão espalhando largamente por toda a parte várias formas de materialismos, até mesmo entre os católicos convém que os leigos não só aprendam com maior diligência e doutrina católica, especialmente aqueles pontos que são objeto de controvérsia, mas também dêem testemunho de vida evangélica contra qualquer forma de materialismo.

b) Quanto à edificação cristã da ordem temporal, sejam os leigos bem instruídos sobre o verdadeiro significado e valor dos bens temporais, quer em si mesmos considerados, quer no que diz respeito a todos os fins da pessoa humana. Exercitem-se no reto uso das coisas e na organização das instituições, atendendo sempre ao bem comum segundo os princípios da doutrina moral e social da Igreja. Aprendam os leigos antes de mais os princípios da doutrina social e as suas conclusões, de modo a tornarem-se aptos quer para prestarem o seu contributo ao progresso da doutrina, quer para aplicá-las convenientemente aos casos particulares.

c) Visto que as obras de caridade e misericórdia dão um esplêndido testemunho de vida cristã, deve também a formação apostólica levar ao seu exercício, para que os fiéis aprendam, logo desde a infância, a compadecer-se dos pobres e necessitados e a ajudá-los com generosidade (AA 31).

f — Outras características da Igreja

277. *Existe liberdade na Igreja?*

Guardando a unidade nas coisas necessárias, todos, na Igreja, segundo o múnus dado a cada um, conservem a devida liberdade tanto nas várias formas de vida espiritual e de disciplina, como na diversidade de ritos litúrgicos e até mesmo na elaboração teológica da verdade revelada. Mas em tudo cultivem a caridade. Por êste modo de agir, manifestarão sempre melhor a autêntica catolicidade e apostolicidade da Igreja (UR 4).

278. *A Igreja goza de liberdade perante a sociedade civil?*

Entre as coisas que dizem respeito ao bem da Igreja, e mesmo ao bem da própria sociedade terrena, coisas que sempre e em tôda a parte se devem manter e defender de qualquer atentado, sobressai particularmente que a Igreja goze de tôda a liberdade que o seu encargo de salvar os homens requer. É uma liberdade sagrada, com que o filho de Deus dotou a Igreja adquirida com seu próprio sangue. E é de tal modo própria da Igreja, que agem contra a vontade de Deus quando a impugnem. A liberdade da Igreja é um princípio fundamental nas suas relações com os poderes públicos e tôda a ordem civil (DH 13).

279. *A Igreja reivindica para si a liberdade?*

Na sociedade humana e perante qualquer poder público, a Igreja reivindica para si a liberdade; pois ela é uma autoridade espiritual, fundada por Cristo Senhor, a quem incumbe, por mandato divino, o de-

ver de ir por todo o mundo pregar o Evangelho a tôdas as criaturas. A Igreja reivindica também a liberdade como sociedade que é, formada por homens que têm o direito de viver na sociedade civil segundo os princípios da fé cristã (DH 13).

280. *A Igreja é chamada também às privações e às perseguições?*

Do mesmo modo que Jesus Cristo consumou a redenção na pobreza e na perseguição, assim também, para poder comunicar aos homens os frutos da salvação, a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho. (LG 8).

281. *A Igreja quer a paz?*

A Igreja reprova como contrária ao espírito de Cristo, tôda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou côr, classe ou religião. Conseqüentemente, êste sagrado Concílio, seguindo os exemplo dos santos Apóstolos Pedro e Paulo, pede ardentemente aos cristãos que, "levando uma boa conduta no meio dos homens" (1 Pdr 2, 12), tenham paz com todos quanto dêles depende, de modo que sejam na verdade filhos do Pai que está nos céus (NA 5).

282. *Em que sentido a Igreja está comprometida neste mundo?*

A Igreja, que tem a sua origem no amor do eterno Pai, foi fundada, no tempo, por Cristo Redentor, e reúne-se no Espírito Santo, tem um fim salvador e escatológico, o qual só se poderá atingir plenamente no outro mundo. Mas ela existe já atualmente na terra, composta de homens que são membros da cidade terrena e chamados a formar já na história humana

a família dos filhos de Deus, a qual deve crescer continuamente até a vinda do Senhor. Unida em vista dos bens celestes e com êles enriquecida, esta família foi por Cristo “constituída e organizada como sociedade neste mundo”, dispondo de “convenientes meios de unidade visível e social”. Dêste modo, a Igreja, simultaneamente “agrupamento visível e comunidade espiritual”, caminha juntamente com tôda a humanidade, participa da mesma sorte terrena do mundo e é como que o fermento e a alma da sociedade humana a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus (GS 40).

283. *Em que sentido a Igreja está comprometida no tempo e na história?*

E' dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado a cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas (GS 4).

284. *Que significa “a peregrinação” da Igreja através do mundo e da história?*

A Igreja “continua o seu peregrinar entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus”, anunciando a cruz e a morte do Senhor, até que Ele venha (cf. 1 Cor 11, 26). Mas encontra fôrça no poder do Senhor ressuscitado, para vencer, na paciência e na caridade, as próprias aflições e dificuldades, internas e exteriores, e para revelar ao mundo, com fidelidade, embora entre sombras, o mistério de Cristo, até que por fim Ele se manifeste em luz total (LG 8).

SEGUNDA PARTE

OS MEIOS DE SALVAÇÃO

1. A LITURGIA EM GERAL

a — A obra da salvação

285. *Como se completou a obra da salvação humana?*

A obra da redenção humana e da perfeita glorificação de Deus, que tem o seu prelúdio nas maravilhosas divinas operadas no povo do Antigo Testamento, completou-a o Cristo Senhor, especialmente pelo mistério pascal de sua sagrada paixão, ressurreição dos mortos e gloriosa ascensão; por este mistério, Cristo "morrendo, destruiu a nossa morte, e, ressuscitando recuperou a nossa vida" (SC 5).

286. *Qual foi o instrumento de nossa salvação?*

A humanidade (de Cristo), na unidade da pessoa do Verbo, foi o instrumento de nossa salvação. Pelo que em Cristo "deu-se a perfeita satisfação da nossa reconciliação com Deus e nos foi comunicada a plenitude do culto divino" (SC 5).

287. *De que maneira a obra de nossa salvação continua na Igreja?*

Como Cristo foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só porque, pregando o Evangelho a todos os homens (cf. Mc 16, 15) anunciassem que o Filho de Deus com a sua morte e ressurreição nos livrou do poder de Satanás (cf. At 26, 18) e da morte e nos transferiu

para o reino do Pai, mas também para que levassem a efeito, por meio do sacrifício e dos sacramentos, sobre os quais gira toda a vida litúrgica, a obra de salvação que anunciavam (SC 6).

288. *De que maneira Cristo continua ser instrumento desta obra de salvação?*

Está presente no sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro, pois aquele que agora se oferece pelo ministério sacerdotal é o “mesmo que, outrora, se ofereceu na cruz”, como sobretudo nas espécies eucarísticas. Ele está presente pela sua virtude nos sacramentos, de tal modo que, quando alguém batiza, é Cristo mesmo quem batiza. Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala quando na Igreja se lêem as Sagradas Escrituras. Está presente, por fim, quando a Igreja ora e salmodia, Ele que prometeu: “onde se acharem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18, 20) (SC 7).

b — A liturgia

289. *Que é portanto, a liturgia?*

Com razão a Liturgia é considerada como exercício da função sacerdotal de Cristo. Ela simboliza através de sinais sensíveis e realiza em modo próprio a cada um a santificação dos homens; nela o Corpo Místico de Jesus Cristo, Cabeça e membros, presta a Deus o culto público integral (SC 7).

290. *Como a liturgia é “sinal”?*

A Liturgia mediante a qual, especialmente no divino sacrifício da Eucaristia, “se atua a obra da nos-

sa Redenção", contribui sumamente para que os fiéis expressem em suas vidas e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a genuína natureza da verdadeira Igreja, que tem a característica de ser ao mesmo tempo humana e divina, visível mas dotada de realidades invisíveis, operosa na ação e devotada à contemplação, presente no mundo e todavia peregrina; de tal modo que nela o humano é orientado e subordinado ao divino, o visível ao invisível, a ação à contemplação, a realidade presente à futura cidade para a qual estamos encaminhados (SC 2).

291. *Existe relação entre a liturgia da Igreja terrestre e aquela da Igreja celeste?*

Na Liturgia da terra nós participamos, saboreando-a já, da Liturgia celeste, que se celebra na cidade santa de Jerusalém para a qual nós encaminhamos, como peregrinos, onde o Cristo está sentado à direita de Deus, qual ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo; com toda a milícia do exército celeste entoamos um hino de glória ao Senhor e, venerando a memória dos Santos, esperamos fazer parte da sociedade deles; esperamos pelo Salvador, Nosso Senhor Jesus Cristo, até que Ele, nossa vida se manifeste, e nós apareceremos com Ele na glória (DC 8).

292. *A liturgia esgota toda a ação da Igreja?*

A sagrada Liturgia não esgota toda a ação da Igreja; com efeito, antes que os homens possam chegar-se à Liturgia, é necessário que sejam chamados à fé e se convertam (SC 9).

293. *Então, qual o valor e a dignidade da liturgia em relação as outras atividades da Igreja?*

A Liturgia é o cimo para o qual se dirige a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana toda a sua força. Na verdade, o trabalho apostólico ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo batismo, se reúnam em assembléia para louvar a Deus no meio da Igreja, participem no sacrifício e comam a Ceia do Senhor. A Liturgia, por sua vez impele os fiéis a fim de que, saciados pelos "mistérios pascais", vivam "unidos no amor", e pede que "sejam fiéis na vida a quanto receberam pela fé"; e pela renovação, na Eucaristia, da aliança do Senhor com os homens, solicita e estimula os fiéis para a imperiosa caridade de Cristo (SC 10).

294. *A Liturgia compreende toda a vida espiritual do cristão?*

A vida espiritual não se limita unicamente à participação da sagrada Liturgia. O cristão, chamado para a oração comunitária, deve também entrar no seu quarto para rezar a sós ao Pai (cf. Mt 6, 6); e até, segundo ensina o Apóstolo, deve rezar sem cessar. O mesmo Apóstolo nos ensina também a trazer sempre no nosso corpo os sofrimentos da morte de Jesus para que a vida se revele na nossa carne mortal (cf. 2 Cor 4, 10-11) (SC 12).

295. *Qual é a sua eficácia?*

Da Liturgia, e particularmente da Eucaristia, como de uma fonte, corre sobre nós a graça, e por

meio dela conseguem os homens com total eficácia a santificação em Cristo e a glorificação de Deus, a que se ordenam como a seu fim tôdas as outras obras da Igreja (SC 10).

296. Como se obtêm esta eficácia?

Para chegar a essa eficácia plena, é necessário que os fiéis se acerquem da sagrada Liturgia com disposições de reta intenção, acompanhem com a mente as palavras, e cooperem com a graça divina para não recebê-la em vão (cf. 2 Cor 6, 1) (SC 11).

297. Que consideração devemos dar às práticas de piedade não litúrgicas?

Os atos de piedade do povo cristão, conquanto conformes às leis e normas da Igreja, são muito de se recomendar, principalmente, quando se fazem por ordem da Sé Apostólica.

Gozam também de especial dignidade os atos de piedade das igrejas particulares, que se realizam por disposição dos Bispos, e segundo os costumes ou os livros legitimamente aprovados.

Importa, porém, ordenar êsses atos de piedade, levando em conta os tempos litúrgicos, de modo que se harmonizem com a sagrada Liturgia, nela se inspirem, e a ela, por sua própria natureza muito superior, conduzam o povo cristão (SC 13).

298. Por que essas práticas de piedade não têm a mesma eficácia que as ações propriamente litúrgicas?

Tôda celebração litúrgica, como obra de Cristo sacerdote e do seu corpo, que é a Igreja, é uma a-

ção sagrada por excelência, cuja eficácia nenhuma outra ação da Igreja iguala, sob o mesmo título e grau (SC 7).

299. Quem é capacitado para regular a sagrada Liturgia?

§ 1. Regular a sagrada Liturgia compete unicamente à autoridade da Igreja, a qual reside na Sé Apostólica e, segundo as normas do Direito, no Bispo.

§ 2. Em virtude do poder concedido pelo direito, pertence também às competentes conferências territoriais dos Bispos, de vários tipos, legitimamente constituídas, regular, dentro de determinados limites, a Liturgia.

§ 3. Portanto, ninguém mais, absolutamente, mesmo que seja sacerdote, ouse, por sua iniciativa, acrescentar, suprimir ou mudar seja o que fôr em matéria litúrgica (SC 22).

300. Que relação há entre as cerimônias e as palavras na liturgia?

Na Liturgia as cerimônias e as palavras estão intimamente unidas (SC 35).

301. A Liturgia deve ser também fonte de instrução para os fiéis?

Embora a sagrada Liturgia seja principalmente culto da majestade divina, é também grande fonte de instrução para o povo fiel. Efetivamente, na Liturgia Deus fala ao seu povo, e Cristo continua a anunciar o Evangelho. Por seu lado, o povo responde a Deus com o canto e a oração.

Sobretudo as orações dirigidas a Deus pelo sacerdote que preside à comunidade na pessoa de Cristo, são rezadas em nome de todo o povo santo e de todos os que estão presentes. Os próprios sinais sensíveis que a Liturgia usa para simbolizar as realidades divinas invisíveis foram escolhidos por Cristo ou pela Igreja. Por isso, não é só quando se faz a leitura “do que foi escrito para nosso ensinamento” (Rom 15, 4), mas também quando a Igreja reza, canta ou age, que a fé dos presentes é alimentada e os espíritos se elevam a Deus, para se lhe submeterem de modo racional e receberem com mais abundância a sua graça (SC 33).

302. Qual a importância da Sagrada Escritura na celebração Litúrgica?

É muito grande a importância da Sagrada Escritura na celebração litúrgica. Dela se extraem os textos para a leitura e explicação na homilia e os salmos para cantar; com o seu impulso e da sua inspiração nasceram orações, preces e hinos litúrgicos; dela tiram a sua capacidade de significação os sinais e ações sagradas (SC 24).

303. O que ficou estabelecido acerca do uso da língua latina e vulgar, para maior compreensão da Liturgia?

§ 1. Salvo o direito particular, seja conservado o uso da língua latina nos Ritos latinos.

§ 2. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode ser muito útil para o povo, seja na Missa, seja na administração dos sacramentos, seja em outras partes da Liturgia, dê-se-lhe um lugar

mais amplo, especialmente nas leituras e admoestações, em algumas orações e cânticos, segundo as normas estabelecidas para cada caso (SC 36).

304. *A sagrada Liturgia tem caráter social, como a Igreja?*

As ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja, que é "sacramento da unidade", povo santo reunido e ordenado sob a direção dos Bispos.

Por isso, estas celebrações pertencem a todo o Corpo da Igreja, e o manifestam e o afetam; mas atingem a cada um dos membros de modo diferente, conforme a diversidade de ordens, dos ofícios e da atual participação (SC 26).

305. *E' sempre preferível a celebração comunitária?*

Sempre que os ritos implicam, segundo a natureza particular de cada um, uma celebração comunitária, caracterizada pela presença e ativa participação dos fiéis, inculque-se que esta deve preferir-se, na medida do possível, à celebração individual e quase privada.

Isto vale principalmente para a celebração da Missa e para a administração dos sacramentos, salvaguardando sempre a natureza pública e social de qualquer Missa (SC 27).

306. *Que comportamento o fiel deve ter ao participar de uma função litúrgica?*

Nas celebrações litúrgicas, seja quem fôr, ministro ou fiel, exercendo o seu ofício, faça tudo e só aquilo que pela natureza da coisa ou pelas normas litúrgicas lhe compete (SC 28).

307. *Em que norma se fundamenta a distinção de pessoa na Liturgia?*

Na Liturgia, exceto a distinção que deriva da função litúrgica e das sagradas ordens e das honras devidas às autoridades civis conforme as normas das leis litúrgicas, não haja nenhuma acepção de pessoas privadas ou de condições, quer nas cerimônias, quer nas solenidades externas (SC 32).

308. *Qual a importância do Bispo na Liturgia?*

O Bispo deve ser considerado como sumo sacerdote de seu rebanho, em quem tem origem e de quem depende, de algum modo, a vida dos fiéis em Cristo. Por isso, todos devem dar a maior importância à vida litúrgica da diocese que gravita em redor do Bispo, sobretudo na igreja catedral, convencidos de que a principal manifestação da Igreja se faz numa participação perfeita e ativa de todo o povo santo de Deus na mesma celebração litúrgica, especialmente na mesma Eucaristia, numa única oração, num só altar a que preside o Bispo rodeado pelo seu presbitério e seus ministros (SC 41).

309. *Como a paróquia deve contribuir para a vida litúrgica?*

Deve-se cultivar no espírito e no modo de agir dos fiéis e do clero a vida litúrgica da paróquia e sua relação com o Bispo, e trabalhar para que floresça o sentido da comunidade paroquial, especialmente na celebração comunitária da Missa dominical (SC 42).

310. *Aquêles que não receberam as ordens sagradas exercem também, na celebração litúrgica, um verdadeiro ministério?*

Os que servem ao altar, leitores, comentadores e componentes do grupo coral exercem também um verdadeiro ministério litúrgico. Desempenhem, portanto, sua função com aquela piedade e ordem que convém a tão grande ministério e com razão dêles exige o povo de Deus. Por isso, é necessário que, de acôrdo com as condições de cada qual, sejam cuidadosamente imbuídos do espírito litúrgico e preparados para executar as suas partes, perfeita e ordenadamente (SC 29).

311. *Como a Igreja julga a atual variedade de ritos existentes?*

A santa Mãe Igreja considera com igual direito e honra todos os ritos legitimamente reconhecidos e quer para o futuro conservá-los e de todos os modos incrementá-los, e deseja que, onde fôr necessário, sejam cuidadosa e integralmente revistos, conforme o espírito da sã tradição e se lhes dê nôvo vigor como exigem as condições e necessidades dos tempos atuais (SC 4).

312. *A Liturgia se adapta à mentalidade e aos costumes dos povos?*

A Igreja não deseja impor na Liturgia uma forma rígida e única para aquelas coisas que não dizem respeito à fé ou ao bem de tôda a comunidade; mas respeita e procura desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos. A Igreja considera com benevolência tudo o que nos seus costumes não está indissolúvelmente ligado à superstição e ao

êrro, e, quando possível, o conserva inalterável, por vêzes até admite-o na própria Liturgia, conquanto esteja de acôrdo com as normas do verdadeiro e autêntico espírito litúrgico (SC 37).

313. *Também as ações sagradas, celebradas nas comunidades dos irmãos separados, têm algum valor?*

Também não poucas ações sagradas da religião cristã são celebradas entre os nossos irmãos separados. Por vários modos, conforme a condição de cada igreja ou comunidade, estas ações podem realmente produzir a vida da graça. Devem mesmo ser tidas como aptas para abrir a porta à comunhão da salvação (UR 3).

314. *Que pensar do assim chamado “movimento litúrgico”?*

A preocupação pelo incremento e renovação da liturgia é justamente considerada como um sinal dos desígnios providenciais de Deus sôbre o nosso tempo, como uma passagem do Espírito Santo pela sua Igreja, e imprime uma nota distintiva à própria vida da Igreja, a todo o modo religioso de sentir e de agir do nosso tempo (SC 43).

315. *Como a Liturgia atua êste desígnio providencial de Deus?*

A Liturgia enquanto edifica aquêles que estão na Igreja em templo santo no Senhor, em habitação de Deus no Espírito (cf. Ef 2, 21-22) até atingir a medida da plenitude de Cristo (cf. Ef 4, 13), ao mesmo tempo e de modo admirável robustece as suas fôrças para que

preguem a Cristo; e assim aos que estão fora, ela mostra a Igreja como estandarte erguido diante das nações, (cf. Is 11, 12) sob o qual os filhos dispersos de Deus possam reunir-se (cf. Jo 11, 52) para que haja um só rebanho e um só pastor (cf. Jo 10, 16) (SC 2).

2. O SACRIFÍCIO DA MISSA, OS SACRAMENTOS E OS SACRAMENTAIS

a — Em geral

316. *De que maneira os Sacramentos são sinais e instrumentos de nossa salvação?*

Os Sacramentos destinam-se à santificação dos homens, para a edificação do Corpo de Cristo e, enfim, para prestar culto a Deus. Como sinais, destinam-se também à instrução. Não só supõem a fé, mas também a alimentam, fortificam e exprimem por meio de palavras e ritos, razão pela qual se chamam “Sacramentos da fé”. Conferem a graça, a cuja frutuosa recepção a celebração dos mesmos òtimamente dispõe os fiéis, bem como a honrar a Deus do modo devido e a praticar a caridade (SC 59).

317. *Quais são as obrigações dos fiéis na freqüência aos sacramentos?*

Muito importa que os fiéis compreendam facilmente os sinais sacramentais, recebam com a maior freqüência possível os sacramentos que foram instituídos para alimentar a vida cristã (SC 59).

318. *Por que a Igreja instituiu os Sacramentais?*

A santa Mãe Igreja instituiu os sacramentais como sinais sagrados, pelos quais, à imitação dos Sacramentos, são significados efeitos principalmente espirituais, que se obtêm pela oração da Igreja. Pelos sacramentais os homens dispõem para receber o efeito principal dos Sacramentos e santificam as diversas circunstâncias da sua vida (SC 60).

319. *De que maneira os Sacramentos e os Sacramentais, através da participação ao mistério pascal de Cristo, podem santificar as várias circunstâncias da vida?*

A Liturgia dos Sacramentos e dos sacramentais permite que a graça divina, que promana do mistério pascal da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, onde vão buscar a sua eficácia todos os Sacramentos e sacramentais, santifique todos os acontecimentos da vida dos fiéis que os recebem com a devida disposição. E quase não há uso honesto de coisas materiais que não possa ser dirigido à finalidade de santificar o homem e louvar a Deus (SC 61).

320. *Em relação aos outros sacramentos, qual o significado e o valor da Eucaristia na vida da Igreja?*

Os restantes sacramentos, porém, assim como todos os ministérios eclesiásticos e obras de apostolado harmonizam-se com a sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Com efeito, na Santíssima Eucaristia está contido todo o bem espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, a nossa Páscoa e o pão vivo que dá aos homens a vida mediante a sua carne vivificada e vivificadora pelo Espírito Santo; assim são eles convida-

dos e levados a oferecer, juntamente com Ele, a si mesmos, aos seus trabalhos e a tôdas as coisas criadas. Por isso, a Eucaristia aparece como fonte e coroa de tôda a evangelização, enquanto os catecúmenos são pouco a pouco introduzidos na participação da Eucaristia, e os fiéis, já assinalados pelo sagrado batismo e pela confirmação, são plenamente inseridos no corpo de Cristo pela recepção da Eucaristia (PO 5).

b — O Batismo

321. *Como a Igreja recebe ps Catecúmenos, isto é, aqueles que se preparam para o Batismo?*

Aquêles que receberam de Deus por meio da Igreja a fé em Cristo, sejam admitidos ao catecumenato, mediante a celebração de cerimônias litúrgicas; o catecumenato não é mera exposição de dogmas e preceitos, mas uma formação de tôda a vida cristã e uma aprendizagem efetuada de modo conveniente, por cujo meio os discípulos se unem com Cristo seu mestre. Por conseguinte, sejam os catecúmenos convenientemente iniciados no mistério da salvação, na prática dos costumes evangélicos e com ritos sagrados, a celebrar em tempos sucessivos, sejam introduzidos na vida da fé, da liturgia e da caridade do Povo de Deus (AG 14).

322. *O Catecúmeno já faz parte da Igreja de alguma maneira?*

Os catecúmenos que, sob a ação do Espírito Santo, desejam e querem expressamente ser incorporados na Igreja, já em virtude dêste desejo lhe estão uni-

dos. E a Igreja, como Mãe, já lhes dedica o seu amor e os seus cuidados (LG 14).

323. *Que significa e que produz o Sacramento do Batismo?*

Pelo sacramento do batismo, sempre que fôr devidamente conferido segundo a instituição do Senhor e recebido com a devida disposição de alma, o homem é verdadeiramente incorporado em Cristo crucificado e glorificado, e regenerado para participar na vida divina, segundo esta palavra do Apóstolo: “Com Ele fostes sepultados no batismo e n’Ele fostes conressuscitados pela fé no poder de Deus, que O ressuscitou dos mortos” (Col 2, 12) (UR 22).

324. *Em que vida nos introduz o Sacramento do Batismo?*

O batismo constitui o vínculo sacramental da unidade que liga todos os que foram regenerados por êle. O batismo, porém, de per si é o início e o exórdio, pois tende à consecução da plenitude de vida em Cristo. Por isso, o batismo ordena-se à completa profissão de fé, à íntegra incorporação na obra da salvação, tal como o próprio Cristo o quis, e finalmente à total inserção na comunhão eucarística (UR 22).

c — A Confirmação

325. *Que significa e que produz o Sacramento da Confirmação?*

Pelo sacramento da confirmação vinculam-se mais perfeitamente à Igreja e recebem especial vigor do

Espírito Santo: ficam assim mais sèriamente comprometidos como testemunhas verdadeiras de Cristo a dilundir e defender a fé, por palavras e por obras (LG 11).

326. *Que confronto podemos fazer entre a Confirmação e o Batismo?*

Há uma íntima união dêste Sacramento com tôda a iniciação cristã; por êste motivo, é muito conveniente, antes de o receber, fazer a renovação das promessas do Batismo. A Confirmação, se parecer oportuno pode ser conferida durante a Missa (SC 71).

327. *Que poder têm os simples Sacerdotes na administração da Confirmação?*

Todos os presbíteros orientais podem administrar êste sacramento a todos os fiéis de qualquer rito, sem excetuar o latino, quer juntamente com o batismo quer separadamente, observando, porém, o que para sua liceidade é prescrito pelo direito comum ou particular. Também os presbíteros de rito latino, segundo as faculdades que receberam para a administração dêste sacramento, podem administrá-lo aos fiéis das Igrejas Orientais sem prejuízo do rito, observadas, porém, as prescrições de direito comum ou particular no que toca à liceidade (OE 14).

d — A Eucaristia

328. *Qual é o significado e a finalidade do Sacrifício Eucarístico?*

O nosso Salvador instituiu na última Ceia, na noite em que foi entregue, o Sacrifício Eucarístico do

seu Corpo e do seu Sangue para perpetuar no decorrer dos séculos, até Ele voltar, o Sacrifício da Cruz, e para confiar assim à Igreja, sua Espôsa amada, o memorial da sua Morte e Ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal em que se recebe Cristo, a alma se enche de graça e nos é dado o penhor da glória futura (SC 47).

329. Por que o Concílio permitiu a freqüência na Concelebração ou seja a Missa celebrada, ao mesmo tempo por mais Sacerdotes?

A concelebração, que oportunamente manifesta a unidade do sacerdócio, tem sido prática constante até ao dia de hoje, quer no Oriente quer no Ocidente. Por tal motivo, aprouve ao Concílio estender a faculdade de concelebrar (SC 57).

330. De que maneira os fiéis devem participar na Santa Missa?

A Igreja procura, solícita e cuidadosa, que os cristãos não assistam a êste mistério de fé como estranhos ou espectadores mudos, mas participem na ação sagrada, consciente, piedosa e ativamente, por meio de uma boa compreensão dos ritos e orações; sejam instruídos na palavra de Deus; se alimentem na mesa do Corpo do Senhor; dêem graças a Deus; aprendam a oferecer-se a si mesmos, ao oferecer juntamente com o sacerdote, não só pelas mãos dêle, a hóstia imaculada; que dia após dia, por meio de Cristo Mediador, progridam na unidade com Deus e entre si, para que finalmente Deus seja tudo em todos (SC 48).

331. *Por que a participação no convite eucarístico é chamada também "Comunhão"?*

Nós, participando realmente do Corpo do Senhor na fração do pão eucarístico, somos elevados à comunhão com Ele e entre nós. "Sendo um só o pão, todos os que participamos dêste pão único formamos também um só corpo" (1 Cor 10, 17). Assim nos tornamos todos membros dêsse Corpo (cf. 1 Cor 12, 17), "e, cada um de nós, membro dos outros" (Rom 12, 5) (LG 7).

332. *Pode-se receber a comunhão sob as espécies de pão e vinho?*

A comunhão sob as duas espécies, firmes os princípios dogmáticos estabelecidos pelo Concílio de Trento, pode ser permitida, quer aos clérigos e religiosos, quer aos leigos, nos casos a serem determinados pela Santa Sé e a critério do Bispo, como seria o caso dos neo-sacerdotes na Missa de sua ordenação, dos professores na Missa de sua profissão religiosa, dos neófitos na Missa que se segue ao Batismo (SC 55).

333. *Como ficou estabelecido o jejum eucarístico após as concessões feitas pelo Papa, durante o Concílio?*

O Sumo Pontífice, considerando as dificuldades existentes em certas regiões a respeito do jejum eucarístico, atendeu benignamente aos pedidos dos Bispos, permitindo, que o jejum dos alimentos sólidos e das bebidas alcoólicas, seja reduzido à apenas uma hora antes da Comunhão, tanto para os fiéis, como para os Sacerdotes. Todavia, recomenda-se a devida moderação (*Concessão de 21 de novembro de 1964*).

e — A Penitência

334. *Que significa e que produz em nós o Sacramento da Penitência?*

Aquêles que se aproximam do sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram e, ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja que feriram pelo pecado, a qual procura levá-los à conversão pela caridade, pelo exemplo e pela oração (LG 11).

f — A Unção dos Enfermos

335. *Que significa e que produz o Sacramento da Unção dos enfêrmos?*

Pela santa unção dos enfêrmos e a oração dos sacerdotes, tôda a Igreja encomenda os doentes ao Senhor, que sofreu e foi glorificado, para que Ele os alivie e salve (cf. Tg 5, 14-16), e exorta-os a unirem-se livremente à Paixão e Morte de Cristo (cf. Rom 8, 17; Col 1, 24; 2 Tim 2, 11-12; 1 Pdr 4, 13), e a contribuïrem assim para o bem do Povo de Deus (LG 11).

336. *A quem é recomendada a Unção dos enfêrmos?*

A “Extrema-Unção”, que também e melhor pode ser chamada “Unção dos Enfêrmos” não é um Sacramento só dos que estão no fim da vida. E’ já certamente tempo oportuno para a receber quando o fiel começa, por doença ou por velhice, a estar em perigo de morte (SC 73).

337. *Que significa e que produz o Sacramento da Ordem?*

Cristo, a quem o Pai santificou e enviou ao mundo (Jo 10, 36), fêz participar os Bispos da sua consagração e da sua missão, através dos Apóstolos, aos quais eles sucedem; e os Bispos confiaram legitimamente o cargo do seu ministério, em grau diverso, a pessoas diversas na Igreja. Assim, o ministério eclesiástico, de instituição divina, é exercido em ordens diversas por aqueles que já antigamente eram chamados Bispos, Presbíteros e Diáconos (LG 28).

338. *Que significa e que produz, em particular, a Ordenação Episcopal?*

Cristo enriqueceu os Apóstolos com efusão especial do Espírito Santo (cf. At 1, 8; 2, 4; Jo 20, 22-23), em ordem a poderem desempenhar ofícios tão excelsos; os Apóstolos, por sua vez, transmitiram aos seus colaboradores, pela imposição das mãos, êste dom do Espírito (cf. 1 Tim 4, 14; 2 Tim 1, 6-7), que chegou até nós pela consagração episcopal. Ensina, pois, êste Sagrado Concílio que, pela consagração episcopal, é conferida a plenitude do sacramento da Ordem, chamada por isso, na Liturgia da Igreja e na linguagem dos Santos Padres, “sumo sacerdócio”, “cume do ministério sagrado”. Juntamente com o múnus de santificar, a consagração episcopal confere ainda os de ensinar e de governar, ofícios aliás que, por sua natureza, não podem exercer-se senão em comunhão hierárquica com a Cabeça e com os membros do Colégio. Na verdade, da Tradição, qual aparece sobretudo nos ritos

litúrgicos e no uso da Igreja quer oriental quer ocidental, consta claramente que, pela imposição das mãos e pelas palavras consecratórias, se confere a graça do Espírito Santo e se imprime o caráter sagrado, de tal modo que os Bispos, de maneira eminente e visível, fazem as vezes do próprio Cristo, Mestre, Pastor e Pontífice, e agem em seu nome. Compete aos Bispos admitir, no corpo episcopal, novos eleitos, pelo sacramento da Ordem (LG 28).

339. *De que maneira o Presbiterado é uma Ordem?*

O ofício dos sacerdotes, enquanto unido à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo funda, santifica e governa o seu Corpo. Por isso, o sacerdócio dos Presbíteros, supondo, é certo, os sacramentos da iniciação cristã, é, todavia, conferido mediante um sacramento particular, em virtude do qual os sacerdotes, pela unção do Espírito Santo, são assinalados com um caráter especial e, dessa maneira, configurados a Cristo sacerdote, de tal modo que possam agir na pessoa de Cristo Cabeça (PO 2)

340. *Que significa e que produz a Ordenação Sacerdotal?*

Ainda que não tenham sido elevados ao pontificado e dependam dos Bispos no exercício dos seus poderes, os Presbíteros estão-lhes unidos na dignidade sacerdotal comum e, pelo sacramento da Ordem, ficam consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, como verdadeiros sacerdotes do Nôvo Testamento (LG 28).

341. *Que relação existe entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis?*

O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, apesar de diferirem entre si essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se um para o outro mutuamente; de fato, ambos participam, cada qual a seu modo, do sacerdócio único de Cristo (LG 10).

h — O Matrimônio

342. *Que significa e que produz o Sacramento do Matrimônio?*

Os esposos cristãos, pela virtude do sacramento do matrimônio, que faz que eles sejam símbolos do mistério de unidade e do amor fecundo entre Cristo e a Igreja, e que do mesmo mistério participem (cf. Ef 5, 32), ajudam-se mutuamente a conseguir a santidade na vida conjugal e na aceitação e educação dos filhos, e gozam, para isso, no estado e na função que lhes são próprios, de um dom característico dentro do Povo de Deus (cf. 1 Cor 7, 7). E' realmente desta união que procede a família, em que para a sociedade humana nascem os novos cidadãos, os quais — pela graça do Espírito Santo e para perpetuarem através dos séculos o Povo de Deus — pelo batismo se tornam filhos de Deus. E' necessário que nesta, que bem pode chamar-se Igreja doméstica, os pais sejam para os filhos, através da palavra e do exemplo, os primeiros arautos da fé, e fomentem a vocação própria de cada um, com especial cuidado a vocação sagrada (LG 11).

343. *Que decidiu o Concílio a respeito da administração dos Sacramentais, por parte dos leigos?*

Providencie-se de modo que alguns sacramentais, pelo menos em circunstâncias especiais e a juízo do Ordinário, possam ser administrados por leigos dotados das qualidades requeridas (SC 79).

344. *Que decidiu o Concílio a respeito do Sacramental dos funerais?*

As exéquias devem exprimir melhor o caráter pascal da morte cristã. Adapte-se mais o rito às condições e tradições das várias regiões, mesmo no que respeita à côr litúrgica.

Faça-se a revisão do rito de sepultura das crianças e enriquecendo-o de Missa própria (SC 81-82).

345. *Que ficou estabelecido pela Igreja a respeito da sepultura dos fiéis?*

1) Todo o cuidado deve ser empregado para que seja fielmente mantido o costume de sepultar os cadáveres dos fiéis; pelo que, com oportunas instruções e advertências, cuidarão os Ordinários de que o povo cristão fuja à cremação dos cadáveres, e não renuncie, senão em casos de verdadeira necessidade, ao uso da inumação, que a Igreja sempre manteve e adornou com solenes ritos.

2) Todavia, para não aumentar as dificuldades hoje surgidas, e para não multiplicar os casos de dispen-

sa das leis vigentes, inculca-se conveniente aduzir alguma mitigação ao disposto nos cânones 1203, § 20 (que proíbe a execução do mandato de cremação) e 1240, § 10, nº 5 (de negação de sepultura eclesiástica a quem houver pedido a cremação); de modo que, doravante, o disposto nesses cânones não mais se deva observar em todos os casos, senão somente quando conste que a cremação seja requerida como negação dos dogmas cristãos ou com ânimo sectário, ou por ódio contra a religião católica e a Igreja.

3) Daí se segue que a quem tiver pedido a cremação do próprio cadáver não deverão ser negados, por essa razão, os Sacramentos e os sufrágios públicos, a não ser que conste haver sido tal pedido formulado pelos motivos supra-indicados, hostís à vida cristã.

4) Para não enfraquecer o apêgo do povo cristão à tradição eclesiástica, e para mostrar a aversão da Igreja à cremação, os ritos da sepultura eclesiástica e dos sufrágios subseqüentes nunca se celebrarão no lugar onde ocorra a cremação, nem também até ali se acompanhará o cadáver. (*Instrução da S. Congregação para a Doutrina da Fé a propósito da cremação dos cadáveres, de 8 de maio de 1964*).

I — A «Celebração da Palavra de Deus»

346. *Que se entende por "Celebração da Palavra de Deus" e quando se pode fazê-la?*

Favoreça-se, a juízo do Ordinário do lugar, a celebração da palavra de Deus, presidida pelo Diácono ou mesmo por um leigo para isso deputado, naqueles

lugares onde não há um sacerdote nem possibilidades de aí ser celebrada a Santa Missa nos domingos e dias de preceito. As normas desta celebração são as mesmas já preceituadas para a liturgia da palavra na Missa: leia-se em vernáculo, no geral, a Epístola e o Evangelho da Missa do dia, anteceditos e intercalados com cânticos, tirados principalmente dos salmos. O presidente, se é diácono, faça homilia; se não é diácono, leia a homilia indicada pelo Bispo ou pelo pároco; tôda a celebração termine com "a oração comum dos fiéis" e com a oração dominical (Lit-Instr. 37).

347. Quando é mais conveniente fazer a celebração da Palavra de Deus, e de que modo?

É conveniente que a celebração da palavra de Deus nas vigílias das festas mais solenes, nalgumas férias do Advento e da Quaresma e também nos domingos e dias festivos, seja segundo a Liturgia da Palavra na Missa, ainda que nada impeça que haja uma só leitura. Ao dispôr as várias leituras, até para que se perceba mais claramente a história da salvação, a leitura do Antigo Testamento preceda geralmente a do Nôvo, de maneira que o Evangelho resulte como o coroamento de tudo (Lit-Instr. 38).

3. OFÍCIO DIVINO E O ANO LITURGICO

a — O Ofício Divino

348. *Qual é a origem e o fundamento do Ofício divino?*

O Sumo Sacerdote da nova e eterna Aliança, Jesus Cristo, ao assumir a natureza humana trouxe a êste exílio da terra aquêle hino que se canta por tôda a eternidade na celeste mansão. Ele une a si tôda a humanidade e associa-se a êste cântico divino de louvor.

Continua êsse múnus sacerdotal por intermédio de sua Igreja, que louva o Senhor sem cessar e intercede pela salvação do mundo, não só com a celebração da Eucaristia, mas de vários outros modos, especialmente pela recitação do Ofício divino (SC 83).

349. *Em que consiste o Ofício divino e quem deve recitá-lo?*

O Ofício divino, segundo a antiga tradição cristã, destina-se a consagrar, pelo louvor a Deus, o curso diurno e noturno do tempo. E quando são os sacerdotes que cantam êsse admirável cântico de louvor, ou outros para tal deputados pela Igreja, ou os fiéis quando rezam juntamente com o sacerdote segundo as formas aprovadas, então é verdadeiramente a voz da Espôsa que fala com o Espôso ou, melhor, é a oração que Cristo unido ao seu Corpo eleva ao Pai (SC 84).

350. *Que missão cumprem os que rezam o Ofício divino?*

Todos, pois, os que fazem esta oração, cumprem por um lado a obrigação própria da Igreja, e por ou-

tro participam na imensa honra da Espôsa de Cristo, porque estão em nome da Igreja diante do trono de Deus, a louvar o Senhor (SC 85).

351. Como deve ser distribuída no tempo a recitação do Ofício divino?

Importa, quer para santificar verdadeiramente o dia, quer para fazer a recitação com fruto espiritual, que ao rezá-las se observe o tempo que mais se aproxima do verdadeiro tempo de cada uma das Horas canônicas (SC 94).

352. Além das comunidades religiosas obrigadas ao coro e os clérigos ao breviário, existem outros que rezam a oração oficial da Igreja contida no Ofício divino?

Os membros de qualquer instituto de estado de perfeição, que, por força das Constituições, recitam algumas partes do Ofício divino, fazem oração pública da Igreja.

Fazem também oração pública da Igreja, se por força das Constituições, recitam algum Ofício Parvo, desde que seja estruturado sobre o esquema do Ofício divino legitimamente aprovado (SC 98).

353. Que nos recomenda a Igreja a respeito do Ofício divino para os leigos?

Esforcem-se os pastores de almas a fim de que nos domingos e festas mais solenes se celebrem em comum na Igreja as Horas principais, especialmente Vésperas. Recomenda-se também aos leigos que reci-

tem o Ofício divino, quer juntamente com sacerdotes, quer reunidos entre si, e até cada um em particular (SC 100).

b — O Ano Litúrgico

354. *Qual é o significado do ano litúrgico e da festa da Páscoa, que é o centro do mesmo?*

A santa Mãe Igreja considera seu dever celebrar, em determinados dias do ano, a memória sagrada da obra de salvação do seu divino Espôso. Em cada semana, no dia que ela chamou Domingo, comemora a Ressurreição do Senhor, como a celebra também uma vez por ano na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da sua Paixão.

Revela todo o mistério de Cristo no decorrer do ano, desde a Encarnação e Nascimento até a Ascensão, ao Pentecostes, à expectativa da feliz esperança e da vinda do Senhor.

Com esta recordação dos mistérios da Redenção, a Igreja oferece aos fiéis as riquezas das obras e merecimentos do seu Senhor, a ponto de os tornar como que presentes a todo o tempo, para que os fiéis, em contato com êles, se tornem repletos da graça de salvação (SC 102).

355. *A Páscoa poderá ter data fixa?*

O Concílio Vaticano II, tendo na devida conta o desejo expresso por muitos para dar à festa da Páscoa um domingo determinado e de estabelecer um calendário fixo, depois de ter ponderado maduramente as conseqüências que poderão resultar da introdução do nôvo calendário, declara o seguinte:

1. O sagrado Concílio não se opõe à fixação da festa da Páscoa num domingo certo do Calendário Gregoriano, com o consentimento dos interessados, principalmente os irmãos separados da comunhão com a Sé Apostólica.

2. Igualmente declara não se opor às iniciativas para introduzir um calendário perpétuo na sociedade civil.

Contudo, entre os vários sistemas em estudo para fixar um calendário perpétuo e introduzi-lo na sociedade civil, a Igreja só não se opõe àqueles que conservam a semana de sete dias e com o respectivo domingo. A Igreja deseja também manter intacta a sucessão hebdomadária, sem inserção de dias fora da semana, a não ser que se apresentem gravíssimas razões, sujeitas à consideração da Sé Apostólica (SC, Apêndice).

356. Que lugar terá o culto de Nossa Senhora no decorrer do ano litúrgico?

No ciclo anual da celebração dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera com especial amor, e porque unida indissolúvelmente à obra de salvação do seu Filho, a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, em quem vê e exalta o mais excelso fruto da Redenção, e em quem contempla, como em puríssima imagem, tudo o que ela deseja e espera com alegria ser (SC 103).

357. Por qual motivo a Igreja inseriu, no ciclo do ano litúrgico, a veneração dos Santos?

A Igreja inseriu também no ciclo anual a memória dos Mártires e outros Santos, os quais, tendo pela graça multiforme de Deus atingido a perfeição e

alcançado a salvação eterna, cantam hoje a Deus no céu o louvor perfeito e intercedem por nós. Ao celebrar o “dies natalis” (dia da morte) dos Santos, proclama o mistério pascal realizado na paixão e glorificação deles com Cristo, propõe aos fiéis os seus exemplos, que conduzem os homens ao Pai por Cristo, e implora pelos seus méritos os benefícios de Deus (SC 104).

358. *O ano litúrgico tem também uma função formativa e ascética?*

Em várias épocas do ano e seguindo o uso tradicional, a Igreja completa a formação dos fiéis servindo-se de piedosas práticas corporais e espirituais, da instrução, da oração e das obras de penitência e caridade (SC 105).

359. *Como se deve ordenar, no curso do ano litúrgico, a celebração das festas de Nosso Senhor e dos Santos?*

Orienta-se o espírito dos fiéis em primeiro lugar para as festas do Senhor, as quais celebram durante o ano os mistérios da salvação e, para que o ciclo destes mistérios possa ser celebrado no modo devido e na sua totalidade, dê-se ao Próprio do Tempo o lugar, que lhe convém, de precedência sobre as festas dos Santos (SC 108).

4. CANTO, MÚSICA E ARTE SACRA

a — Canto e música

360. *Que valor e significado têm a música e o canto na litúrgia?*

A tradição musical da Igreja é um tesouro de inestimável valor, que excede tôdas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene. O canto sacro foi enaltecido quer pela Sagrada Escritura (cf. Ef 5, 19; Col 3, 16), quer pelos Santos Padres e pelos Romanos Pontífices, que recentemente, a começar por São Pio X, definiram, com insistência, a função ministerial da Música sacra no culto divino. Por êsse motivo a Música sacra será tanto mais santa quanto mais intimamente unida estiver à ação litúrgica, quer como expressão mais suave da oração, quer favorecendo a unanimidade, quer, enfim, dando maior solenidade aos ritos sagrados. A Igreja, porém, aprova e admite no culto divino tôdas as formas de verdadeira arte, contanto que estejam dotadas das qualidades devidas (SC 112).

361. *Quais formas de canto e de música reconhece a Igreja?*

A Igreja reconhece como canto próprio da Liturgia romana o canto gregoriano; portanto, na ação litúrgica, ocupa o primeiro lugar entre seus similares. Os outros gêneros de Música sacra, especialmente a polifonia, não são absolutamente excluídos da celebração dos ofícios divinos, contanto que se harmonizem com o espírito da ação litúrgica (SC 116).

362. Os cantos populares religiosos podem ser inseridos na Liturgia?

O canto popular religioso seja inteligentemente incentivado, de modo que os fiéis possam cantar nos piedosos e sagrados exercícios e nas próprias ações litúrgicas, de acôrdo com as normas e prescrições das rubricas (SC 118).

363. Quais instrumentos musicais são admitidos no culto divino?

Tenha-se em grande aprêço, na Igreja latina, o órgão de tubos, instrumento musical tradicional e cujo som é capaz de trazer às cerimônias do culto um esplendor extraordinário e elevar poderosamente o espírito para Deus e para as coisas divinas. No culto divino podem ser utilizados outros instrumentos, segundo o parecer e o consentimento da autoridade territorial competente, contanto que êsses instrumentos sejam adequados ao uso sacro, ou possam a êle se adaptar, condigam com a dignidade do templo e favoreçam realmente com a dignidade dos fiéis (SC 120).

364. Que recomenda a Igreja aos compositores musicais?

Os compositores imbuídos do espírito cristão, compreendam que foram chamados para cultivar a Música sacra e para aumentar-lhe o patrimônio. Que as suas composições se apresentem com as características da verdadeira Música sacra, possam ser cantadas não só pelos grandes coros, mas se adaptem também aos pequenos e favoreçam uma ativa participação de tôda a assembléia dos fiéis. Os textos destina-

dos ao canto sacro devem estar de acôrdo com a doutrina católica e inspirar-se sobretudo na Sagrada Escritura e nas fontes litúrgicas (SC 121).

b — Arte

365. *Qual é a importância da arte religiosa e da arte sacra?*

Entre as mais nobres, atividades do espírito humano estão, de pleno direito, as artes liberais, e muito especialmente, a arte religiosa e o seu mais alto cimo, que é a arte sacra. Elas espelham, por natureza, a infinita beleza de Deus a ser expressa por certa forma pelas obras humanas, e estarão mais orientadas para o louvor e glória de Deus se não tiverem outro fim senão o de conduzir piamente e o mais eficazmente possível através, das suas obras, o espírito do homem para Deus (SC 122).

366. *Qual é o estilo artístico preferido pela Igreja?*

A Igreja nunca considerou seu nenhum estilo de arte, mas aceitou os estilos de tôdas as épocas, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos vários ritos, criando assim no decorrer dos séculos um tesouro artístico que deve ser conservado cuidadosamente. Também em nossos dias e em todos os povos e regiões a arte goza de livre exercício na Igreja, contanto que sirva com a devida reverência e a devida honra às exigências dos ritos e edifícios sagrados. Assim poderá ela unir a sua voz ao admirável cântico de glória que os grandes homens elevaram à fé católica nos séculos passados (SC 123).

367. *Que recomenda a Igreja aos artistas?*

Os artistas todos, que levados por seu gênio, querem servir na santa Igreja à glória de Deus, lembrem-se constantemente de que a sua atividade é, de certa forma, uma sagrada imitação de Deus Criador e de que as suas obras se destinam ao culto católico, à edificação à piedade e à instrução religiosa dos fiéis (SC 127).

TERCEIRA PARTE
A LEI DA SALVAÇÃO

終

1. OS MANDAMENTOS DE DEUS E A CONSCIÊNCIA DO HOMEM

a — A norma de vida

368. *Qual é a suprema norma da vida humana?*

A suprema norma da vida humana é a própria lei divina, eterna, objetiva e universal, com a qual Deus, no designio da sua sabedoria e amor, ordena, dirige e governa o universo inteiro e os caminhos da comunidade humana (DH 3).

369. *Como deve ser reconhecida e respeitada a ordem moral objetiva?*

O Concílio declara que indistintamente devem todos professar a primazia da ordem moral objetiva, visto que é a única que supera e adequadamente dispõe tôdas as demais ordens das coisas humanas, não excetuando as da arte, por mais respeitáveis que sejam. Com efeito, somente a ordem moral atinge, em tôda a sua natureza, o homem, criatura racional de Deus, chamada ao sobrenatural, e se fôr fiel e integralmente guardada, leva-o à consecução da perfeição e da bem-aventurança plena (IM 6).

b — A Consciência

370. *Além da Revelação, o homem encontra também em si mesmo a Lei moral objetiva?*

No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impõe a si mesmo mas à qual

deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faz isto, evita aquilo. O homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgado (GS 16).

371. *Que é a consciência?*

A consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a reta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objetivas da moralidade. Não raro, porém, acontece que a consciência erra, por ignorância invencível, sem por isso perder a própria dignidade. Outro tanto não se pode dizer quando o homem se descuida de procurar a verdade e o bem e quando a consciência se vai progressivamente cegando, com o hábito de pecar (GS 16).

372. *A consciência deve então ser respeitada?*

O homem ouve e reconhece os ditames da lei divina por meio da consciência, que ele deve seguir fielmente em toda a sua atividade, para chegar ao seu fim, que é Deus. Não deve, portanto, ser forçado a agir contra a própria consciência. Nem deve também

ser impedido de atuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa (*DH* 3).

373. *No exercício de liberdade da própria consciência, devemos só pensar em nós?*

E' no seio da sociedade humana que se exerce o direito à liberdade em matéria religiosa; por isso, este exercício está sujeito a certas normas reguladoras.

No uso de qualquer liberdade deve respeitar-se o princípio moral da responsabilidade pessoal e social: cada homem e cada grupo social estão moralmente obrigados, no exercício dos próprios direitos, a ter em conta os direitos alheios e os seus próprios deveres para com os outros e o bem comum, com todos se deve proceder com justiça e bondade (*DH* 7).

c — O maior Mandamento

374. *Qual é o maior mandamento?*

O maior mandamento da lei é amar a Deus de todo o coração, e ao próximo como a si mesmo (cf. Mt 22, 37-40). Cristo fez dêste mandamento do amor para com o próximo o seu mandamento, e enriqueceu-o com nôvo significado, identificando-se aos irmãos como objeto da caridade, dizendo: "sempre que o fizestes a um dêstes meus irmãos mais pequeninos a mim o fizestes" (Mt 25, 40). Com efeito, assumindo a natureza humana, Ele uniu a si como família, por uma certa solidariedade sobrenatural, todos os homens e fez da caridade o sinal dos seus discípulos, com estas palavras: "nisto conhecerão todos que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros" (Jo 13, 35) (*AA* 8).

2. O PRIMEIRO MANDAMENTO DO DECALOGO:

*"Eu sou o Senhor teu Deus; Não terás outro Deus
fora de Mim".*

a — Reconhecer e adorar a Deus

375. *Por que o homem deve reconhecer e adorar
a Deus?*

A razão mais sublime da dignidade do homem consiste na sua vocação à união com Deus. E' desde o começo da sua existência que o homem é convidado a dialogar com Deus: pois, se existe, é só porque, criado por Deus por amor, é por Ele por amor constantemente conservado; nem pode viver plenamente segundo a verdade, se não reconhecer livremente êsse amor e se entregar ao seu Criador. Porém, muitos dos nossos contemporâneos não atendem a esta íntima e vital ligação a Deus, ou até a rejeitam explicitamente; de tal maneira que o ateísmo deve ser considerado entre os fatos mais graves do tempo atual e submetido a atento exame (GS 19).

b — O ateísmo

376. *Que é e como se manifesta o ateísmo?*

Com a palavra "ateísmo", designam-se fenômenos muito diversos entre si. Com efeito, enquanto alguns negam expressamente Deus, outros pensam que o ho-

mem não pode afirmar seja o que fôr a seu respeito; outros ainda, tratam o problema de Deus de tal maneira que êle parece não ter significado. Muitos, ultrapassando indevidamente os limites das ciências positivas, ou pretendem explicar tôdas as coisas só com os recursos da ciência, ou, pelo contrário, já não admitem nenhuma verdade absoluta. Alguns, exaltam de tal modo o homem, que a fé em Deus perde tôda a força, e parecem mais inclinados a afirmar o homem do que a negar Deus. Outros, concebem Deus de uma tal maneira, que aquilo que rejeitam não é de modo algum o Deus do Evangelho. Outros há que nem sequer abordam o problema de Deus: parecem alheios a qualquer inquietação religiosa e não percebem porque se devem ainda preocupar com a religião. Além disso, o ateísmo nasce muitas vêzes dum protesto violento contra o mal que existe no mundo, ou de se ter atribuído indevidamente o caráter de absoluto a certos valores humanos que passam a ocupar o lugar de Deus. A própria civilização atual, não por si mesma mas pelo fato de estar muito ligada com as realidades terrestres, torna muitas vêzes mais difícil o acesso a Deus (GS 19).

377. Que é o ateísmo sistemático?

O ateísmo moderno apresenta muitas vêzes uma forma sistemática, a qual prescindindo de outros motivos, leva o desejo de autonomia do homem a um tal grau que constitui um obstáculo a qualquer dependência para com Deus. Os que professam tal ateísmo, pretendem que a liberdade consista em ser o homem o seu próprio fim, autor único e dimiurgo da sua história; e pensam que isto é incompatível com o reconhecimento de um Senhor, autor e fim de tôdas as coisas; ou que, pelo menos, torna tal afirma-

ção plenamente supérflua. O sentimento de poder que os progressos técnicos hodiernos deram ao homem pode favorecer esta doutrina (GS 20).

378. Como se apresenta o ateísmo aplicado às questões econômicas e sociais?

Entre as formas atuais de ateísmo, não passa despercebida aquela que espera a libertação do homem, sobretudo a sua libertação econômica. Segundo êsses ateus, a religião por natureza, opõe-se a essa liberdade, na medida em que, dando ao homem a esperança duma enganosa vida futura, o afasta da construção da cidade terrena. Por isso, os que professam esta doutrina, quando alcançam o poder, atacam violentamente a religião, difundindo o ateísmo também por aqueles meios de pressão de que dispõe o poder público, sobretudo na educação da juventude (GS 20).

379. Qual a responsabilidade dos homens frente ao ateísmo?

Sem dúvida que não estão imunes de culpa todos aqueles que procuram voluntariamente expulsar Deus do seu coração e evitar os problemas religiosos, não seguindo o ditame da própria consciência; mas os próprios crentes, muitas vezes, têm responsabilidade neste ponto. Com efeito, o ateísmo, considerado no seu conjunto, não é um fenômeno originário, antes resulta de várias causas, entre as quais se conta também a reação crítica contra as religiões e, nalguns países, principalmente contra a religião cristã. Pelo que, os crentes podem ter tido parte não pequena na gênese do ateísmo, na medida em que, pela negligência na educação da sua fé, ou por expo-

sições falaciosas da doutrina, ou ainda pelas deficiências da sua vida religiosa, moral e social, se pode dizer que antes esconderam do que revelaram a autêntica face de Deus e da religião (GS 19).

380. Qual a atitude da Igreja diante do ateísmo?

A Igreja defende que o reconhecimento de Deus de modo algum se opõe à dignidade do homem, uma vez que esta dignidade se funda e se realiza no próprio Deus. Com efeito, o homem inteligente e livre foi constituído em sociedade por Deus Criador; mas é sobretudo chamado a unir-se, como filho, a Deus e a participar na sua felicidade (GS 21).

381. Qual o remédio para o ateísmo,

Quanto ao remédio para o ateísmo, êle há de vir da conveniente exposição da doutrina e da vida íntegra da Igreja e dos seus membros. Pois a Igreja deve tornar presente e como que visível a Deus Pai e a seu Filho incarnado, renovando-se e purificando-se continuamente sob a direção do Espírito Santo (GS 21).

c — O Culto de Nossa Senhora

382. E' legítimo o culto de Nossa Senhora?

Maria foi exaltada pela graça de Deus acima de todos os Anjos e de todos os homens, logo abaixo de seu Filho, por ser a Mãe Santíssima de Deus e, como tal, haver interferido nos mistérios de Cristo: por isso, a Igreja A honra com culto especial. Na verdade, já desde os mais antigos tempos, a Santíssima Virgem é venerada com o título de "Mãe de Deus", recorrendo

os fiéis com súplicas à sua proteção em todos os perigos e necessidades. Sobretudo a partir do Concílio de Éfeso, o culto prestado a Maria pelo Povo de Deus cresceu admiravelmente, manifestando-se em veneração, amor, invocação e imitação, cumprindo-se as palavras proféticas da própria Virgem: "Tôdas as gerações me chamarão Bem-aventurada, porque fêz em mim grandes coisas aquêle que é poderoso" (cf. Lc 1, 48). Este culto, tal como existiu sempre na Igreja, é de todo singular, mas difere essencialmente do culto de adoração que é prestado ao Verbo Encarnado e do mesmo modo ao Pai e ao Espírito Santo, e muito contribui para êle. Pois que as várias formas de devoção para com a Mãe de Deus, que a Igreja aprovou — dentro dos limites da doutrina sã e ortodoxa, segundo as circunstâncias de tempos e lugares, e atendendo à índole e ao modo de ser dos fiéis — fazem que, ao honrarmos a Mãe, seja bem conhecido, amado e glorificado o Filho, e bem observados os mandamentos daquele "pelo qual existem tôdas as coisas" (cf. Col 1, 15-16) e no qual "aprouve ao Eterno Pai que habitasse tôda a plenitude" (cf. Col 1, 19) (LG 66).

383. *Nossa Senhora é venerada só pelos católicos ou também pelos irmãos separados?*

Muito alegre e consola êste Sagrado Concílio o saber que não falta, mesmo entre os irmãos separados, quem preste a honra devida à Mãe do Senhor e Salvador, de modo particular entre os Orientais que afluem com fervor a devoção a venerar a Mãe de Deus sempre Virgem (LG 69).

d — O culto dos Santos

384. *E' legítima a veneração dos Santos?*

Os Apóstolos e os Mártires de Cristo, que deram com a efusão do próprio sangue o maior testemunho de fé e de amor, sempre a Igreja acreditou que nos estão mais estreitamente unidos em Cristo; a êles, e também à Bem-aventurada Virgem Maria e aos santos Anjos, venerou de modo especial e implorou devotamente o auxílio da sua intercessão. Cedo tomaram também lugar, na veneração e nas preces, aquêles que imitaram mais de perto a virgindade e a pobreza de Cristo, e finalmente todos os outros que se tornaram recomendados à pia devoção e imitação dos fiéis pelo exercício das virtudes cristãs e pelos divinos carismas (LG 50).

385. *Em que consiste o verdadeiro culto dos Santos?*

O verdadeiro culto dos Santos não consiste tanto na multiplicidade dos atos exteriores, como principalmente na intensidade do nosso amor prático, que nos leva a procurarmos, para maior bem nosso e da Igreja, “na vida dêles o exemplo, na sua intimidade a união, e na sua intercessão o auxílio” (LG 51).

386. *O culto dos Santos não diminui o culto devido a Deus?*

O nosso culto ao Santos, se fôr bem entendido à luz da fé, de modo nenhum prejudica o culto latrêutico prestado a Deus Pai por Cristo no Espírito, antes o vem enriquecer mais ainda (LG 51).

e — O culto das relíquias e das imagens

378. *É lícito venerar as relíquias e as imagens dos Santos, e celebrar suas festas?*

A Igreja, segundo a tradição, venera os Santos e as suas relíquias autênticas, bem como as suas imagens. Pois as festas dos Santos proclamam as grandes obras de Cristo nos seus servos e oferecem aos fiéis os bons exemplos a serem imitados (SC 111).

3. SEGUNDO MANDAMENTO DO DECALOGO:

"Não tomar o santo Nome de Deus em vão".

388. *Como nos foi dada a possibilidade de louvar dignamente a Deus?*

Pelo batismo os homens são inseridos no mistério pascal de Cristo: com Ele mortos, com Ele sepultados, e com Ele ressuscitados; recebem o espírito de adopção de filhos, "no qual clamam: "Abba, Pai" (Rom 8, 15), e se tornam assim verdadeiros adoradores que o Pai procura (cf. Jo 4, 23) (SC 6).

389. *Como podemos manifestar o respeito e louvor a Deus em nossa vida?*

Todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e no louvor de Deus (cf. At 2, 42-47), ofereçam-se também a si mesmos como hóstia viva, santa, agradável a Deus (cf. Rom 12, 1); dêem testemunho de Cristo em toda a parte; e, àqueles que por isso se interessarem, falem da esperança que possuem, na vida eterna (cf. 1 Pdr 3, 15) (LG 10).

4. TERCEIRO MANDAMENTO DO DECALOGO:

"Santificar os domingos e festas de guarda".

a — O culto externo

390. *É nosso dever prestar a Deus só o culto interno ou também externo?*

O exercício da religião, pela natureza desta, consiste principalmente em atos internos voluntários e livres, pelos quais o homem se ordena diretamente para Deus: e tais atos não podem ser nem impostos nem impedidos por uma autoridade meramente humana. Por sua vez, a própria natureza social do homem exige que este exprima externamente os atos religiosos interiores, entre em comunicação com os demais em assuntos religiosos e professe de modo comunitário a própria religião (DH 3).

391. *É uma injustiça impedir de algum modo o livre exercício do culto externo a Deus?*

É uma injustiça contra a pessoa humana e contra a própria ordem estabelecida por Deus, negar ao homem o livre exercício da religião na sociedade, uma vez salvaguardada a justa ordem pública.

Além disso, os atos religiosos, pelos quais os homens, privada e publicamente, se orientam para Deus segundo a própria convicção, transcendem por sua natureza a ordem terrena e temporal. Por este motivo, a autoridade civil, que tem como fim próprio olhar pelo bem comum temporal, deve, sim, reconhecer e

favorecer a vida religiosa dos cidadãos, mas excede os seus limites quando presume dirigir ou impedir os atos religiosos (DH 3).

b — O tempo livre

392. *Todos tem direito a usufruir do tempo livre prescrito pelas leis Divina e humana?*

Ao mesmo tempo que aplicam responsáveis a esta execução o seu tempo e forças, gozem, porém, todos de suficiente descanso e tempo livre para atender à vida familiar, cultural social e religiosa. Tenham mesmo oportunidade de desenvolver livremente as energias e capacidades que talvez pouco possam exercer no seu trabalho profissional (GS 67).

393. *Como devem ser empregados os tempos livres?*

Os tempos livres sejam bem empregados, para descanso do espírito e saúde psíquica e física; com atividades e estudos livremente escolhidos, viagens a outras regiões (turismo), com as quais se educa o espírito e os homens se enriquecem com o conhecimento mútuo; e também com exercícios e manifestações desportivas, que contribuem para manter o equilíbrio psíquico, mesmo na comunidade, e para estabelecer relações fraternas entre os homens de tôdas as condições e nações, ou de raças diversas (GS 61).

5. QUARTO MANDAMENTO DO DECALOGO

"Honrar pai e mãe"

a — Pessoa e sociedade

394. *O homem tem verdadeiramente uma vocação social?*

Deus, que por todos cuida com solicitude paternal, quis que os homens formassem uma só família, e se tratassem uns aos outros como irmãos. Criados todos à imagem e semelhança daquele Deus que "fêz habitar sobre tôda a face da terra o inteiro gênero humano, saído dum princípio único" (At 17, 26), todos são chamados a um só e mesmo fim, que é o próprio Deus (GS 24).

395. *Em que dependência estão pessoa e sociedade?*

A natureza social do homem torna claro que o processo da pessoa humana e o desenvolvimento da própria sociedade estão em mútua dependência. Com efeito, a pessoa humana, uma vez que, por sua natureza, necessita absolutamente da vida social, é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de tôdas as instituições sociais. Não sendo, portanto, a vida social algo de acrescentado ao homem, êste cresce segundo tôdas as suas qualidades e torna-se capaz de responder à própria vocação, graças ao contato com os demais, o mútuo serviço e o diálogo com seus irmãos (GS 25).

396. *Que laços sociais nascem da natureza comunitária do homem?*

Entre os laços sociais, necessários para o desenvolvimento do homem, alguns, como a família e a so-

cidade política, correspondem mais imediatamente à sua natureza íntima; outros são antes fruto da sua livre vontade (GS 25).

397. *O nosso tempo tende a uma maior "socialização"?*

Devido a várias causas, as relações e interdependências mútuas multiplicam-se cada vez mais; o que dá origem a diversas associações e instituições, quer públicas quer privadas. Este fato, denominado socialização, embora não esteja isento de perigos, traz todavia consigo muitas vantagens em ordem a confirmar e desenvolver as qualidades da pessoa humana e a proteger os seus direitos (GS 25).

398. *Quais as mudanças que surgem atualmente devidas a uma constante socialização?*

Verificam-se cada dia maiores transformações nas comunidades locais tradicionais (famílias patriarcais, clãs, tribos, aldeias), nos diferentes grupos e nas relações sociais.

Difunde-se progressivamente a sociedade de tipo industrial, levando algumas nações à opulência econômica e transformando radicalmente as concepções e as condições de vida social vigentes desde há séculos. Aumenta também a preferência e a busca da vida urbana, quer pelo aumento das cidades e do número de seus habitantes, quer pela difusão do gênero de vida urbana entre os camponeses.

Novos e mais perfeitos meios de comunicação social permitem o conhecimento dos acontecimentos e a rápida e vasta difusão dos modos de pensar e de sentir; o que, por sua vez, dá origem a numerosas repercussões.

Nem se deve minimizar o fato de que muitos homens, levados por diversos motivos a emigrar, mudam com isso o próprio modo de viver.

Multiplicam-se assim sem cessar as relações do homem com os seus semelhantes, ao mesmo tempo que a própria socialização introduz novas ligações, sem no entanto favorecer em todos os casos uma conveniente maturação das pessoas e relações verdadeiramente pessoais (“personalização”) (GS 6).

399. *É mais necessário observar as obrigações sociais nos nossos dias?*

Todos tomem a peito considerar e respeitar as relações sociais como um dos principais deveres do homem de hoje. Com efeito, quanto mais o mundo se unifica, tanto mais as obrigações dos homens transcendem os grupos particulares e se estendem progressivamente a todo o mundo. O que só se poderá fazer se os indivíduos e grupos cultivarem em si mesmos e difundirem na sociedade as virtudes morais e sociais, de maneira a tornarem-se realmente, com o necessário auxílio da graça divina, homens novos e construtores duma humanidade nova (GS 30).

400. *Os cristãos, pertencendo tanto a sociedade humana quanto à eclesial, como devem orientar-se acerca das obrigações sociais?*

Para serem úteis à economia da salvação, aprendam diligentemente os fiéis a distinguir entre os direitos e as obrigações que lhes correspondem enquanto membros da Igreja, e os que lhes competem como membros da sociedade civil. Procurem com diligência harmonizá-los uns com os outros, lembrando-se que em toda a ocupação temporal devem orientar-se sempre pe-

la consciência cristã, pois nenhuma atividade humana, nem sequer na ordem temporal, pode subtrair-se ao império de Deus (LG 36).

b — A família

401. *Qual é a missão dos cônjuges e da família no âmbito da sociedade civil e da Igreja?*

Foi a família mesmo que recebeu de Deus a missão de ser a primeira célula vital da sociedade. Cumprirá essa missão se se mostrar, pela piedade mútua dos seus membros e pela oração feita a Deus em comum, como santuário doméstico da Igreja; se toda a família se inserir no culto litúrgico da Igreja e, finalmente, se a família exercer uma hospitalidade atuante e promover a justiça e outras boas obras em serviço de todos os irmãos que sofrem necessidades (AA 11).

402. *Quais são em particular, os deveres dos cônjuges cristãos?*

Os esposos cristãos são cooperadores da graça e testemunhas da fé uns para com os outros, para com os filhos e demais familiares. Eles são os primeiros que anunciam aos filhos a fé e que os educam. Formam-nos, pela palavra e pelo exemplo, para a vida cristã e apostólica. Ajudam-nos com prudência a escolher a sua vocação e fomentam com todo o cuidado a vocação sagrada porventura nêles descoberta.

Foi sempre dever dos esposos e hoje é a maior incumbência do seu apostolado: a) manifestar e demonstrar, pela sua vida, a indissolubilidade e santidade do vínculo matrimonial; b) afirmar vigorosamente o direito e o dever próprio dos pais e tutores de educar cris-

tamente os filhos; c) defender a dignidade e legítima autonomia da família (AA 11).

403. Quais são os deveres dos filhos?

Os filhos, como membros vivos da família, contribuem a seu modo para santificação dos pais. Corresponderão, com a sua gratidão, piedade filial e confiança aos benefícios recebidos dos pais e assisti-los-ão, como bons filhos, nas dificuldades e na solidão da velhice (GS 48).

404. Que deveres a sociedade civil tem em relação à família?

Todos aqueles que têm alguma influência nas comunidades e grupos sociais, devem contribuir eficazmente para a promoção do matrimônio e da família. A autoridade civil deve considerar como um dever sagrado reconhecer a sua verdadeira natureza, protegê-los e favorecê-los; assegurar a moralidade pública e favorecer a prosperidade doméstica (GS 52).

405. A autoridade civil tem deveres em relação aos que não têm famílias?

Proteja e ajude convenientemente, por meio duma previdente legislação e com iniciativas várias, aqueles que por infelicidade estão privados do benefício duma família (GS 52).

406. *Em que consiste a verdadeira educação da pessoa humana?*

A verdadeira educação pretende a formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujos ofícios, uma vez adulto, tomará parte (GE 1).

407. *Que se requer para uma educação humana verdadeira e completa?*

E' necessário, que tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia, e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida, retamente cultivada com esforço contínuo e levada por diante na verdadeira liberdade, vencendo os obstáculos com magnanimidade e constância. Sejam formados numa educação sexual positiva e prudente, a medida que vão crescendo. Além disso, de tal modo se preparem para tomar parte na vida social, que, devidamente munidos dos instrumentos necessários e oportunos, sejam capazes de se inserirem ativamente nos vários agrupamentos da comunidade humana, se abram ao diálogo com os outros e se esforcem de boa vontade por cooperar no bem comum.

De igual modo, o sagrado Concílio declara que as crianças e os adolescentes têm o direito de serem estimulados a estimar retamente os valores morais e a abraçá-los pessoalmente, bem como a conhecer e a amar Deus mais perfeitamente (GE 1).

408. *Qual é o conteúdo e o escopo específico da educação cristã?*

Esta entende não somente a maturidade da pessoa humana acima descrita, mas tende principalmente a fazer com que os batizados, enquanto são introduzidos gradualmente no conhecimento do mistério da salvação, se tornem cada vez mais conscientes do dom da fé que receberam; aprendam, principalmente na ação litúrgica, a adorar Deus Pai em espírito e verdade (cf. Jo 4, 23), disponham-se a levar a própria vida segundo o homem novo em justiça e santidade de verdade (Ef 4, 22-24); e assim se aproximem do homem perfeito, da idade plena de Cristo (cf. Ef 4, 13) e colaborem no aumento do Corpo místico. Além disso, conscientes da sua vocação, habituem-se quer a testemunhar a esperança que nêles existe (cf. 1 Pdr 3, 15), quer a ajudar a conformação cristã do mundo, mediante a qual os valores naturais assumidos na consideração integral do homem redimido por Cristo, co-operem no bem de toda a sociedade (GE 2).

409. *Todos os homens têm direito à educação?*

Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto que gozam da dignidade de pessoa, têm direito inalienável à educação, correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz na terra (GE 1).

410. *Todos os cristãos têm direito à educação cristã?*

Todos os cristãos que, uma vez feitos nova criatura mediante a regeneração pela água e pelo Espíri-

to Santo, se chamam e são de fato filhos de Deus, têm direito à educação cristã (GE 2).

411. Quem são os primeiros educadores da pessoa humana?

Os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole, e por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores. Esta função educativa é de tanto peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida (GE 3).

412. Como os pais devem assumir este dever?

E' dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com os homens que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos. A família é, portanto, a primeira escola das virtudes sociais de que tôdas as sociedades têm necessidade. Mas é sobretudo na família cristã, ornada da graça e do dever do sacramento do matrimônio, que devem ser ensinados os filhos desde os primeiros anos, segundo a fé recebida no batismo a conhecer e a adorar Deus e a amar o próximo; é aí que eles encontram a primeira experiência, quer da sã sociedade humana quer da Igreja; é pela família, enfim, que eles são pouco a pouco introduzidos no consórcio civil dos homens e no povo de Deus. Compreendam, portanto, os pais a importância da família verdadeiramente cristã na vida e progresso do próprio povo de Deus (GE 3).

413. *Quais são as obrigações da sociedade civil no campo educativo?*

O dever de educar, que pertence primariamente à família, precisa da ajuda de toda a sociedade. Portanto, além dos direitos dos pais e de outros a quem os pais confiam uma parte do trabalho de educação, há certos deveres e direitos que competem à sociedade civil, enquanto pertence a esta ordenar o que se requer para o bem comum temporal. Faz parte dos seus deveres promover de vários modos a educação da juventude: defender os deveres e direitos dos pais e de outros que colaboram na educação e auxiliá-los; segundo o princípio da assistência, deve a sociedade civil ultimar a obra da educação, se falharem as iniciativas paternas e das outras sociedades, tendo, todavia, em consideração os desejos dos pais; além disso, fundar escolas e instituições próprias, na medida em que o bem comum exigir (GE 3).

414. *Quais são as obrigações da Igreja no campo educativo?*

Por uma razão particular pertence à Igreja o dever de educar, não só porque deve ser reconhecida como sociedade humana capaz de ministrar a educação, mas sobretudo porque tem o dever de anunciar a todos os homens o caminho da salvação, de comunicar aos crentes a vida de Cristo e ajudá-los, com a sua contínua solicitude, a conseguir a plenitude desta vida. Portanto, a Igreja é obrigada a dar, como Mãe, a estes seus filhos aquela educação, mercê da qual toda a sua vida seja imbuída do espírito de Cristo; ao mesmo tempo, porém, colabora com todos os povos na promoção da perfeição integral da pessoa humana, no bem da sociedade terrestre e

na edificação dum mundo configurado mais humanamente (GE 3).

415. Que meios a Igreja usa no exercício de sua missão educativa?

No desempenho do seu múnus educativo, a Igreja preocupa-se de todos os subsídios aptos, sobretudo daqueles que lhe pertencem, o primeiro dos quais é a instrução catequética que ilumina e fortalece a fé, alimenta a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa no mistério de Cristo e impele à ação apostólica. A Igreja aprecia muito e procura penetrar e elevar com o seu espírito também os restantes auxílios, que pertencem ao patrimônio comum da humanidade e que muito ajudam para cultivar as almas e formar os homens, como são os meios de comunicação social, as múltiplas organizações de atividades espirituais e corporais, os agrupamentos juvenis e, sobretudo, as escolas (GE 4).

416. Entre todos os meios educativos, a escola reveste importância particular?

Entre todos os meios de educação, tem especial importância a escola, que, em virtude da sua missão, enquanto cultiva atentamente as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar retamente, introduz no patrimônio cultural adquirido pelas gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, e criando entre alunos de índole e condição diferente o convívio amigável, favorece a disposição à compreensão mútua; além disso, constitui como que um centro em cuja operosidade e progresso devem tomar parte, juntamente, as famílias, os professores, os vários agrupamentos que

promovem a vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e tôda a comunidade humana (GE 5).

417. Que é a escola católica?

A presença da Igreja no campo escolar manifesta-se de modo particular por meio da escola católica. E' verdade que ela busca, não menos que as demais escolas, fins culturais e a formação humana dos jovens. E' próprio dela, todavia, criar um ambiente de comunidade escolar animado pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade, ajudar os adolescentes para que, ao mesmo tempo que evolui a própria pessoa, cresçam segundo a nova criatura que são mercê do batismo, e ordenar finalmente tôda a cultura humana à mensagem da salvação, de tal modo que seja iluminado pela fé o conhecimento que os alunos adquirem gradualmente a respeito do mundo, da vida e do homem. Assim, a escola católica, enquanto se abre convenientemente às condições do nosso tempo, educa os alunos na promoção eficaz do bem da cidade terrestre, e prepara-os para o serviço a favor da dilatação do Reino de Deus, para que, pelo exercício duma vida exemplar e apostólica, se tornem como que o fermento salutar da comunidade humana (GE 8).

418. E' ativa a presença da Igreja também nas escolas de grau superior?

A Igreja acompanha igualmente com zelosa solicitude as escolas de nível superior, sobretudo as Universidades e as Faculdades. Mais ainda: naquelas que dela dependem, procura de modo orgânico que cada disciplina seja de tal modo cultivada com princípios próprios, método próprio e liberdade própria de in-

investigação científica, que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda dela, e, consideradas cuidadosamente as questões e as investigações atuais, se veja mais profundamente como o fé e a razão conspiram para a verdade única, segundo as pisadas dos Doutôres da Igreja, mormente de Santo Tomás de Aquino (GE 10).

419. *A escola católica tem sua importância ainda hoje?*

Visto que a escola católica tanto pode ajudar na realização da missão do povo de Deus, e tanto pode servir o diálogo entre a Igreja e a comunidade humana, para benefício dos homens, também nas circunstâncias atuais conserva a sua gravíssima importância (GE 8).

420. *A Igreja tem o direito de fundar e dirigir escolas?*

O sagrado Concílio proclama mais uma vez que a Igreja tem o direito, já declarado em muitíssimos documentos do Magistério, de livremente fundar e dirigir escolas de qualquer espécie e grau, recordando que o exercício de tal direito muito pode concorrer para a liberdade de consciência e defesa dos direitos dos pais, bem como para o progresso da própria cultura (GE 8).

421. *Como a Igreja se torna presente nas escolas não católicas?*

Tendo a consciência do dever gravíssimo de cuidar zelosamente da educação moral e religiosa de todos os seus filhos, a Igreja sabe que deve estar

presente com o seu particular afeto e com o seu auxílio aos que são formados em escolas não católicas: quer pelo testemunho de vida daqueles que os ensinam e dirigem, quer pela ação apostólica dos colegas, quer sobretudo pelo ministério dos sacerdotes e dos leigos que lhes ensinam a doutrina da salvação, adaptada à idade e condição, e os auxiliam espiritualmente com iniciativas oportunas segundo as circunstâncias (GE 7).

422. Os pais têm o direito e a liberdade de escolher a escola para os filhos?

Os pais, a quem em primeiro lugar cabe não só o dever mas também o direito de educar os filhos, devem gozar de verdadeira liberdade na escolha da escola (GE 6).

423. Os pais cristãos têm o dever de garantir aos filhos, que freqüentam escolas não católicas, os auxílios de que dispõe a Igreja?

A Igreja lembra aos pais o grave dever que lhes compete de tudo dispor ou até exigir, para que os seus filhos possam gozar de tais auxílios e progredir harmônicamente na formação cristã e profana (GE 7).

424. Os pais cristãos devem mandar seus filhos às escolas católicas?

O Concílio recorda aos pais católicos o dever de confiar os seus filhos, quando e onde puderem, às escolas católicas, de as sustentar segundo as suas forças e de colaborar com elas para bem dos próprios filhos (GE 8).

425. *A missão dos educadores nas escolas é de grande responsabilidade?*

E' bela e de grande responsabilidade a vocação de todos aquêles que, ajudando os pais no cumprimento do seu dever e fazendo às vêzes da comunidade humana, têm o dever de educar nas escolas; esta vocação exige especiais qualidades de inteligência e de coração, uma preparação diligentíssima e uma vontade sempre pronta à renovação e adaptação (GE 5).

426. *Quais os deveres dos professores nas escolas católicas?*

Lembrem-se os professores de que sobretudo dêles depende que a escola católica possa realizar os seus intentos e iniciativas (GE 8).

427. *As autoridades públicas, devem garantir a liberdade de escolha das escolas?*

O poder público, a quem pertence proteger e defender as liberdades dos cidadãos, deve cuidar, segundo a justiça distributiva, que sejam concedidos subsídios públicos de tal modo que os pais possam escolher, segundo a própria consciência, com tôda a liberdade, as escolas para os seus filhos (GE 6).

428. *Que outros deveres tem o Estado em relação à escola?*

E' próprio do poder público providenciar para que todos os cidadãos possam alcançar uma justa participação na cultura e sejam preparados para exercer devidamente os deveres e os direitos civis. Portanto, o mesmo poder público deve defender o direito das crianças a uma adequada educação escolar, velar pela

competência dos professores e pela eficácia dos estudos, atender à saúde dos alunos e, em geral, promover todo o trabalho escolar, tendo em consideração o dever da assistência e, portanto, excluindo o monopólio do ensino, que vai contra os direitos inatos da pessoa humana, contra o progresso e divulgação da própria cultura, convivência pacífica dos cidadãos, como também do pluralismo hoje em vigor na maior parte da sociedade (GE 6).

e — A comunidade política nacional

429. *Qual é a origem e a função da comunidade política?*

Os indivíduos, as famílias e os diferentes grupos que constituem a sociedade civil, têm consciência da própria insuficiência para realizar uma vida plenamente humana e percebem a necessidade duma comunidade mais ampla, no seio da qual todos conjuguem diariamente as próprias forças para cada vez melhor promoverem o bem comum. E por esta razão constituem, segundo diversas formas, a comunidade política. A comunidade política existe, portanto, em vista do bem comum; nêle encontra a sua completa justificação e significado e dêle deriva o seu direito natural e próprio (GS 74).

430. *Que é o bem comum?*

O bem comum compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição (GS 74).

413. *O bem comum pode sacrificar o bem individual?*

A ordem social e o seu progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário; foi o que o próprio Senhor insinuou ao dizer que o sábado fôra feito para o homem e não o homem para o sábado. Essa ordem, fundada na verdade, construída sôbre a justiça e vivificada pelo amor, deve ser cada vez mais desenvolvida e, na liberdade, deve encontrar um equilíbrio cada vez mais humano (GS 26).

432. *E' necessária a autoridade na sociedade política para conseguir o bem comum?*

Os homens que se reúnem na comunidade política são muitos e diferentes, e podem legítimamente divergir de opinião. E assim, para impedir que a comunidade política se desagregue ao seguir cada um o próprio parecer, requer-se uma autoridade que faça cidadãos; não duma maneira mecânica ou despótica, convergir para o bem comum as energias de todos mas sobretudo como fôrça moral, que se apoia na liberdade e na consciência do próprio dever e sentido de responsabilidade (GS 74).

433. *Em que sentido a comunidade política e a autoridade dimanam de Deus?*

Resulta claro que a comunidade política e a autoridade pública se fundam na natureza humana e que, por conseguinte, pertencem à ordem estabelecida por Deus, embora a determinação do regime político e a designação dos governantes se deixem à livre vontade dos cidadãos (GS 74).

434. *Em que âmbito deve ser exercitada a autoridade pública para receber a obediência dos cidadãos?*

O exercício da autoridade política, seja na comunidade como tal, seja nos organismos que representam o estado, se deve sempre desenvolver e atuar dentro dos limites da ordem moral, em vista do bem comum, dinamicamente concebido, de acôrdo com a ordem jurídica legitimamente estabelecida ou a estabelecer. Nestas condições, os cidadãos têm obrigação moral de obedecer (GS 74).

435. *No caso em que a autoridade pública excedesse aos limites da própria competência, que devem fazer os cidadãos?*

Quando a autoridade pública, excedendo os limites da própria competência, oprime os cidadãos, estes não se recusem às exigências objetivas do bem comum; mas é-lhes lícito, dentro dos limites definidos pela lei natural e o Evangelho, defender os próprios direitos e os dos seus concidadãos, contra o abuso desta autoridade (GS 74).

436. *É necessário conservar um tipo fixo de comunidade política, ou é conveniente, segundo as circunstâncias, mudar de regime?*

Os modos concretos como a comunidade política organiza a própria estrutura e o equilíbrio dos poderes públicos, podem variar, segundo a diferente índole e o progresso histórico dos povos; mas devem sempre ordenar-se à formação de homens cultos, pacíficos e benévolos para com todos, em proveito de toda a família humana (GS 74).

437. *Qual é o significado da presença da Igreja ao lado da comunidade política?*

A Igreja, que em razão da sua missão e competência, de modo algum se confunde com a sociedade nem está ligada a qualquer sistema político determinado, é ao mesmo tempo o sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana (GS 76).

438. *Que relação existe entre Igreja e comunidade política?*

No domínio próprio de cada uma, comunidade política e Igreja são independentes e autônomas. Mas, embora por títulos diversos, ambas servem a vocação pessoal e social dos mesmos homens. E tanto mais eficazmente exercitarão este serviço para bem de todos, quanto melhor cultivarem entre si uma sã cooperação, tendo igualmente em conta as circunstâncias de lugares e tempo (GS 76).

439. *A Igreja pretende apoio e privilégios das autoridades públicas?*

É certo que as coisas terrenas e as que, na condição humana, transcendem este mundo, se encontram intimamente ligadas; a própria Igreja usa das coisas temporais, na medida em que a sua missão o exige. Mas ela não coloca a sua esperança nos privilégios que lhe oferece a autoridade civil; mais ainda, ela renunciará ao exercício de alguns direitos legítimamente adquiridos, quando verificar que o seu uso põe em causa a sinceridade do seu testemunho ou que novas condições de vida exigem outras disposições (GS 76).

440. *Que direitos se reserva a Igreja perante as autoridades públicas, em casos particulares?*

Sempre lhe deve ser permitido pregar com verdadeira liberdade a fé: ensinar a sua doutrina acêrca da sociedade; exercer sem entraves a própria missão entre os homens; e pronunciar o seu juízo moral mesmo acêrca das realidades políticas, sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem e utilizando todos e só aquêles meios que são conformes com o Evangelho e, segundo a variedade dos tempos e circunstâncias, são para o bem de todos.

Aderindo fielmente ao Evangelho e realizando a sua missão no mundo, a Igreja — a quem pertence fomentar e elevar tudo o que de verdadeiro, bom e belo se encontra na comunidade dos homens — consolida, para glória de Deus, a paz entre os homens (GS 76).

441. *Como os cidadãos devem amar a Pátria?*

Os cidadãos cultivem com magnanimidade e lealdade o amor da pátria, mas sem estreiteza de espírito, de maneira que, ao mesmo tempo, tenham sempre presente o bem de tôda a família humana, que sesulta das várias ligações entre as raças, povos e nações (GS 75).

442. *Como os católicos devem participar da vida pública?*

Os católicos sintam-se obrigados a promover o bem comum na dedicação à pátria e no fiel cumprimento dos deveres civis, e façam valer o pêso da sua opinião de modo a que o poder civil se exerça

com justiça e as leis correspondam aos preceitos morais e ao bem comum (AA 14).

443. *Todos os cidadãos devem exercer o direito do voto?*

Todos os cidadãos se lembrem do direito e simultâneamente do dever que têm de fazer uso do seu voto livre em vista da promoção do bem comum (GS 75).

444. *Qual é o dever dos partidos?*

Os partidos políticos devem promover o que julgam ser exigido pelo bem comum, sem que jamais seja lícito antepor o próprio interesse ao bem comum (GS 75).

445. *Nas questões temporais, todos os cristãos devem admitir legítimas opiniões, divergentes entre si?*

Reconheçam as legítimas opiniões, divergentes entre si, acêrca da organização da ordem temporal e respeitem os cidadãos e grupos que as defendem honestamente (GS 75).

446. *Como promover o diálogo e a convivência, no âmbito da comunidade política?*

Empenhem-se os católicos em cooperar com todos os homens de boa vontade para promover tudo o que é verdadeiro, tudo o que é justo, tudo o que é santo, tudo o que é digno de ser amado (Filip 4, 8). Dialoguem com êles, indo ao seu encontro com prudência e bondade. E investiguem em conjunto o

modo de organizar as instituições sociais e públicas segundo o espírito do Evangelho (AA 14).

447. *Que devemos obter, quer individualmente quer coletivamente, através da ação pública?*

É necessário que haja uma ordem jurídica positiva, que estabeleça conveniente divisão das funções e dos órgãos da autoridade pública e ao mesmo tempo uma proteção de direito eficaz e plenamente independente de qualquer que seja. Juntamente com os deveres a que todos os cidadãos estão obrigados, sejam reconhecidos, assegurados e fomentados os direitos das pessoas, famílias e grupos sociais, bem como o exercício dos mesmos. Entre aqueles é preciso recordar o dever de prestar à nação os serviços materiais e pessoais que são requeridos pelo bem comum. Os governantes tenham o cuidado de não impedir as associações familiares, sociais ou culturais e os corpos ou organismos intermédios, nem os privem da sua atividade legítima e eficaz; pelo contrário procurem de bom grado promovê-la ordenadamente. Evitem, por isso, os cidadãos, quer individual quer associativamente conceder à autoridade um poder excessivo, nem esperem dela, de modo inoportuno, demasiadas vantagens e facilidades, de modo a que se diminua a responsabilidade das pessoas, famílias e grupos sociais (GS 75).

448. *É necessário atender a uma adequada educação cívica e política?*

Deve atender-se cuidadosamente à educação cívica e política, hoje tão necessária à população e sobretu-

do aos jovens, para que todos os cidadãos possam participar na vida da comunidade política (GS 75).

f — A comunidade política internacional

449. *Como é possível, hoje em dia, conseguir o verdadeiro bem comum de todos os povos,*

A interdependência, cada vez mais estreita e progressivamente estendida a todo o mundo, faz com que o bem comum — ou seja, o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto ao grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição — se torne hoje cada vez mais universal e que, por êsse motivo, implique direitos e deveres que dizem respeito a todo o gênero humano. Cada grupo deve ter em conta as necessidades e legítimas aspirações dos outros grupos e mesmo o bem comum de tôda a família humana (GS 26).

450. *Todos os homens são iguais?*

A igualdade fundamental entre todos os homens deve ser cada vez mais reconhecida, uma vez que, dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, todos têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino divinos.

Sem dúvida, os homens não são todos iguais quanto à capacidade física e fôrças intelectuais e morais, variadas e diferentes em cada um. Mas deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais, da pessoa,

por razão do sexo, raça, côr, condição social, língua ou religião (GS 29).

451. *Que contributo a Igreja pode levar ao bem comum internacional?*

Dado que a Igreja não está ligada, por força da sua missão e natureza, a nenhuma forma particular de cultura ou sistema político, económico ou social pode, graças a esta sua universalidade, constituir um laço muito estreito entre as diversas comunidades e nações, contanto que nela confiem e lhe reconheçam a verdadeira liberdade para cumprir esta sua missão. Por esta razão, a Igreja recomenda a todos os seus filhos, e também a todos os homens, que superem com êste espírito de família própria dos filhos de Deus, todos os conflitos entre nações e raças, e consolidem internamente as legítimas associações humanas (GS 42).

452. *É conveniente, para o bem comum, uma mútua dependência internacional?*

Para que o bem comum universal se procure convenientemente e se alcance com eficácia, torna-se já necessário, dado o aumento crescente de estreitos laços de mútua dependência entre todos os cidadãos e entre todos os povos do mundo, que a comunidade dos povos se dê a si mesma uma estrutura a altura das tarefas atuais, sobretudo relativamente àquelas numerosas regiões que ainda padecem intolerável indigência (GS 84).

453. *Como a Igreja pode contribuir na cooperação internacional?*

É absolutamente necessário que a Igreja esteja presente na comunidade das nações, para fomentar e estimular a cooperação entre os homens; tanto por meio das suas instituições públicas como graças à inteira e sincera colaboração de todos os cristãos, inspirada apenas pelo desejo de servir a todos.

O que se alcançará mais eficazmente se os fiéis, conscientes da própria responsabilidade humana e cristã, procurarem já no seu meio de vida despertar a vontade de cooperar prontamente com a comunidade internacional (GS 89).

g — Deveres da Igreja para com a Comunidade dos antepassados

454. *Temos deveres e alguma comunhão com os homens que já partiram para a eternidade?*

Tendo perfeito conhecimento desta comunhão de todo o Corpo Místico de Jesus Cristo, a Igreja terrestre, desde os primeiros tempos do cristianismo, venerou com grande piedade a memória dos defuntos, ofereceu também sufrágios por eles, porque “é santo e salutar o pensamento de orar pelos defuntos para serem libertos dos seus pecados” (2 Mac 12, 46) (LG 50).

6. QUINTO MANDAMENTO DO DECALOGO:

"Não matar"

a — O nosso próximo

455. *É um dever respeitar o próximo?*

O Concílio recomenda a reverência para com o homem, de maneira que cada um deve considerar o próximo, sem exceção, como um "outro eu", tendo em conta, antes de mais, a sua vida e os meios necessários para a levar dignamente (GS 27).

456. *Os cristãos devem distinguir-se de modo particular, no respeito para com o próximo?*

A presença dos cristãos nos agrupamentos humanos seja animada daquela caridade com que Deus nos amou, e com a qual quer que também nós nos amemos uns aos outros (cf. 1 Jo 4, 11). Efetivamente, a caridade cristã a todos se estende sem discriminação de raça, condição social ou religião; não espera qualquer lucro ou gratificação. Portanto, assim como Deus nos amou com um amor gratuito, assim também os fiéis, pela sua caridade, sejam solícitos pelos homens amando-os com o mesmo zelo com que Deus veio procurá-los. E assim como Cristo percorria tôdas as cidades e aldeias, curando tôdas as doenças e tôdas as enfermidades, proclamando o advento do reino de Deus (cf. Mt 9, 35 ss.; At 10, 38), do mesmo modo a Igreja, por meio dos seus filhos estabelece relações com os homens de qualquer condição, de modo especial com os pobres e aflitos, e de bom grado por eles gasta as fôrças (cf. 2 Cor 12, 15). Participa nas suas

alegrias e dores, conhece as suas aspirações e os problemas da sua vida e sofre com eles nas ansiedades da morte. Aqueles que buscam a paz deseja responder com diálogo fraterno, trazendo-lhes a paz e a luz do Evangelho (AG 12).

457. *Quais as dimensões da caridade hoje em dia?*

A atividade caritativa, hoje, pode e deve atingir as necessidades de todos os homens (AA 8).

458. *Como deve ser exercida a caridade para com o próximo?*

Para que este exercício da caridade seja e apareça acima de toda a suspeita, considere-se no próximo a imagem de Deus, para o qual foi criado, veja-se nêle a Cristo, a quem realmente se oferece tudo o que ao indigente se dá; atenda-se com grande delicadeza à liberdade e dignidade da pessoa que recebe o auxílio; não se deixe manchar a pureza de intenção com qualquer busca do próprio interesse ou desejo de domínio; satisfaçam-se antes de mais as exigências da justiça, nem se ofereça como dom da caridade aquilo que já é devido a título de justiça; suprimam-se as causas dos males, e não apenas os seus efeitos; e de tal modo se preste a ajuda que os que a recebem se liberem a pouco e pouco da dependência alheia e se bastem a si mesmos (AA 8).

459. *Além dos indivíduos, toda a Igreja tem o dever de exercer a caridade para com o próximo?*

Cabe a todo o povo de Deus, precedido pela palavra e exemplo dos Bispos, aliviar quanto lhe fôr possível

vel as misérias dêste tempo; e isto, como era o antigo uso da Igreja, não sòmente com o supérfluo, mas também com o necessário.

Sem cair numa organização rígida e uniforme, deve, no entanto, o modo de recolher e distribuir êstes socorros ser regulado com uma certa ordem, nas dioceses, nações e em todo o mundo; e onde parecer oportuno, conjugando a atividade dos católicos com a dos outros irmãos cristãos. Porque o espírito de caridade, longe de se opor a um exercício providente e ordenado da atividade social e caritativa, antes o exige (GS 88).

460. *Constitui ofensa ao Criador e aos sêres civilizados tudo aquilo que se opõe aos direitos da pessoa?*

São infames as seguintes coisas: tudo quanto se opõe à vida, como seja tôda a espécie de homicídio, genocídio, abôrto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis. Tôdas estas coisas e outras semelhantes, ao mesmo tempo que corrompem a civilização humana, desonram mais aquêles que assim procedem, do que os que padecem injustamente; e ofendem gravemente a honra devida ao Criador (GS 27).

461. *A dignidade individual do homem, requer que ele possa agir livremente?*

E' só na liberdade que o homem se pode converter ao bem. Os homens de hoje apreciam grandemente e procuram com ardor esta liberdade; e com tóda a razão. Muitas vêzes, porém, fomentam-na dum modo condenável, como se ela consistisse na licença de fazer seja o que fôr, mesmo o mal, contanto que agrade. A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina no homem. Pois Deus quis "deixar o homem entregue à sua própria decisão", para que busque por si mesmo o seu Criador e livremente chegue à total e beatífica perfeição, aderindo a Ele. Exige, portanto, a dignidade do homem que ele proceda segundo a própria consciência e por livre decisão, ou seja movido e determinado pessoalmente desde dentro e não levado por cegos impulsos interiores ou por mera coação externa. O homem atinge esta dignidade quando, libertando-se da escravidão das paixões, tende para o fim pela livre escolha do bem e procura a sério e com diligente iniciativa os meios convenientes. A liberdade do homem, ferida pelo pecado, só com a ajuda da graça divina pode tornar plenamente efetiva esta orientação para Deus (GS 17).

462. *A dignidade da pessoa humana requer que dentro da liberdade, se instaure diálogo sempre mais profundo entre os homens, e entre as comunidades?*

Assim como o próprio Cristo perscrutou o coração dos homens e por meio da sua conversação verdadeiramente humana os conduziu à luz divina, assim os seus discípulos, profundamente imbuídos do Espírito de Cristo, tomem conhecimento dos homens

no meio dos quais vivem, e conversem com eles, para que, através dum diálogo sincero e paciente, eles aprendam as riquezas que Deus liberalmente outorgou aos povos (AG 11).

463. *Que significado tem êste diálogo e como deve surgir na Igreja?*

Em virtude da sua missão de iluminar o mundo inteiro com a mensagem de Cristo e de reunir em um só Espírito todos os homens, de qualquer nação, raça ou cultura, a Igreja constitui um sinal daquela fraternidade que torna possível e fortalece o diálogo sincero.

Isto exige, em primeiro lugar, que, reconhecendo tôda a legítima diversidade, promovamos na própria Igreja a estima, respeito e concórdia mútuas, em ordem a estabelecer entre todos os que formam o povo de Deus, pastôres ou fiéis, um diálogo cada vez mais fecundo. Porque o que une entre si os fiéis é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade (GS 92).

464. *Em que sentido devemos dialogar com os irmãos separados?*

A unidade dos cristãos é hoje esperada e desejada mesmo por muitos que não crêem em Cristo. Com efeito, quanto mais esta unidade progredir na verdade e na caridade, pela poderosa ação do Espírito Santo, tanto mais será para o mundo um presságio de unidade e de paz (GS 92).

465. *Em que sentido devemos dialogar com os não-cristãos, crentes em Deus?*

Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições

preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e segui-los com ardor (GS 92).

466. *Em que sentido devemos dialogar com todos os outros homens, que não acreditam em Deus?*

O desejo de um tal diálogo guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu Autor; nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem. Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos êles, todos somos chamados a sermos irmãos. Por isso, chamados com esta mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo (GS 92).

467. *Que respeito e que diálogo devemos oferecer àquêles que pensam e atuam diferentemente de nós, em qualquer campo?*

O nosso respeito e amor devem estender-se também àqueles que pensam ou atuam diferentemente de nós em matéria social, política ou até religiosa. Aliás, quanto mais intimamente compreendermos, com delicadeza e caridade, a sua maneira de ver, tanto mais facilmente poderemos com êles dialogar.

Evidentemente, êste amor e benevolência de modo algum nos deve tornar indiferentes perante a verdade e o bem. Pelo contrário, é o próprio amor que incita os discípulos de Cristo a anunciar a todos a verdade salvadora (GS 28).

468. *Que devemos distinguir, tôda vêz que encontramos um adversário, especialmente no campo religioso?*

Deve distinguir-se entre o êrro, sempre de rejeitar, e aquêlê que erra, o qual conserva sempre a dignidade própria de pessoa, mesmo quando está atingido por idéias religiosas falsas ou menos exatas. Só Deus é juiz e penetra os corações; por êsse motivo, proíbe-nos Êle de julgar da culpabilidade interna de qualquer pessoa (GS 28).

469. *Qual deve ser o nosso comportamento diante daqueles que nos injuriam?*

A doutrina de Cristo exige que também perdoemos as injúrias, e estende a todos os inimigos o preceito do amor, que é o mandamento da Lei Nova: "ouvistes que foi dito: amarás o teu próximo, e odiarás o teu inimigo. Mas eu digo-vos: amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam e orai pelos que vos perseguem e caluniam" (Mt 5, 43-44) (GS 28).

b — A liberdade religiosa

470. *Individualmente a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa?*

Êste Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coração, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem im-

Se, em razão das circunstâncias particulares dos diferentes povos, se atribui a determinado grupo religioso um reconhecimento civil especial na ordem jurídica, é necessário que, ao mesmo tempo, se reconheça e assegure a todos os cidadãos e comunidades religiosas o direito à liberdade em matéria religiosa (DH 6).

c — O aperfeiçoamento do homem

477. *Que significado têm as coisas temporais, de que o homem se serve para desenvolver e aperfeiçoar a si mesmo?*

Tôdas as realidades que constituem a ordem temporal — os bens da vida e da família, a cultura, os bens econômicos, as artes e profissões, as instituições políticas, as relações internacionais e outras semelhantes, bem como a sua evolução e progresso — não só são meios para o fim último do homem, mas possuem valor próprio, que lhes vem de Deus, quer consideradas em si mesmas, quer como partes da ordem temporal total: “e viu Deus tôdas as coisas que fizera, e eram tôdas muito boas” (Gen 1, 31). Êste valor natural das coisas adquire uma dignidade especial pela sua relação com a pessoa humana, para cujo serviço foram criados. Finalmente, aprouve a Deus reunir tôdas as coisas em Cristo, quer as naturais quer as sobrenaturais, “de modo que em tôdas êle tenha o primado” (Col 1, 18). Mas êste destino, não só priva a ordem temporal da sua autonomia, dos seus fins próprios, das suas leis, dos seus recursos, do seu valor para o bem dos homens, mas antes a aperfeiçoa na sua consistência e dignidade próprias, ao mesmo tempo que a ajusta à vocação integral do homem na terra (AA 7).

478. *Qual é portanto a legítima autonomia das realidades terrenas?*

Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. Para além de ser uma exigência dos homens do nosso tempo, trata-se de algo inteiramente de acôrdo com a vontade do Criador (GS 36).

479. *A autonomia das realidades terrenas significa, talvez, independência diante de Deus?*

Se com as palavras "autonomia das realidades temporais" se entende que as criaturas não dependem de Deus e que o homem pode usar delas sem as ordenar ao Criador, ninguém que acredite em Deus deixa de ver a falsidade de tais assertos. Pois, sem o Criador, a criatura não subsiste (GS 36).

480. *Como deve ser instaurada a verdadeira ordem das coisas temporais?*

A ordem temporal deve ser construída de tal modo que, respeitadas integralmente as suas leis próprias, se torne, para além disso, conforme aos princípios da vida cristã, de modo adaptado às diferentes condições de lugares, tempos e povos (AA 7).

481. *Como se explica que o uso das coisas temporais, boas em si, possam tornar-se más e perigosas?*

O uso das coisas temporais foi, no decurso da história, manchado com graves abusos. É que os homens,

atingidos pelo pecado original, caíram muitas vezes em muitos erros acêrca do verdadeiro Deus, da natureza do homem e dos princípios da lei moral. Daí a corrupção dos costumes e das instituições humanas, daí a pessoa humana tantas vezes conculcada. Também em nossos dias, não poucos confiando em excesso no progresso das ciências naturais e da técnica, caem numa espécie de idolatria das coisas materiais das quais em vez de senhores se tornam escravos (AA 7).

482. A atividade humana é boa em si mesma e corresponde à vontade de Deus?

Uma coisa é certa para os crentes: a atividade humana individual e coletiva, aquêlê imenso esforço com que os homens, no decurso dos séculos, tentaram melhorar as condições de vida, corresponde à vontade de Deus (GS 34).

483. Isto vale também para os trabalhos cotidianos ordinários?

Isto aplica-se também às atividades de todos os dias. Assim, os homens e mulheres que ao ganhar o sustento para si e suas famílias, de tal modo exercem a própria atividade que prestam conveniente serviço à sociedade, com razão podem considerar que prolongam com o seu trabalho a obra do Criador, ajudam os seus irmãos e dão uma contribuição pessoal para a realização dos desígnios de Deus na história (GS 34),

484. As grandes conquistas da atividade humana se opõem talvez do poder e à grandeza de Deus?

Longe de pensar que as obras do engenho e poder humano se opõem ao poder de Deus, ou de considerar

a criatura racional como rival do Criador, os cristãos devem, pelo contrário, estar convencidos de que as vitórias do gênero humano manifestam a grandeza de Deus e são fruto do seu desígnio inefável (GS 34).

485. *Que significa "cultura"?*

A palavra "cultura" indica, em geral, tôdas as coisas por meio das quais o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar, pelo estudo e pelo trabalho, o próprio mundo; torna mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil; e, finalmente, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e até à humanidade, as suas grandes experiências espirituais e aspirações.

Daqui se segue que a cultura humana implica necessariamente um aspecto histórico e social e que o termo "cultura" assume freqüentemente um sentido sociológico e etnológico. É neste sentido que se fala da pluralidade das culturas (GS 53).

486. *Pode-se afirmar que no nosso tempo iniciou-se uma nova época da atividade e da cultura humanas?*

As condições de vida do homem moderno sofreram tão profunda transformação no campo social e cultural, que é lícito falar duma nova era da história humana (GS 54).

487. *Como se caracteriza o estilo nôvo de pensar e de viver?*

Algumas notas características da cultura atual: as chamadas ciências exatas desenvolvem grandemente

o sentido crítico; as recentes investigações psicológicas explicam profundamente a atividade humana; as disciplinas históricas contribuem muito para considerar as coisas sob o seu aspecto mutável e evolutivo; as maneiras de viver e os costumes tornam-se cada vez mais uniformes; a industrialização, a urbanização e outras causas que favorecem a vida comunitária criam novas formas de cultura de que resultam novas maneiras de sentir, de agir e de utilizar o tempo livre; o aumento de intercâmbio entre os vários povos e grupos sociais revela mais amplamente a todos e a cada um os tesouros das várias formas de cultura, preparando-se dêste modo, progressivamente, um tipo mais universal de cultura humana, a qual tanto mais favorecerá e expressará a unidade do gênero humano, quanto melhor souber respeitar as peculiaridades das diversas culturas (GS 54).

488. *Qual é o núcleo essencial do novo estilo de pensar e de viver?*

Um novo humanismo, no qual o homem se define antes de mais pela sua responsabilidade com relação aos irmãos e à história (GS 55).

489. *A cultura também tem a sua autonomia?*

O sagrado Concílio, recordando o que ensinou o Primeiro Concílio do Vaticano, declara que existem "duas ordens de conhecimento" distinta, a da fé e a da razão, e que a Igreja de modo algum proíbe que "as artes de disciplinas humanas usem de princípios e métodos próprios nos seus campos respectivos"; "reconhecendo esta justa liberdade", afirma por isso a legítima autonomia da cultura humana e sobretudo das ciências (GS 59).

490. *É possível ao homem de hoje desenvolver uma cultura integral?*

É mais difícil hoje do que outrora fazer uma síntese dos vários ramos do saber e das artes. Porque ao mesmo tempo que aumenta a multidão e diversidade dos elementos que constituem a cultura, diminui para cada homem a possibilidade de os compreender e organizar; a figura do "homem universal" desaparece assim cada vez mais. No entanto, cada homem continua a ter o dever de salvaguardar a integridade da pessoa humana, na qual sobressaem os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade, valores que se fundam em Deus Criador e por Cristo foram admiravelmente curados e elevados (GS 61).

491. *Como purificar tôda forma da atividade humana?*

Tôdas as atividades humanas, constantemente ameaçadas pela soberba e amor próprio desordenado, devem ser purificadas e levadas à perfeição pela cruz e ressurreição de Cristo (GS 37).

492. *Donde procede e para onde deve dirigir-se a atividade humana?*

A atividade humana, do mesmo modo que procede do homem, assim para êle se ordena (GS 35).

493. *Qual é a norma da atividade humana?*

O homem vale mais por aquilo que é do que por aquilo que possui. De igual modo, tudo o que os homens fazem para conseguir maior justiça, mais fraternidade, uma organização mais humana das relações sociais, vale mais do que os progressos técnicos. Pois

tais progressos podem proporcionar a base material para a promoção humana, mas, por si sós, são incapazes de a realizar.

A norma da atividade humana é pois a seguinte: segundo o plano e vontade de Deus, ser conforme com o verdadeiro bem da humanidade e tornar possível ao homem, individualmente considerado ou em sociedade, cultivar e realizar a sua vocação integral (GS 35).

494. *Qual é a norma da cultura?*

A Igreja lembra a todos que a cultura deve orientar-se para a perfeição integral da pessoa humana, para o bem da comunidade e de toda a sociedade. Por isso, é necessário cultivar o espírito de modo a desenvolver-lhe a capacidade de admirar, de intuir, de contemplar, de formar um juízo pessoal e de cultivar o sentido religioso, moral e social (GS 59).

d — A paz e a guerra

495. *Que é a paz, como se pode promovê-la?*

A paz não é ausência da guerra; nem se reduz ao estabelecimento do equilíbrio entre as forças adversas ou resulta duma dominação despótica. Com toda a exatidão e propriedade ela é chamada “obra da justiça” (Is 32, 7). É um fruto da ordem que o divino Criador estabeleceu para a sociedade humana, e que deve ser realizada pelos homens, sempre desejosos de uma mais perfeita justiça. Com efeito, o bem comum do gênero humano é regido, primária e fundamentalmente, pela lei eterna; mas, quanto às suas exigências concretas, está sujeito a constantes mudanças, com o

decorrer do tempo. Por esta razão, a paz nunca se alcança duma vez para sempre, antes deve estar constantemente a ser edificada. Além disso, como a vontade humana é fraca e ferida pelo pecado, a busca da paz exige o constante domínio das paixões de cada um e a vigilância da autoridade legítima.

Mas tudo isto não basta. Esta paz não se pode alcançar na terra a não ser que se assegure o bem das pessoas e que os homens compartilhem entre si livre e confiadamente as riquezas do seu espírito criador. Absolutamente necessárias para a edificação da paz são ainda a vontade firme de respeitar a dignidade dos outros homens e povos e a prática assídua da fraternidade. A paz é assim também fruto do amor, o qual vai além do que a justiça consegue alcançar.

A paz terrena, nascida do amor do próximo, é imagem e efeito da paz de Cristo, vinda do Pai (GS 78).

496. Até que limites uma guerra pode ser considerada legítima?

A guerra não foi eliminada do mundo dos homens. E enquanto existir o perigo da guerra e não houver uma autoridade internacional competente e provida dos convenientes meios, não se pode negar aos governos, depois de esgotados todos os recursos de negociações pacíficas, o direito de legítima defesa. Cabe assim aos governantes e aos demais que participam na responsabilidade dos negócios públicos, o dever de assegurar a defesa das populações que lhes estão confiadas, tratando com toda a seriedade um assunto tão sério. Mas uma coisa é utilizar a força militar para defender justamente as populações, outra o querer subjugar as outras nações. O poderio bélico não legitima qualquer uso militar ou político que dê lugar a ela. Nem, finalmente, uma vez começada lamentável-

mente a guerra, já tudo se torna lícito entre as partes beligerantes (GS 79).

497. Devem ser observados os acordos internacionais em matéria de guerra?

Estes acordos devem ser observados. Mais ainda, todos, sobretudo os poderes públicos e os peritos nestas matérias, têm obrigação de procurar aperfeiçoá-las quanto lhes fôr possível, de maneira a que sejam capazes de melhor e mais eficazmente refrearem a crueldade das guerras (GS 79).

498. Como a Igreja julga os crimes de guerra?

Tendo diante dos olhos êste estado de prostração da humanidade, o Concílio quer, antes de mais recordar o valor permanente do direito natural internacional e dos seus princípios universais. A própria consciência da humanidade afirma cada vez com maior força êstes princípios. As ações que lhes são deliberadamente contrárias, bem como as ordens que as mandam executar, são, portanto, criminosas; nem a obediência cega pode desculpar os que as cumprem (GS 78).

499. Como a Igreja julga o serviço militar?

Aquêles que se dedicam ao serviço da pátria no exército, considerem-se servidores da segurança e da liberdade das populações; na medida em que se desempenham como convém desta tarefa, contribuem verdadeiramente para o estabelecimento da paz (GS 49).

500. *Que fazer com aqueles que por motivo de consciência, recusam combater?*

Parece justo que as leis provejam com humanidade para o caso daqueles que, por motivo de consciência, recusam combater, contanto que aceitem outra forma de servir à comunidade humana (GS 79).

501. *Quais serão as conseqüências da corrida aos armamentos?*

A corrida aos armamentos é um terrível flagelo para a humanidade e prejudica os pobres dum modo intolerável. E é muito de temer, se ela continuar, que um dia provoque as exterminadoras calamidades de que já presentemente prepara os meios (GS 81)

502. *Nas condições atuais, uma guerra poderia tornar-se total?*

Com o incremento das armas científicas, tem aumentado desmesuradamente o horror e maldade da guerra. Pois, com o emprêgo de tais armas, as ações bélicas podem causar enormes e indiscriminadas destruições, que dêsse modo já vão muito além dos limites da legítima defesa. Mais ainda: se se empregasse integralmente o material existente nos arsenais das grandes potências, resultaria daí o quase total e recíproco extermínio de ambos os adversários, sem falar nas inúmeras devastações, provocadas no mundo e os funestos efeitos que do uso de tais armas se seguiriam (GS 80).

503. *Qual é o ensinamento do Concílio diante da possibilidade de uma guerra?*

Tendo em atenção tôdas estas coisas, o sagrado Concílio, fazendo suas as condenações da guerra to-

tal já anteriormente pronunciadas pelos Sumos Pontífices, declara:

Tôda a ação de guerra que tende indiscriminadamente à destruição de cidades inteiras ou vastas regiões e seus habitantes é um crime contra Deus e o próprio homem, que se deve condenar com firmeza e sem hesitação.

O perigo peculiar da guerra hodierna está em que ela fornece, por assim dizer, a oportunidade de cometer tais crimes, àqueles que estão de posse das modernas armas científicas; e, por uma consequência quase fatal, pode impelir as vontades dos homens às mais atrozes decisões. Para que tal nunca venha a suceder, os Bispos de todo o mundo, reunidos, imploram a todos, sobretudo aos governantes e chefes militares, que ponderem sem cessar a sua tão grande responsabilidade perante Deus e a humanidade (GS 80).

504. *Como se pode garantir a paz?*

Para edificar a paz, é preciso, antes de mais, eliminar as causas das discórdias entre os homens, que são as que alimentam as guerras, sobretudo as injustiças (GS 83).

505. *Para garantir a paz é necessário o desarmamento?*

Já que a paz deve antes nascer da confiança mútua do que ser imposta pelo terror das armas, todos devem trabalhar para que se ponha finalmente um termo à corrida aos armamentos e para que se inicie progressivamente e com garantias reais e eficazes, a redução dos mesmos armamentos, não unilateral, evidentemente, mas simultânea e segundo o que fôr estatuído (GS 82).

506. *Devemos interditar qualquer espécie de guerra?*

E' claro que nos devemos esforçar por todos os meios por preparar os tempos em que, por comum acôrdo das nações, se possa interditar absolutamente qualquer espécie de guerra. Isto exige, certamente, a criação duma autoridade pública mundial, por todos reconhecida e com poder suficiente para que fiquem garantidos a todos a segurança, o cumprimento da justiça e o respeito dos direitos (GS 82).

7. SEXTO E NONO MANDAMENTO DO DECALOGO

"Não pecar contra a castidade"
"Não desejar a mulher do próximo"

a — A educação para o amor

507. *A juventude deve ser educada para a castidade e o amor conjugal?*

Os jovens devem ser conveniente e oportunamente instruídos sobretudo no seio da própria família, acêrca da dignidade, missão e exercício do amor conjugal. Dêste modo, educados na castidade, poderão chegada a idade conveniente, entrar no casamento depois dum noivado puro (GS 49).

b — Os noivos

508. *Qual o comportamento dos noivos, entre si?*

A palavra de Deus convida repetidas vêzes os noivos a alimentar e robustecer o seu noivado com um amor casto (GS 49).

509. *O que é o matrimônio?*

A íntima comunidade de vida e de amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio do contrato matrimonial, ou seja com o irrevogável consentimento pessoal. Dêste modo, por meio do ato humano com o qual os cônjuges mutuamente se dão e recebem um ao outro, nasce uma instituição também à face da sociedade, confirmada pela lei divina. Em vista do bem tanto dos esposos e da prole como da sociedade, êste sagrado vínculo não está no arbítrio da vontade humana (GS 48).

510. *Quais são os fins e as propriedades do matrimônio?*

Por sua própria natureza, a instituição matrimonial e o amor conjugal estão ordenados para a procriação e educação da prole, que constituem a sua coroa. O homem e a mulher, que, pela aliança conjugal “já não são dois, mas uma só carne” (Mt 19, 6), prestam-se recíproca ajuda e serviço com a íntima união das suas pessoas e atividades, tomam consciência da própria unidade e cada vez mais a realizam. Esta união íntima, já que é o dom recíproco de duas pessoas, exige do mesmo modo que o bem dos filhos, a inteira fidelidade dos cônjuges e requer a indissolubilidade da sua união (GS 48).

511. *Como o matrimônio foi elevado ao plano sobrenatural?*

Cristo Senhor abençoou copiosamente êste amor de múltiplos aspectos nascido da fonte divina da cari-

dade e constituído à imagem da sua própria união com a Igreja. E assim como outrora Deus veio ao encontro do seu povo com uma aliança de amor e fidelidade, assim agora o Salvador dos homens e Espôso da Igreja vem ao encontro dos esposos cristãos com o sacramento do matrimônio. E permanece com êles, para que, assim como **Ele** amou a Igreja e se entregou por ela, de igual modo os cônjuges, dando-se um ao outro, se amem com perpétua fidelidade (GS 48).

512. Como deve ser realizado o amor conjugal?

O Senhor dignou-se sanar, aperfeiçoar e elevar este amor com um dom especial de graça e caridade. Unindo o humano com o divino, esse amor leva os esposos ao livre e recíproco dom de si mesmos, que se manifesta com a ternura do afeto e com as obras e penetra toda a sua vida; e aperfeiçoa-se e aumenta pela sua própria generosa atuação. **Ele** transcende, por isso, imensamente a mera inclinação erótica, a qual, fomentada egoisticamente, rápida e miseravelmente se desvanece.

Este amor tem a sua expressão e realização peculiar no ato próprio do matrimônio. São, portanto, honestos e dignos os atos pelos quais os esposos se unem em intimidade e pureza; realizados de modo autenticamente humano, exprimem e alimentam a mútua entrega pela qual se enriquecem um ao outro na alegria e gratidão. Esse amor, ratificado pela promessa de ambos e, sobretudo, sancionado pelo sacramento de Cristo, é indissolúvelmente fiel, de corpo e de espírito, na prosperidade e na adversidade; exclui, por isso, toda e qualquer espécie de adultério e divórcio. A unidade do matrimônio, confirmada pelo Senhor, manifesta-se também claramente na igual

dignidade da mulher e do homem que se deve reconhecer no mútuo e pleno amor (GS 49).

513. *O matrimônio deve tender à procriação da prole?*

Os esposos sabem que no dever de transmitir e educar a vida humana — dever que precisa ser considerado como a sua missão específica — eles são os co-operadores do amor de Deus Criador e como que os seus intérpretes (GS 50).

514. *Qual o mandado Divino a êsse respeito?*

O mesmo Deus que disse “não é bom que o homem esteja só” (Gên 2, 18) e que “desde a origem fêz o homem varão e mulher” (Mt 19, 4), querendo comunicar-lhe uma participação especial na Sua obra criadora, abençoou o homem e a mulher dizendo: “sêde fecundos e multiplicai-vos” (Gên 1, 28) (GS 50).

515. *Com que espírito os cônjuges deverão cumprir êste mandado?*

Desempenhar-se-ão desta missão com a sua responsabilidade humana e cristã; com um respeito cheio de docilidade para com Deus de comum acôrdo e com esforço comum formarão retamente a própria consciência, tendo em conta o seu bem próprio e o dos filhos já nascidos ou que prevêem virão a nascer, sabendo ver as condições de tempo e da própria situação e tendo, finalmente, em consideração o bem da comunidade familiar, da sociedade temporal e da própria Igreja. São os próprios esposos que, em última instância, devem diante de Deus, tomar esta decisão. Mas, no seu

modo de proceder, tenham os esposos consciência de que não podem proceder arbitrariamente, mas que sempre se devem guiar pela consciência, fiel à lei divina, e ser dóceis ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta à luz do Evangelho (GS 50).

516. O matrimônio perde o seu valor, no caso que faltassem os filhos?

O matrimônio não foi instituído só em ordem à procriação da prole. A própria natureza da aliança indissolúvel entre pessoas e o bem da prole exigem que o mútuo amor dos esposos se exprima convenientemente, aumente e chegue à maturidade. E por isso, mesmo que faltem os filhos, tantas vezes ardentemente desejados, o matrimônio conserva o seu valor e indissolubilidade, como comunidade e comunhão de toda a vida (GS 50).

517. São lícitas as práticas anticoncepcionais, o aborto, o infanticídio, com a desculpa de ser um bem para os cônjuges?

Não falta quem se atreva a dar soluções imorais a estes problemas, sem recuar sequer perante o homicídio. Mas a Igreja recorda que não pode haver verdadeira incompatibilidade entre as leis divinas que regem a transmissão da vida e o desenvolvimento do autêntico amor conjugal.

Com efeito, Deus, Senhor da vida, confiou aos homens, para que estes desempenhassem dum modo digno dos mesmos homens, o nobre encargo de conservar a vida. Esta deve, pois, ser salvaguardada, com extrema solicitude, desde o primeiro momento da concepção; o aborto e o infanticídio são crimes abominá-

veis. Quanto à sexualidade humana e ao poder gerador do homem, eles superaram de modo admirável o que se encontra nos graus inferiores da vida; daqui se segue que os mesmos atos específicos da vida conjugal, realizados segundo a autêntica dignidade humana, devem ser objeto de grande respeito (GS 51).

518. *Para exercitar o amor conjugal sem violar a lei de Deus, que critério os cônjuges devem seguir?*

Quando se trata de conciliar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, a moralidade do comportamento não depende apenas da sinceridade da intenção e da apreciação dos motivos; deve também determinar-se por critérios objetivos, tomados da natureza da pessoa e dos seus atos; critérios que respeitem, num contexto de autêntico amor, o sentido da mútua doação e de procriação humana. Tudo isto só é possível se se cultivar sinceramente a virtude da castidade conjugal. Segundo estes princípios, não é lícito aos filhos da Igreja adotar, na regulação dos nascimentos, caminhos que o Magistério, explicitando a lei divina, reprovava.

Todos tenham bem presente que a vida humana, e a missão de a transmitir não se limitam a este mundo, nem podem ser medidas ou compreendidas unicamente em função d'ele, mas que estão sempre relacionadas com o eterno destino do homem (GS 51).

519. *Em que ponto está a questão da "pílula católica"?*

Certas questões, que requerem outras investigações mais aprofundadas, foram confiadas, por manda-

do do Sumo Pontífice, a uma Comissão para o estudo da população, da família e da natalidade; uma vez terminados os seus trabalhos, o Sumo Pontífice pronunciará o seu juízo. No atual estado da doutrina do Magistério, o sagrado Concílio não pretende propor imediatamente soluções concretas (GS 51 — nota 14).

520. *A autoridade civil tem o direito de intervir nas questões que dizem respeito ao controle dos nascimentos?*

Visto que muitos afirmam que o aumento da população do globo, ou ao menos de algumas nações, deve ser absoluta e radicalmente diminuído por todos os meios e por qualquer espécie de intervenção da autoridade pública, o Concílio exorta todos a que evitem as soluções, promovidas pública ou privadamente ou até por vêzes impostas, que sejam contrárias à lei moral. Porque, segundo o inalienável direito ao casamento e procriação da prole, a decisão acêrca do número de filhos depende do reto juízo dos pais e de modo algum se pode entregar ao da autoridade pública (GS 87).

d — A viuvez

521. *Que a Igreja diz da viuvez?*

A viuvez, corajosamente assumida na seqüência da vocação conjugal, por todos deve ser respeitada (GS 48).

8. SÉTIMO E DÉCIMO MANDAMENTO DO DECALOGO:

*“Não furtar
“Não desejar as coisas alheias”.*

a — Os bens e a propriedade

522. *De quem são os bens da terra?*

Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar eqüitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade. Sejam quais forem as formas da propriedade, conforme às legítimas instituições dos povos e segundo as diferentes e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a êste destino universal dos bens (GS 69).

523. *Em que sentido é legítima a propriedade privada?*

A propriedade privada ou um certo domínio sobre os bens externos asseguram a cada um a indispensável esfera de autonomia pessoal e familiar, e devem ser considerados como que uma extensão da liberdade humana. Finalmente, como estimulam o exercício da responsabilidade, constituem uma das condições das liberdades civis (GS 71).

524. *A propriedade privada tem alguma função, além da individual e social?*

A propriedade privada é de índole social fundada na lei do destino comum dos bens. O desprezo dêste

caráter social foi muitas vêzes ocasião de cobiças e de graves desordens, chegando mesmo a fornecer um pretexto para os que contestam êsse próprio direito (GS 71).

525. Como concordar a legitimidade da propriedade privada com a propriedade comum?

O direito de propriedade privada não é incompatível com as várias formas legítimas de direito de propriedade pública. Quanto à apropriação pública dos bens, ela só pode ser levada a cabo pela legítima autoridade, segundo as exigências e dentro dos limites do bem comum, e mediante uma compensação equitativa (GS 71).

526. A quem compete impedir os abusos da propriedade privada em detrimento do bem comum?

Compete à autoridade pública impedir que alguém abuse da propriedade privada em detrimento do bem comum (GS 71).

527. Todos têm o direito de possuir bens suficientes?

Todos têm o direito de ter uma parte de bens suficientes para si e suas famílias. Assim pensaram os Padres e Doutores da Igreja, ensinando que os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos (GS 69).

528. Que direito tem quem se encontra em extrema necessidade?

Aquêle que se encontra em extrema necessidade, tem direito a tomar, dos bens dos outros, o que necessita (GS 69).

529. E' necessário fomentar o acesso à propriedade privada?

Dado que a propriedade e as outras formas de domínio privado dos bens externos contribuem para a expressão da pessoa e lhe dão ocasião de exercer a própria função na sociedade e na economia, é de grande importância que se fomente o acesso dos indivíduos e grupos a um certo domínio desses bens (GS 71).

b — A atividade econômica

530. A que fim deve tender o desenvolvimento econômico?

A finalidade fundamental da produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou o poderio, mas o serviço do homem; do homem integral, isto é, tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de qualquer homem ou grupo de homens, de qualquer raça ou região do mundo (GS 64).

531. Qual é a norma da atividade econômica?

A atividade econômica, regulando-se pelas suas leis e métodos próprios, deve, portanto, exercêr-se dentro dos limites da ordem moral, para que assim se cumpra o desígnio de Deus sobre o homem (GS 64).

532. Como deve ser controlado o desenvolvimento econômico?

O progresso econômico deve permanecer sob a direção do homem; nem se deve deixar entregue só ao arbítrio de alguns poucos indivíduos ou grupos economicamente mais fortes ou só da comunidade política ou de algumas nações mais poderosas. Pelo contrário, é necessário que, em todos os níveis, tenha parte na sua direção o maior número possível de homens, ou todas as nações, se se trata de relações internacionais. De igual modo é necessário que as iniciativas dos indivíduos e das associações livres sejam coordenadas e organizadas harmonicamente com a atividade dos poderes públicos (GS 65).

533. Todos têm o direito e o dever de contribuir para o desenvolvimento da própria comunidade?

Lembrem-se os cidadãos, ser direito e dever seu, que o poder civil deve reconhecer, contribuir, na medida das próprias possibilidades, para o verdadeiro progresso da sua comunidade (GS 65).

534. Quem conserva improdutivas as suas riquezas, prejudica o bem comum?

Sobretudo nas regiões economicamente menos desenvolvidas, onde é urgente o emprêgo de todos os recursos disponíveis, fazem correr grave risco ao bem comum todos aqueles que conservam improdutivas as suas riquezas ou, salvo o direito pessoal de migração, privam a própria comunidade dos meios materiais ou espirituais de que necessita (GS 65).

535. *E' nosso dever evitar a desigualdade econômica?*

Para satisfazer às exigências da justiça e da equidade, é necessário esforçar-se enèrgicamente para que, respeitando os direitos das pessoas e a índole própria de cada povo, se eliminem o mais depressa possível as grandes e por vêzes crescentes desigualdades econômicas atualmente existentes, acompanhadas da discriminação individual e social (GS 66).

536. *E' também um dever evitar as incertezas das situações econômicas?*

E' também exigência da justiça e da equidade que a mobilidade, necessária para o progresso econômico, seja regulada de tal maneira que a vida dos indivíduos e das famílias não se torne insegura e precária (GS 66).

c — O trabalho

537. *Qual é o lugar do trabalho na vida econômica e social?*

O trabalho humano que se exerce na produção e na troca dos bens econômicos e na prestação de serviços, sobreleva aos demais fatores da vida econômica, que apenas têm valor de instrumentos.

Este trabalho, empreendido por conta própria ou ao serviço de outrem, procede imediatamente da pessoa, a qual como que marca com o seu sêlo as coisas da natureza, e as sujeita ao seu domínio. E' com o seu trabalho que o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dêle se une e serve aos seus irmãos, pode exercitar uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina (GS 67).

538. *Que valor tem o trabalho à luz da fé?*

Oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré (GS 67).

539. *Que direitos e deveres tem cada um em particular a respeito do trabalho?*

O dever de trabalhar fielmente, e também o direito ao trabalho (GS 67).

540. *A sociedade tem dever de procurar trabalho?*

A sociedade cabe ajudar em quanto possa, segundo as circunstâncias vigentes, os cidadãos para que possam encontrar oportunidade de trabalho suficiente (GS 67).

541. *Como deve ser remunerado o trabalho?*

Tendo em conta as funções e produtividade de cada um, bem como a situação da empresa e o bem comum, o trabalho deve ser remunerado de maneira a dar ao homem a possibilidade de cultivar dignamente a própria vida material, social, cultural, e espiritual e a dos seus (GS 67).

542. *Como deve ser organizado o trabalho e a atividade econômica?*

Dado que a atividade econômica é, na maior parte dos casos, fruto do trabalho associado dos homens, é injusto e desumano organizá-la e dispô-la de tal modo que isso resulte em prejuízo para alguns dos que tra-

balham. Ora acontece frequentemente, mesmo nos nossos dias, que os que trabalham estão de algum modo escravizados à própria atividade. Isto não encontra justificação alguma nas chamadas leis econômicas. É preciso, portanto, adaptar todo o processo do trabalho produtivo às necessidades da pessoa e às formas de vida (GS 67).

543. *Deve ser promovida a participação de todos à vida da empresa?*

Tendo em conta as funções de cada um — proprietário, empresários, dirigentes ou operários — e salva a necessária unidade de direção, promova-se, segundo modalidades a determinar convenientemente, a participação ativa de todos na gestão das empresas (GS 68).

544. *Deve ser promovida a participação dos trabalhadores às decisões econômicas gerais?*

Dado que frequentemente não é ao nível da empresa mas num mais alto de instituições superiores que se tomam as decisões econômicas e sociais de que depende o futuro dos trabalhadores e de seus filhos, eles devem participar também no estabelecimento dessas decisões, por si ou por delegados livremente eleitos (GS 68).

545. *Têm os trabalhadores o direito de criar associações próprias?*

Entre os direitos fundamentais da pessoa humana deve contar-se o de os trabalhadores criarem livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a reta ordenação da vida econô-

mica; e ainda o direito de participar, livremente, sem risco de represálias, na atividade das mesmas (GS 68).

546. Que fazer nos casos de conflitos econômico-sociais?

Quando surgem conflitos econômico-sociais, devem fazer-se esforços para que se chegue a uma solução pacífica dos mesmos (GS 68).

547. A greve deve ser considerada um meio legítimo para fazer valer os próprios direitos, em casos de conflitos econômico-sociais?

Ainda que, antes de mais se deva recorrer ao sincero diálogo entre as partes, todavia, a greve pode ainda constituir, mesmo nas atuais circunstâncias, um meio necessário, embora extremo, para defender os próprios direitos e alcançar as justas reivindicações dos trabalhadores. Mas procure-se retomar o mais depressa possível o caminho de negociação e da conciliação dialogada (GS 68).

d — A cooperação econômica internacional

548. E' necessária, em nossos dias, a cooperação econômica internacional?

A unificação atual do gênero humano requer também uma cooperação internacional mais ampla no campo econômico (GS 85).

549. Com que espírito os cristãos devem participar da atividade econômico-social?

Todo aquele que, obedecendo a Cristo, busca primeiramente o Reino de Deus, recebe daí um amor

mais forte e mais puro, para ajudar os seus irmãos e realizar, sob o impulso da caridade, a obra da justiça (GS 72).

9. OITAVO MANDAMENTO DO DECALOGO:

“Não levantar falso testemunho”

a — A verdade

550. *O homem deve buscar a verdade?*

Todos os homens têm o dever de buscar a verdade, sobretudo no que diz respeito a Deus e à sua Igreja e, uma vez conhecida, de a abraçar e guardar. O Sagrado Concílio declara igualmente que tais deveres atingem e obrigam a consciência humana e que a verdade não se impõe de outro modo senão pela sua própria fôrça, que penetra nos espíritos de modo ao mesmo tempo suave e forte (DH 1).

551. *Como deve ser procurada a verdade?*

A verdade deve ser buscada pelo modo que convém à dignidade da pessoa humana e da sua natureza social, isto é, por meio de uma busca livre, com a ajuda do magistério ou ensino, da comunicação e do diálogo, com os quais os homens dão a conhecer uns aos outros a verdade que encontraram ou julgam ter encontrado, a fim de se ajudarem mutuamente na busca da verdade; uma vez conhecida esta, deve-se aderir a ela com uma firme adesão pessoal (DH 3).

b — A informação

552. *São úteis e necessárias as informações, ou seja, a propagação de notícias?*

E' evidente que tal informação em vista do progresso da sociedade moderna e dos vínculos mais estreitos entre seus membros, tornou-se utilíssima e muitas vêzes necessária; pois, o intercâmbio público e pontual de notícias sôbre acontecimentos e coisas possibilita a cada homem um conhecimento mais perfeito e contínuo dos fatos, de modo que possam contribuir eficazmente para o bem comum e promovam mais facilmente o progresso de tôda a sociedade (IM 5).

553. *Cabe ao indivíduo e à sociedade o direito às informações?*

Existe na sociedade humana, o direito à informação sôbre aquelas coisas que interessam os homens, segundo as condições de cada qual, quer individualmente quer reunidos em sociedade (IM 5).

554. *Como deve ser exercido o direito à informação?*

O reto exercício dêsse direito exige, todavia, que a notícia seja sempre objetivamente verdadeira e íntegra a respeito da justiça e da caridade; além disso, quanto ao modo, seja honesta e conveniente, isto é, que se observem as leis morais do homem e os seus legítimos direitos e dignidades, tanto na procura de notícias quanto na divulgação delas; na verdade, nem tôda a ciência aproveita, "a caridade, porém, é construtiva" (1 Cor 8, 1) (IM 5).

c — A opinião pública

555. *Quais são os deveres de cada indivíduo a respeito da formação das opiniões públicas?*

Visto que a opinião pública exerce hoje grande influxo e autoridade sôbre a vida individual e pública de tôdas as categorias de cidadãos, é mister que todos os membros da sociedade cumpram suas obrigações de justiça e de caridade, também neste campo; e, portanto, com o auxílio dêsses meios, esforcem-se por formar e desenvolver uma reta opinião pública (IM 8).

d — Os instrumentos de comunicação social

556. *Quais são e que valor têm os instrumentos de comunicação social?*

Entre as maravilhosas invenções da técnica que, sobretudo no nosso tempo, a inteligência humana, com o auxílio de Deus, depreendeu das coisas criadas, a santa mãe Igreja com especial solicitude acolhe e promove aquelas que de preferência dizem respeito ao espírito do homem e abriram novos caminhos para a fácil comunicação de tôda espécie de informações, idéias e ensinamentos. Entre essas invenções sobressaem os meios que, por sua natureza, são capazes de atingir e movimentar não sòmente os indivíduos mas tôda a sociedade humana, como a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão e outras invenções dêste gênero, que por isso mesmo podem ser chamadas: meios de comunicação social (IM 1).

557. *Que pensa a Igreja a respeito do valioso auxílio que tais instrumentos oferecem?*

Sabe a santa mãe Igreja que esses meios, se retamente empregados, oferecem valioso auxílio à sociedade humana, visto muito contribuir para recrear e enriquecer o espírito, propagar e consolidar o reino de Deus (IM 2).

558. *Que pensa a Igreja a respeito dos males infligidos por tais instrumentos?*

(A Igreja) reconhece também que os homens podem usá-los contra o desígnio de Deus Criador e transformá-los em instrumentos da sua própria perdição; e além disso, sente maternal angústia pelos danos que, com o mau uso deles, se tem infligido, com demasiada freqüência, à sociedade humana (IM 2).

559. *Como devem ser usados retamente os meios de comunicação social?*

Para o reto uso desses meios é absolutamente necessário que todos os que se servem deles conheçam as normas da moral a este respeito e as sigam fielmente. Considerem, portanto, o *conteúdo* das coisas que são comunicadas de acordo com a natureza particular de cada instrumento; igualmente tenham presente todas as circunstâncias, isto é, a finalidade, as pessoas, o lugar, o tempo, e outros dados pelos quais a própria comunicação se completa e que podem mudar ou inteiramente alterar sua bondade moral; entre estes enumera-se o modo de agir próprio de cada instrumento, isto é, a sua força que chega a ser tão grande que os homens, sobretudo se não são preparados, difícil-

mente poderão percebê-la, dominá-la e, se fôr o caso, rejeitá-la (IM 4).

560. *Existem limites no uso de tais instrumentos para que não causem mais dano que utilidade às almas?*

A narração, descrição e representação do mal moral **pode** sem dúvida, com o auxílio dos meios de comunicação social, prestar-se a um conhecimento e a um estudo mais profundo do homem, para manifestar e engrandecer a beleza da verdade e do bem, e, além disso, para obter mais oportunos efeitos dramáticos; contudo, para que não causem mais dano que utilidade às almas, sigam plenamente as leis morais, sobretudo quando se trata de coisas que exigem a devida reverência ou que incitam mais facilmente, a desejos depravados, o homem ferido pela culpa original (IM 7).

561. *A Igreja tem o direito e o dever de interessar-se de tais meios?*

A Igreja compete o direito natural de usar e de possuir tais instrumentos enquanto necessários ou úteis à formação cristã e a tôda a sua obra de salvação das almas (IM 3).

562. *E que deveres tem a autoridade civil?*

Nesta matéria compete à autoridade civil deveres especiais em razão do bem comum para o qual são ordenados tais meios. Cabe à mesma autoridade, em virtude do seu ofício, defender e tutelar a verdadeira e justa liberdade de informação absolutamente necessária ao progresso da sociedade moderna, particular-

mente no que se refere à imprensa; incrementar a religião, a cultura e as belas artes; defender os receptores para que gozem livremente de seus legítimos direitos. Além disso, compete à sociedade civil favorecer aquelas iniciativas que, sendo especialmente úteis à juventude, não poderiam subsistir de outra forma.

Finalmente, este poder público que legitimamente trabalha para o bem dos cidadãos, tem o dever de procurar justa e zelosamente, mediante a oportuna promulgação e diligente execução das leis, que não se cause dano aos costumes e ao progresso da sociedade através do mau uso destes meios de comunicação. Essa cuidadosa vigilância, de modo algum, restringe a liberdade individual e social, sobretudo se faltam as devidas precauções por parte daqueles que por motivo de seu ofício manejam tais instrumentos.

Tenham-se um especial cuidado na defesa dos jovens contra a imprensa e os espetáculos que possam ser nocivos à sua idade (*IM 12*).

563. Que responsabilidade cabe aos pais acerca do uso dos instrumentos de comunicação social?

Lembrem-se os pais que é seu dever vigiar atentamente para que os espetáculos, leituras e outras coisas deste gênero, contrárias à fé ou aos bons costumes, não penetrem em seus lares, e seus filhos não as encontrem em outros lugares (*IM 10*).

564. Quais os deveres dos profissionais no campo da comunicação social?

A principal obrigação moral no que diz respeito ao justo emprego dos meios de comunicação social, ca-

be aos jornalistas, escritores, atores, teatrólogos, produtores, diretores, distribuidores, gerentes, vendedores, críticos e aos demais que, de qualquer forma, tomam parte na elaboração e transmissão de comunicações; com efeito, claramente se evidenciam quais e quão graves responsabilidades lhes incumbem, nas atuais condições humanas, pois, que informando e incitando, podem levar os homens ao bem ou à perdição.

Competirá, portanto, a êles ordenar de tal maneira a economia, a política e a arte que jamais se oponham ao bem comum; para isto conseguirem mais facilmente é aconselhável formarem associações profissionais que imponham a seus membros o respeito à leis morais no exercício de sua arte, e até, se fôr necessário, o compromisso de observarem devidamente um código moral.

Lembrem-se sempre que a maioria dos leitores e espectadores é constituída de jovens que precisam da imprensa e espetáculos que ofereçam divertimentos honestos e elevem os espíritos às realidades mais sublimes. Procurem, além disso, que as comunicações sôbre assuntos religiosos sejam confiadas a pessoas dignas e competentes e sejam executadas com a devida reverência (IM 11).

565. Quais os deveres dos receptores?

Deveres particulares competem a todos os receptores, isto é, leitores, espectadores e ouvintes, que por pessoal e livre escolha recebem as comunicações difundidas por êsses meios. Na realidade, a boa escolha exige que aquêles favoreçam em tudo as comunicações que sobressaem pela virtude, ciência e arte; evitem, pelo contrário as que forem causa ou ocasião

de prejuízo espiritual para si mesmos ou que, pelo mau exemplo, possam expor os outros ao perigo, ou dificultem as boas produções e promovam as más, o que freqüentemente acontece, contribuindo economicamente para emprêsas que sòmente atendem ao lucro com a utilização dêsses meios.

Assim, pois, para que os receptores cumpram a lei moral, não deixem de se informar oportunamente sôbre as determinações dadas a êste respeito pela autoridade competente e de segui-las segundo as normas de uma reta consciência; contudo, para que possam resistir com mais facilidade aos maus atrativos e fomentar os bons, procurem orientar e formar a própria consciência com meios adequados (IM 9).

566. Os receptores, devem possuir formação adequada?

O reto uso dos meios de comunicação social que estão à disposição de um público de idade e cultura diferentes requer dêle formação e prática adequadas e especiais (IM 16).

567. A disciplina no uso dos instrumentos de comunicação social é, de modo especial, importante para os jovens?

Os receptores especialmente os jovens, procurem habituar-se à moderação e à disciplina no uso dêsses meios; esforcem-se, além disso, por entender bem o que ouvem, lêem e vêem; dialoguem com educadores e peritos na matéria e aprendam a formular uma apreciação exata (IM 10).

568. *Os fiéis devem empenhar-se para que tais instrumentos sejam empregados apostolicamente?*

Procurem todos os filhos da Igreja, de comum acordo, que os instrumentos de comunicação social sejam empregados, sem a menor dilação e com o máximo empenho, nas múltiplas obras de apostolado tal como o exigem as realidades e as circunstâncias do nosso tempo, antepondo-se às más iniciativas, especialmente naquelas regiões onde o progresso moral e religioso requer um trabalho mais urgente (IM 13).

569. *A quem cabe especialmente essa tarefa?*

É tarefa particular dos leigos penetrar de espírito cristão tais instrumentos de maneira que correspondam plenamente à grande expectativa da sociedade humana e aos desígnios de Deus (IM 3).

570. *Como se pode organizar o apostolado da imprensa?*

Promova-se, em primeiro lugar, a boa imprensa. Contudo, para formar um genuíno espírito cristão nos leitores, crie-se e se difunda uma imprensa especificamente católica que — sob o estímulo e a dependência direta da autoridade eclesiástica, ou de leigos católicos — faça manifestamente neste espírito suas publicações com o intento de formar, afirmar e promover a opinião pública, em consonância com a lei natural, a doutrina e a moral católica; ao mesmo tempo que divulga e devidamente explana os acontecimentos ligados à vida da Igreja. Sejam os fiéis advertidos da necessidade de ler e difundir a imprensa católica para se habituarem a julgar cristamente qualquer acontecimento (IM 14).

571. *Como se pode organizar o apostolado cinematográfico?*

Que a produção e exibição de filmes recreativos sadios, de valor cultural e artístico, mormente os que se destinam à juventude, sejam promovidos por todos os meios eficazes, e colocados a salvo contra os perigos. Isto sobretudo se alcançará apoiando e coordenando as forças e as iniciativas dos produtores e dos distribuidores honestos, recomendando os filmes dignos de louvor segundo a opinião e os prêmios dos críticos, promovendo e associando entre si as salas cinematográficas dirigidas por católicos e por outras pessoas honestas (IM 14).

572. *Como se pode organizar o apostolado do rádio e da televisão?*

Preste-se uma ajuda eficaz aos bons programas radiofônicos e televisivos, principalmente aos que forem apropriados às famílias. Promova-se, com diligência, os programas católicos que devem levar os ouvintes e espectadores a participarem da vida da Igreja, fazendo-lhes penetrar as verdades religiosas. Estabeleçam-se também, onde fôr oportuno, emissoras católicas; cuide-se, entretanto, de que seus progressos sobressaíam em perfeição e eficácia (IM 14).

573. *Também o teatro deve contribuir para o apostolado dos instrumentos de comunicação social?*

Procure-se que a nobre e antiga arte do teatro, que já é largamente propagada pelos meios de comunicação social, contribua ao harmônico desenvolvimento cultural e moral dos espectadores (IM 14).

574. Para desenvolver todos êstes apostolados, são necessárias pessoas especializadas no uso dos vários instrumentos de comunicação?

Para atender às necessidades acima indicadas, sejam oportunamente instruídos sacerdotes e religiosos, bem como leigos, a fim de que possam com a devida competência, dirigir êstes meios para fins de apostolado (IM 15).

575. Que devemos levar em consideração para que o apostolado dos instrumentos de comunicação social se torne eficaz e agradável à inteligência dos homens de hoje?

A atual perturbação dos espíritos e a mudança das condições de vida, estão ligadas a uma transformação mais ampla, a qual tende a dar o predomínio, na formação do espírito, às ciências matemáticas e naturais, e, no plano da ação, às técnicas, fruto dessas ciências.

Esta mentalidade científica modela a cultura e os modos de pensar duma maneira diferente do que no passado. A técnica progrediu tanto que transforma a face da terra e tenta já dominar o espaço.

Também sôbre o tempo estende a inteligência humana o seu domínio: quanto ao passado, graças ao conhecimento histórico; relativamente ao futuro, com a prospectiva e a planificação. Os progressos das ciências biológicas, psicológicas e sociais não só ajudam o homem a conhecer-se melhor, mas ainda lhe permitem exercer, por meios técnicos, uma influência direta na vida das sociedades. Ao mesmo tempo, a humanidade preocupa-se cada vez mais com prever e ordenar o seu aumento demográfico.

O próprio movimento da história torna-se tão rápido, que os indivíduos dificilmente o podem seguir. O destino da comunidade humana torna-se um só, e não já dividido entre histórias independentes. A humanidade passa, assim, duma concepção predominantemente estática da ordem das coisas para uma outra, preferentemente dinâmica e evolutiva; daqui nasce uma nova e imensa problemática, a qual está a exigir novas análises e novas sínteses (GS 5).

576. Que fim deve propôr-se aos homens de hoje, o apostolado da comunicação social?

A natureza espiritual da pessoa humana encontra e deve encontrar a sua perfeição na sabedoria, que suavemente atrai o espírito do homem à busca e amor da verdade e do bem, e graças à qual êle é levado por meio das coisas visíveis até às invisíveis.

Mais do que os séculos passados, o nosso tempo precisa de uma tal sabedoria, para que se humanizem as novas descobertas dos homens. Está ameaçado, com efeito, o destino do mundo, se não surgirem homens cheios de sabedoria. E é de notar que muitas nações, pobres em bens econômicos, mas ricas em sabedoria, podem trazer às outras inapreciável contribuição.

Pelo dom do Espírito Santo, o homem chega na fé, a contemplar e saborear o mistério do plano divino (GS 15).

10. PRIMEIRO MANDAMENTO GERAL DA IGREJA

“Ouvir a Missa nos domingos e festas de guarda”

577. *Que significado tem o domingo, e como devemos comemorá-lo?*

Por tradição apostólica, que tem sua origem no dia mesmo da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra cada oitavo dia o Mistério Pascal. Esse dia chama-se justamente dia do Senhor ou domingo. Neste dia, pois, devem os fiéis reunir-se para ouvirem a palavra de Deus e participarem da Eucaristia, e assim recordarem a Paixão, Ressurreição e glória do Senhor Jesus e darem graças a Deus que os “regenerou para uma esperança viva pela Ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos” (1 Pdr 1, 3). O domingo é, pois, o principal dia de festa que deve ser lembrado e inculcado à piedade dos fiéis: seja também o dia da alegria e do repouso. As outras celebrações não lhe sejam antepostas, a não ser as de máxima importância, pois que o domingo é o fundamento e o núcleo do ano litúrgico (SC 106).

578. *Como se deve participar à Missa nos Domingos e festa de Guarda?*

As duas partes de que se compõe de certa forma a Missa, a liturgia da palavra e a liturgia eucarística, estão tão estreitamente unidas, que formam um só ato de culto. Por isso, o sagrado Concílio exorta com veemência os pastores de almas a instruírem bem os fiéis, na catequese, para que participem na Missa inteira, especialmente nos domingos e festas de preceito (SC 56).

11. SEGUNDO MANDAMENTO GERAL DA IGREJA

“Jejuar e abster-se de carne quando nos manda a Santa Igreja”.

579. *Que leis existem a respeito da penitência?*

Por lei divina, todos os fiéis são obrigados a fazer penitência. As prescrições da lei eclesiástica acerca da penitência ficam totalmente reordenadas consoante determinadas normas, que aqui apresentamos (*Pen I*).

580. *Em que dias do ano deve ser observado o preceito da penitência?*

O Tempo da Quaresma conserva seu caráter penitencial. Os dias de penitência, a serem obrigatoriamente observados em toda a Igreja, são todas as sextas-feiras de todo ano e a quarta-feira de Cinzas, ou, segundo a diversidade de Ritos, o primeiro dia da Grande Quaresma (*Pen II, par. 1*).

581. *De que modo são obrigatórios estes dias de Penitência?*

É gravemente obrigatória a sua observância substancial (*Pen II, par 1*).

582. *Nestes dias de penitência: quando deve ser observado o jejum, e, quando a abstinência?*

Salvas as faculdades, deve-se observar abstinência em todas as sextas-feiras do ano que não caíam em festas de preceito, enquanto que a abstinência e o jejum se observarão na quarta-feira de Cinzas, ou, segun-

do a diversidade de Ritos, no primeiro dia da Grande Quaresma, e na sexta-feira da Paixão e Morte do Senhor (*Pen II, par. 2*).

583. *Que nos proíbe comer, a lei da abstinência?*

A lei da abstinência proíbe o uso de carne, mas não o uso de ovos, de lacticínios e de qualquer condimento mesmo de gordura animal (*Pen III, par. 1*).

584. *Que ordena a lei do jejum e que permite?*

A lei do jejum obriga a fazer uma única refeição durante o dia, mas não proíbe tomar um pouco de alimento pela manhã e à noite, atendo-se — no que respeita à quantidade e à qualidade — aos costumes locais aprovados (*Pen III, par. 2*).

585. *Com que idade começa a obrigação do jejum e da abstinência?*

A lei da abstinência estão obrigados os que completaram catorze anos; à lei do jejum, todavia, estão obrigados todos os fiéis, dos vinte e um anos completos aos sessenta começados (*Pen IV*).

586. *Qual é a obrigação dos Pastores de almas e dos pais para com os que ainda não atingiram a idade de observar a lei do jejum e da abstinência?*

No tocante aos de idade inferior, apliquem-se os pastores de almas e os pais, com particular cuidado, a educá-los no verdadeiro sentido da penitência (*Pen IV*).

587. *Certas observâncias particulares a respeito do jejum e da abstinência ainda são válidas?*

Ab-rogados todos os privilégios e indultos quer gerais quer particulares, pelas presentes normas nada é mudado nem acêrca dos votos de qualquer pessoa física ou moral, nem acêrca das constituições e regras de qualquer Congregação Religiosa ou Instituto aprovados (*Pen V*).

588. *O pároco pode comutar, ou conceder dispensa a respeito da lei do jejum e da abstinência?*

Firme ficando a faculdade dos Bispos de per si para concederem dispensas, também o pároco, por justo motivo e em conformidade com as prescrições dos Ordinários, pode conceder, quer aos simples fiéis, quer às famílias de per si, a dispensa ou a comutação da abstinência e do jejum por outras obras pias (*Pen VII*).

589. *O superior religioso pode conceder a mesma dispensa para seus súditos?*

Das mesmas faculdades goza o Superior de uma Casa Religiosa ou de um Instituto clerical, para com seus súditos (*Pen VII*).

590. *A observância das leis eclesiásticas do jejum e da abstinência satisfazem o preceito divino, que nos ordena a penitência?*

A Santa Mãe Igreja, embora sempre tenha tutelado de maneira particular a abstinência de carne e o jejum, todavia quer indicar na tríade tradicional

"oração-jejum-caridade" os modos fundamentais para obedecer ao preceito divino da penitência (*Pen*).

591. *Como podemos atuar, em nossos dias, segundo as diferentes situações dos fiéis, o triplice dever de: oração, jejum e caridade?*

Onde quer que seja maior o bem-estar econômico, dever-se-á, de preferência, dar um testemunho de ascese, a fim de que os filhos da Igreja não sejam envolvidos pelo espírito do "mundo" (Rom 12, 2), e ao mesmo tempo dever-se-á dar um testemunho de caridade para com os irmãos que sofrem na pobreza e na fome, para além de qualquer barreira de nações e de continentes; em vez disso, nos países onde o teor de vida é mais apertado, será mais aceito ao Pai e mais útil aos membros do Corpo de Cristo que — enquanto procuram por todos os meios promover uma melhor justiça social — os cristãos ofereçam, na oração, seu sofrimento ao Senhor, em íntima união com a Cruz de Cristo (*Pen*).

12. TERCEIRO MANDAMENTO GERAL DA IGREJA

"Confessar-se ao menos uma vez por ano e comugnar na Páscoa".

a — Confissão

592. *Com que espírito os fiéis devem confessar-se?*

Submeter de coração contrito à Igreja no sacramento da Penitência os próprios pecados, de tal modo que se convertam cada vez mais ao Senhor, lem-

brados das suas palavras: "Fazei penitência, porque o Reino dos céus está próximo" (Mt, 4, 17) (PO 5).

593. *Por que o período litúrgico da Quaresma se apresenta, de maneira toda especial, propício para satisfazer a obrigação de confessar-se ao menos uma vez por ano, se temos caído em pecado mortal?*

Sobretudo através da recordação do Batismo ou sua preparação e por meio da penitência, prepara os fiéis para a celebração do mistério pascal, ouvindo com mais frequência a palavra de Deus e entregando-se à oração com mais insistência (SC 109).

b — Comunhão

594. *A Igreja recomenda a comunhão, especialmente durante a Santa Missa?*

Recomenda-se muito vivamente aquela mais perfeita participação na Missa, pela qual os fiéis, depois da Comunhão do sacerdote, recebem do mesmo sacrifício o Corpo do Senhor (SC 55).

595. *Qual meta devem atingir os fiéis através da participação do mistério Pascal e da Comunhão Eucarística?*

Os fiéis, por meio da Eucaristia, conheçam e vivam cada vez mais perfeitamente o mistério pascal, de modo a formarem um Corpo bem compacto na unidade da caridade de Cristo (CD 15).

13. QUARTO MANDAMENTO GERAL DA IGREJA

"Socorrer a Igreja nas suas necessidades segundo as leis de costume".

596. *Como se pode contribuir, segundo o espírito de caridade da Igreja, para as necessidades do mundo contemporâneo?*

Não se dê aos homens o escândalo de haver algumas nações geralmente de maioria cristã, na abundância, enquanto outras não têm sequer o necessário para viver e são atormentadas pela fome, pela doença e por toda a espécie de misérias. Pois o espírito de pobreza e de caridade são a glória e o testemunho da Igreja de Cristo.

São, por isso, de louvar e devem ser ajudados os cristãos, sobretudo jovens, que se oferecem espontaneamente para ir em ajuda dos outros homens e povos (GS 88).

597. *Deve-se contribuir para as necessidades das missões?*

Estas igrejas, não raro situadas nas regiões mais pobres do globo vêem-se ainda a braços com insuficiência, ordinariamente muito grave, de sacerdotes, e com falta de subsídios materiais. Por isso, têm muitíssima necessidade de que a ação missionária continuada da Igreja inteira lhes subministre os socorros que servem, antes de mais, para o desenvolvimento da igreja local e para a maturidade da vida cristã. Esta ação missionária deve atender também

às igrejas fundadas há longa data que se encontram em estado de retrocesso ou decadência (AG 19).

598. *Para com os irmãos separados é oportuna a colaboração no plano material?*

Visto que nos nossos tempos largamente se estabelece a cooperação no campo social, todos os homens são chamados a uma obra comum, mas com maior razão os que crêem em Deus, sobretudo todos os cristãos assinalados com o nome de Cristo (UR 12).

599. *De que modo devemos contribuir para as iniciativas e as necessidades da própria diocese?*

Favoreçam-se as várias formas de apostolado e, em toda a diocese e em cada uma das suas partes, a coordenação e a união íntima de todas as obras apostólicas sob a direção do Bispo, de maneira que todas as iniciativas e instituições de caráter catequético, missionário, caritativo, social, familiar e escolar, e qualquer outro trabalho com finalidade pastoral, tenham um desenvolvimento harmônico, o que ao mesmo tempo fará sobressair mais a unidade da diocese (CD 17).

600. *Os fiéis devem socorrer os sacerdotes e outros membros do clero nas suas necessidades?*

Onde não se tiver provido de outra maneira à justa remuneração dos sacerdotes, os mesmos fiéis em cujo benefício trabalham, têm verdadeira obriga-

ção de procurar os meios necessários para que os sacerdotes levem uma vida digna e honesta (PO 20).

601. *É necessário ajudar as escolas católicas?*

O sagrado Concílio exorta veementemente tanto os Pastores da Igreja como os fiéis que, não omitindo nenhum sacrifício, ajudem as escolas católicas na realização cada vez mais perfeita do seu múnus, e, antes de mais, remediando as necessidades daqueles que são pobres de bens temporais ou privados do auxílio e do afeto da família ou desprovidos do dom da fé (GE 9).

602. *É necessário ajudar as iniciativas católicas no campo dos meios de comunicação social?*

Como absolutamente não convém aos filhos da Igreja tolerar inativos que a palavra da salvação seja acorrentada por obstáculos técnicos e financeiros, sem dúvida enormes, que são próprios de tais meios, este sagrado Concílio admoesta sobre a obrigação de apoiar e auxiliar os jornais católicos, as revistas, as empresas cinematográficas, as estações e transmissões de rádio e de televisão, cujo fim primário seja divulgar e defender a verdade, e trabalhar pela formação cristã da sociedade humana. Da mesma forma convidada com insistência as associações e homens individualmente que em assuntos econômicos e técnicos gozam de grande autoridade, a apoiarem de bom grado e largamente, com seus bens e sua competência estes meios, a fim de que sirvam realmente à cultura e ao apostolado (IM 17).

603. *Por que o Concílio manda celebrar em toda a Igreja, todos os anos o dia dos meios de comunicação social?*

Para que o multiforme apostolado da Igreja a respeito dêsses meios de comunicação social, se consolide eficazmente em todas as dioceses do mundo, segundo o parecer dos Bispos, celebre-se um dia no qual os fiéis sejam instruídos sobre suas obrigações nesta matéria, e sejam convidados a rezar por esta causa e a contribuir com suas ofertas para este fim, ofertas que serão cuidadosamente aplicadas ao sustento e incremento das instituições e iniciativas promovidas pela Igreja neste setor, conforme às necessidades do orbe católico (IM 18).

14. QUINTO MANDAMENTO GERAL DA IGREJA:

“Não celebrar solenemente o casamento nos tempos proibidos”.

604. *Nos tempos proibidos (Advento e Quaresma) é permitida a Missa para os cônjuges?*

Quando o Matrimônio é celebrado durante a Missa, celebre-se sempre a Missa votiva “pro Sponsis”, também nos tempos proibidos. As comemorações sejam feitas de acordo com as prescrições das rubricas (Lit-Instr 71).

605. *A bênção dos nubentes durante a missa é permitida também nos tempos proibidos?*

A bênção nupcial durante a Missa, seja sempre concedida, também nos tempos proibidos e também

se um cônjuge ou ambos contraissem novas núpcias (*Lit-Instr* 73).

606. *Com que espírito deve ser celebrado o casamento nos tempos proibidos?*

Se o Matrimônio fôr celebrado em tempo proibido, o pároco convida os esposos a respeitar o caráter particular do tempo litúrgico em que se encontram (*Lit-Inst* 75).

QUARTA PARTE

A REALIZAÇÃO DA SALVAÇÃO

A REALIZAÇÃO DA SALVAÇÃO

a — A situação atual

607. *Qual a situação atual da Igreja em relação à história da salvação?*

Já chegamos ao fim dos tempos (cf. 1 Cor 10, 11), a renovação do mundo está irrevogavelmente decretada e vai-se realizando em certo modo já neste mundo: de fato, a Igreja possui já na terra uma santidade verdadeira, embora imperfeita. Até que haja céus novos e nova terra, em que habite a justiça (cf. 2 Pdr 3, 13), a Igreja peregrina leva consigo — nos seus sacramentos e nas suas instituições, que pertencem à idade presente — a figura dêste mundo que passa. Vive entre as criaturas, que gemem e sofrem as dores do parto até agora, suspirando pela manifestação dos filhos de Deus (cf. Rom 8, 19-22) (LG 48).

b — O juízo

608. *Em que consiste o juízo particular a que cada um de nós deverá submeter-se depois da morte?*

Compareceremos todos “perante o tribunal de Cristo, a fim de cada um ser remunerado pelas obras da vida corporal, consoante houver praticado o bem ou o mal” (2 Cor 5, 10) (LG 48).

609. *Em que consiste o juízo universal no fim do mundo?*

No fim do mundo “aquêles que tiverem feito boas obras ressuscitarão para a vida e os que tiverem pra-

ticado o mal hão de ressuscitar para a condenação” (Jo 5, 29; cf. Mt 25, 46) (LG 48).

c — O nôvo mundo

610. *Quando será o fim do mundo e o que acontecerá então?*

Ignoramos o tempo em que a terra e a humanidade atingirão a sua plenitude, e também não sabemos que transformação sofrerá o universo. Porque a figura dêste mundo, deformada pelo pecado, passa certamente, mas Deus ensina-nos que se prepara uma nova habitação e uma nova terra, na qual reinará a justiça e cuja felicidade satisfará e superará todos os desejos de paz que se levantam no coração dos homens. Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo e aquilo que foi semeado na fraqueza e corrupção, revestir-se-á de incorruptibilidade; permanecendo a caridade e as suas obras, tôdas as criaturas que Deus criou para o homem serão libertadas da escravidão da vaidade (GS 39).

611. *A expectativa dêste nôvo mundo deve enfraquecer a solicitude em ordem aos bens desta terra?*

É-nos lembrado que de nada serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se a si mesmo se vem a perder. A expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes, ativar a solicitude em ordem a desenvolver esta terra, onde cresce o Corpo da nova família humana, que já consegue apresentar uma certa prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, embo-

ra o progresso terreno se deva cuidadosamente distinguir do crescimento do Reino de Cristo, todavia, na medida em que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao Reino de Deus (GS 39).

612. *Que relação existe entre os bens desta vida e os que encontraremos no nôvo mundo de Cristo?*

Todos os bens da dignidade humana, da comunhão fraterna e da liberdade, fruto da natureza e do nosso trabalho, depois de os termos difundido na terra, no Espírito do Senhor e segundo o seu mandamento, voltaremos de nôvo a encontrá-los, mas então purificados de qualquer mancha, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal: "reino de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz". Sôbre a terra, o Reino já está misteriosamente presente; quando o Senhor vier, atingirá a perfeição (GS 39).

d — O estabelecimento da salvação

613. *O mundo consegue a salvação por meio da Igreja?*

Ao ajudar o mundo e recebendo dêle ao mesmo tempo muitas coisas, o único fim da Igreja é o advento do Reino de Deus e o estabelecimento da salvação de todo o gênero humano. E todo o bem que o povo de Deus pode prestar à família dos homens durante o tempo da sua peregrinação deriva do fato que a Igreja é "o sacramento universal da salvação", manifestando

e atuando simultaneamente o mistério do amor de Deus pelos homens (GS 45).

614. *O mundo atinge a salvação em Cristo?*

O próprio Verbo de Deus, por quem tudo foi feito, fêz-se homem, para, homem perfeito, a todos salvar e tudo recapitular. O Senhor é o fim da história humana, o ponto para onde tendem as aspirações da história e da civilização, o centro do gênero humano, a alegria de todos os corações e a plenitude das suas aspirações. Foi Ele que o Pai ressuscitou dos mortos, exaltou e colocou à sua direita, estabelecendo-o juiz dos vivos e dos mortos. Vivificados e reunidos no seu Espírito, caminhamos em direção à consumação da história humana, a qual corresponde plenamente ao seu desígnio de amor: “recapitular tôdas as coisas em Cristo, tanto as do céu como as da terra” (Ef 1, 10).

O próprio Senhor o diz: “Eis que venho em breve, trazendo comigo a minha recompensa, para dar a cada um segundo as suas obras. Eu sou o alfa e o ômega, o primeiro e o último, o começo e o fim” (Apoc 22, 12-13) (GS 45).

ÍNDICES

*(Índice cronológico — Índice sistemático
Índice dos trechos escolhidos)*

ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS COLIGADOS COM O CONCÍLIO, E DOS DOCUMENTOS CONCILIARES.

Preliminares

— 28 de outubro de 1958 — O Cardeal Angelo José Roncalli, patriarca de Veneza, é eleito Papa, com o nome de João XXIII.

— 25 de janeiro de 1959 — O Papa João XXIII anuncia, pela primeira vez, aos Cardeais reunidos na Basílica de São Paulo, a idéia de realizar um Concílio.

Fase ante-preparatória

— 17 de maio de 1959 — Constitui-se a comissão ante-preparatória, sob a presidência do Cardeal Secretário do Estado Domingos Tardini, sendo-lhe dado por secretário o Mons. Péricles Felice. — Consultam-se os Bispos de todo o mundo e ainda outras numerosas altas personalidades eclesiásticas. — Chegam a Roma as respostas a respeito dos argumentos a serem tratados no Concílio.

— 24-31 de janeiro de 1960 — Celebração do I° Sinodo Diocesano de Roma.

Fase preparatória

— 5 de junho de 1960 — Com o motu proprio “Superno Dei nutu” são constituídos os órgãos preparatórios do Concílio isto é: 10 comissões (a décima primeira foi constituída no dia 10 de novembro de 1960) e 3 secretariados. No vértice está a comissão central, presidida pelo Papa e coadjuvada por 4 sub-comissões.

— 19 de março de 1961 — Com a carta apostólica “Le Voci”. O Papa João XXIII proclama São José padroeiro do Concílio Vaticano II.

— 25 de dezembro de 1961 — Com a bula “*Humanae salutis*”, João XXIII convoca oficialmente o Concílio, para o ano de 1962.

— 2 de fevereiro de 1962 — Com o motu próprio “*Consilium diu*”, o Papa fixa para o dia 11 de outubro de 1962, festa da Divina Maternidade de Maria, a data de abertura do Concílio.

Fase Conciliar

— 11 de outubro — 8 de dezembro de 1962. — Primeiro período do Concílio. São instituídas dez comissões, dois secretariados, uma comissão coordenadora, uma comissão técnico-organizadora. O Concílio, após a sessão pública de abertura, efetua 36 Congregações gerais (a sessão de conclusão do I. Período conciliar, não é considerada pública). Não foi promulgado nenhum documento.

— 3 de junho de 1963 — Morre o Papa João XXIII.

— 21 de junho de 1963 — O Cardeal João Batista Montini, Arcebispo de Milão, é eleito Papa, com o nome de Paulo VI.

— 29 de setembro — 4 de dezembro de 1963 — Segundo período do Concílio. Além da sessão pública de abertura, dão-se 43 Congregações gerais. Na sessão pública de conclusão (a terceira do Concílio) são promulgados dois documentos: I) A Constituição “*Sacrosanctum Concilium*”, sobre a liturgia. Votantes: 2152, votos favoráveis 2147; II) O decreto “*Inter Mirifica*”, Sobre os instrumentos de comunicação social. Votantes 2131, votos favoráveis 1960.

— 4 — 6 de janeiro de 1964 — Viagem de Paulo VI à Palestina e seu encontro em Jerusalém com o Patriarca Ortodoxo de Constantinopla, Atenágoras.

— 25 de janeiro de 1965 — Motu proprio “*Sacram Liturgiam*” de Paulo VI, determinando que entrem em vigor algumas normas da reforma litúrgica.

— 6 de agosto de 1964 — Encíclica “*Ecclesiam suam*” de Paulo VI (a encíclica do diálogo).

— 14 de setembro — 21 de novembro de 1964 — Terceiro período do Concílio. Além da sessão pública de a-

bertura, dão-se outras 48 Congregações gerais. Na sessão pública de conclusão (a quinta do Concílio) são promulgados três documentos: I) Constituição dogmática "Lumen Gentium", sobre a Igreja. Votantes 2156, votos favoráveis 2151; II) o decreto "Unitatis redintegratio" sobre ecumenismo. Votantes 2149, votos favoráveis 2110; III) O decreto "Orientalium Ecclesiarum", sobre as Igrejas católicas orientais. Votantes 2148, votos favoráveis 2137. Durante o discurso de conclusão, Paulo VI proclamou Maria SSma. "Mãe da Igreja".

— 26 de setembro de 1964 — A Sagrada Congregação dos Ritos emana a "Instrução para a aplicação exata da Constituição sobre a Sagrada Liturgia".

— 2 — 5 de dezembro de 1964 — Viagem de Paulo VI para o Congresso Eucarístico de Bombaim.

— 7 de março de 1965 — Entra em vigor a Instrução sobre a Liturgia. Entre outras coisas, vem introduzida a Missa em língua vernácula.

— 14 de setembro — 8 de dezembro de 1965 — Quarto período do Concílio. Além da sessão pública de abertura dão-se 41 Congregações gerais. Dia 15 de setembro, durante a primeira Congregação geral deste período (Centésima vigésima oitava de todo o Concílio), Paulo VI emana o motu proprio "Apostolica sollicitudo" com o qual é instituído o Sínodo dos Bispos. Na sessão pública de 28 de outubro, (a sétima do Concílio), são promulgados cinco documentos: 1) o decreto "Christus Dominus" sobre o munus pastoral dos Bispos. Votantes 2322, votos favoráveis 2319; 2) O decreto "Perfectae caritatis" sobre a renovação da vida religiosa. Votantes 2325, votos favoráveis 2321; 3) O decreto "Optatam totius" sobre a formação sacerdotal. Votantes 2321, votos favoráveis 2318; 4) A declaração "Gravissimum educationis" sobre a educação. Votantes 2325, votos favoráveis 2290; 5) A declaração "Nostrae aetate" sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs. Votantes 2310, votos favoráveis 2221. Na sessão pública de 18 de novembro (a oitava do Concílio) são promulgados dois documentos: 1) A constituição dogmática "Dei Verbum", sobre a divina revelação. Votantes 2350, votos favoráveis 2344; 2) O decreto "Apostolicam actuositatem" sobre o apostolado dos lei-

gos. Votantes 2342, votos favoráveis 2340. Na sessão pública de 7 de dezembro (a nona do Concílio) são promulgados quatro documentos: 1) A declaração "Dignitatis Humanae", sobre a liberdade religiosa. Votantes 2384, votos favoráveis 2308; 2) O decreto "Ad gentes" sobre a atividade missionária da Igreja. Votantes 2399, votos favoráveis 2394; 3) O decreto "Presbyteriorum ordinis", sobre o ministério e a vida sacerdotal. Votantes 2394, votos favoráveis 2390; 4) A constituição pastoral "Gaudium et spes", sobre a Igreja no mundo contemporâneo. Votantes 2391, votos favoráveis 2309. Na mesma sessão pública de 7 de dezembro, com a declaração comum feita em nome de Paulo VI e do Patriarca Atenágoras, foram absolvidas as excomunhões existentes, desde 1054, entre as duas Igrejas, de Roma e de Constantinopla. Dois documentos (o breve apostólico "Ambulate in dilectione" de Paulo VI e um "Thomos" sinodal do Patriarca Atenágoras) consagram este primeiro passo, a caminho da reconciliação. Com a sessão pública de conclusão, de 8 de dezembro (a décima do Concílio), e com a promulgação do breve apostólico "In Spiritu Sancto" de Paulo VI, o Concílio Ecumênico Vaticano II (vigésimo primeiro na história bimilenar da Igreja) põe termo a sua atividade.

— 3 — 5 de outubro de 1965 — No curso do quarto período conciliar ocorre a viagem de Paulo VI a ONU.

— 7 de dezembro de 1965 — Com o motu proprio "Integrae servandae" Paulo VI modifica a denominação da Sagrada Congregação do Santo Ofício. De ora em diante passa a chamar-se: Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé.

Fase pós-conciliar

3 — de janeiro de 1966 — Com o motu proprio "Fini Concilio" Paulo VI institui os órgãos pós-conciliares com o fim de realizar o que ficou estabelecido pelo Concílio Vaticano II. Estes órgãos são:

Comissão central para a coordenação dos trabalhos das outras comissões e para a interpretação dos decretos conciliares;

— Comissão para os Bispos e para o governo das dioceses;

— Comissão para os Religiosos;

— Comissão para o apostolado dos Leigos;

— Comissão para a educação cristã;

— Comissão para as missões;

— Conselho para a aplicação da constituição litúrgica;

— Comissão para os instrumentos de comunicação social;

— Comissão para a revisão do Código de Direito Canônico;

— Secretariado para a união dos cristãos;

— Secretariado para os não cristãos;

— Secretariado para os descrentes.

— 17 de fevereiro de 1966 — Com a constituição apostólica "Poenitemini", Paulo VI promulga as novas normas sobre a prática da penitência, que entram em vigor a partir da quarta-feira das Cinzas, 23 de fevereiro.

— 18 de março de 1966 — Com a instrução "Matrimonii Sacramentum", a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé publica as novas normas sobre os matrimônios mistos.

— 23 — 24 de março de 1966 — Encontram-se, em Roma, Paulo VI e o Arcebispo Anglicano de Canterbury, Michael Ransley. Publica-se uma declaração comum "Hac in urbe Roma — In this city of Rome" sobre as relações entre a Igreja Católica Romana e as Igrejas da Comunhão Anglicana.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

NOTA: O número entre parênteses indica a pergunta relativa deste catecismo.

INTRODUÇÃO

I. — O HOMEM DE HOJE E SEUS PROBLEMAS

- mundo atual (1)
- homem (2)
- sociedade (3)
- atitudes (4)

2. — AS RESPOSTAS DAS RELIGIÕES, DA IGREJA, DO CONCÍLIO

A) *A religião*

- homem e religião (5)
- a religião em si (6)
- a religião em nossos dias (7)

B) *As religiões não relacionadas com Abraão*

- Induísmo (8)
- Budismo (9)
- idolatria (10)
- outras religiões atuais (11)
- juízo sobre as religiões atuais (12)

C) *As religiões relacionadas com Abraão*

- Islamismo (13)
- Cristianismo e Islamismo (14)
- Hebraísmo (15)
- os Hebreus e a morte de Cristo (16)
- as perseguições contra os Hebreus (17)
- os cristãos e os Hebreus (18)

D) *A verdadeira religião*

- reconhecimento (19)
- revelação divina da religião (20)
- ensinamento da Igreja a esse respeito (21)
- salvação de quem não conhece a Deus ou a verdadeira religião (22)
- motivo (23)

PRIMEIRA PARTE

DEUS E A NOSSA SALVAÇÃO

I. — A PALAVRA DE DEUS

A) *A revelação natural* (24)

B) *A revelação sobrenatural*

- seu fim (25)
- sua relação com a revelação natural (26)
- seu desenvolvimento (27)
- seus destinatários (28)
- Cristo sujeito da revelação (29)

C) *A transmissão da revelação sobrenatural*

- formas da transmissão (30)
- sua vida na Igreja (31)
- Tradição e Sagrada Escritura (32)
- unidades das mesmas (33)
- a inspiração dos autores sagrados (34)
- a canonicidade da Sagrada Escritura (35)
- a inerrância da Sagrada Escritura (36)
- a interpretação da revelação sobrenatural (37)
- a interpretação da Sagrada Escritura (38)
- excelência dos Evangelhos (39)
- veneração da Sagrada Escritura (40)
- leitura da Sagrada Escritura (41)
- exclusão de outras revelações públicas (42)
- dever de anunciar a revelação (43)
- formas de pregação (44)
- relação entre mensagem, tempos e ambientes (45)

2. — A CONVERSÃO DO HOMEM

A) *fé*

- em si mesma (46)
- a graça da fé (47)
- liberdade do ato de fé (48)
- seu aprofundamento (49)
- seus efeitos na vida (50)
- profissão de fé (51)

B) *A esperança*

- em si mesma (52)
- seus efeitos na vida (53)

C) A conversão

- como início (54)
- como caridade inicial (55)

3. — A SALVAÇÃO EM ATO: AÇÃO DO PAI

A) O plano de salvação

- no complexo (56)
- a ação do Pai (57)

B) A criatura humana

- a criação do homem na Sagrada Escritura (58)
- o pecado original (59)
- a vitória sobre a morte (60)
- que é o homem (61)

4. — A SALVAÇÃO EM ATO: AÇÃO DO FILHO

- missão (62)
- encarnação (63)
- revelação (64)
- ofícios (65)
- presença entre nós (66)
- necessidade (67)

5. — A SALVAÇÃO EM ATO: AÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

- missão (68)
- início de sua ação (69)

6. — A SALVAÇÃO EM ATO: A COLABORAÇÃO DE MARIA

- seus privilégios (70)
- sua cooperação (71)
- maternidade espiritual (72)
- Maria e Cristo, único mediador (73)
- Maria, assunta ao céu e rainha (74)
- Maria e a Igreja (75)

7. — A SALVAÇÃO EM ATO: A IGREJA

A) Que é a Igreja

- na Igreja está a verdadeira religião (76)
- o nome (77)
- fundação (78)
- origem (79)
- missão (80)
- A Igreja como povo de Deus (81-84)
- a Igreja como sacramento (85)

- a Igreja como corpo Místico de Cristo (86-88)
- sociedade e Corpo místico (89)
- realidade divino-humana (90)
- a Igreja como Comunhão dos Santos (91)
- necessidade (92)
- imagens bíblicas da Igreja (93-97)
- a Igreja mãe e virgem (98)
- unicidade e características: una, santa, católica, apostólica (99)

B) *A Igreja é una*

a) *significado*

- vontade de Cristo (100)
- fundamento (101)

b) *as divisões na Igreja*

- danos (102)
- existência desde a antiguidade (103)

c) *participação da Igreja*

- membros plenamente incorporados (104)
- membros separados (105)
- comunidades separadas (106)
- situação das mesmas (107)

d) *ecumenismo*

- movimento ecumênico (108)
- essência do ecumenismo (109)
- comunicação nas coisas sagradas (110-112)
- conversões (113-114)

C) *A Igreja é santa*

a) *significado*

- a esposa de Cristo (115)
- santidade dos cristãos (116)
- chamado universal à perfeição (117)

b) *o pecado na Igreja*

- os pecadores (118)
- diferença entre a Igreja e Cristo (119)

c) *a penitência*

- vocação à penitência (120)
- eclesialidade da penitência (121)

- os sacramentos da penitência (122)
- vida e penitência (123)

d) o martírio (124)

e) os conselhos evangélicos e a vida religiosa

- natureza dos conselhos evangélicos (125)
- profissão dos conselhos: os religiosos (126)
- virtude e voto de castidade (127)
- virtude e voto de pobreza (128)
- virtude e voto de obediência (129)
- a vida comum (130)
- o testemunho dos religiosos (131)
- os religiosos e a Igreja (132)
- os religiosos, os clérigos e os leigos (133)
- o estado religioso (134)
- a profissão religiosa (135)
- profissão religiosa e personalidade humana (136)
- profissão religiosa e sociedade (137)
- vida religiosa e autoridade eclesiástica (138)
- renovação e adaptação (139-141)
- religiosos e vida pastoral (142)
- os monges (143)
- os religiosos de vida contemplativa (144)
- os religiosos de vida apostólica (145)
- os religiosos leigos (146)
- os institutos seculares (147)

D) A Igreja é católica

a) significado

- totalidade (148)
- variedade de participação (149)
- variedade de estrutura (150)
- universalidade (151)
- complementação e plenitude (152)
- conseqüências (153)

b) dinamismo católico: a missão

- razões (154)
- urgência (155)
- expressões (156)
- respostas às aspirações humanas (157)
- lugar na história da salvação (158)

c) formas do dinamismo católico: as missões

- o que são (159)

- relações com outras atividades da Igreja (160)
- método (161)
- fim (162)
- cooperação (163-164)
- os missionários (165)

E) A Igreja é apostólica

a) significado

- origem (166)
- apostolicidade (167)
- apostolado (168)
- perenidade da apostolicidade (169)
- distinções e igualdade (170)
- os carismas (171)

b) a Igreja universal: Papa e Bispos

- o fundamento hierárquico (172)
- o Papa (173-174)
- os Bispos (175-176)
- a participação deles nos ofícios de Cristo (177-180)
- necessidade dos mesmos (181)
- paralelo com os apóstolos (182)
- a escolha dos bispos (183)
- colegialidade dos bispos e seu exercício (184-190)
- Papa e Bispos no colégio episcopal (191)
- Bispos e igrejas particulares (192-194)
- Colaboração com o Papa na Sínodo dos Bispos (195-196)
- agrupamento de igrejas (197-204)
- Bispos e autoridade civil (205)
- Bispos e sociedade (206)
- Bispos coadjutores (207-209)
- o Bispo castrense (210)

c) o magistério e a infalibilidade

- o magistério da Igreja (211-212)
- o carisma de infalibilidade (213)
- participação dos fiéis (214)
- acatamento ao magistério da Igreja (215)

d) a Igreja particular

- seu mistério (216)
- sua legitimidade (217)
- legitimidade das igrejas particulares do Oriente (218)

- direitos e deveres das igrejas particulares do Oriente (219-220)
- governo das dioceses (221)
- a paróquia (222-224)

e) os Sacerdotes

- missão (225-227)
- ofício eclesiástico (228)
- participação dos sacerdotes nos ofícios de Cristo (229-231)
- o breviário (232)
- o celibato (233-234)
- os Sacerdotes e o Bispo (235-236)
- os Sacerdotes e os outros homens (237)
- Sacerdotes, trabalhos e bens temporais (238-240)
- as vocações sacerdotais (241-242)

f) os Diáconos (243-245)

g) os Leigos

- quem são (246)
- sua participação nos ofícios de Cristo (247-250)
- seus direitos e deveres (251-252)

h) o apostolado dos leigos

- vocação dos leigos na Igreja (253)
- vocação especial (254)
- necessidade (255)
- atualidade e urgência (256)
- os leigos e o mundo (257-259)
- apostolado da mulher (260)
- apostolado dos jovens (261)
- apostolado das crianças (262)
- formas de apostolado dos leigos (263)
- apostolado individual (264-265)
- apostolado de associação (266-267)
- formas de apostolado de associação (268-272)
- formação para o apostolado (273-276)

F) Outras características da Igreja

a) a Igreja é livre

- liberdade interna (277)
- liberdade em relação à sociedade civil (278-279)

b) a Igreja é perseguida (280)

- c) a Igreja é pacífica (281)
- d) a Igreja é peregrina
 - no mundo (282)
 - na história (283)
 - significado de tal peregrinação (284)

SEGUNDA PARTE

OS MEIOS DE SALVAÇÃO

1. — A LITURGIA EM GERAL

A) A obra da salvação

- no passado (285-286)
- no presente (287-288)

B) a Liturgia

- descrição (289)
- significado (290)
- relação com a liturgia celeste (291)
- relação com a atividade da Igreja (292-293)
- relação com a vida espiritual (294)
- eficácia (295)
- modo de tal eficácia (296)
- outras práticas de piedade (297-298)
- o direito litúrgico (299)
- palavra e rito (300-301)
- a Sagrada Escritura e a Liturgia (302)
- língua latina e língua vulgar (303)
- carácter comunitário (304)
- participação (305-307)
- Bispo e Liturgia (308)
- paróquia e Liturgia (309)
- outros participantes (310)
- variedade dos ritos (311)
- adaptação (312)
- as ações sagradas dos irmãos separados (313)
- o movimento litúrgico (314)
- atuação do plano da salvação (315)

2. — A MISSA, OS SACRAMENTOS E OS SACRAMENTAIS

A) Em geral

- sinais e instrumentos de salvação (316)
- atitude dos fiéis (317)
- instituição dos sacramentos (318)

- santificação de toda a vida (319)
- importância da Eucaristia (320)

B) O batismo

- os catecúmenos (321-322)
- o sacramento (323-324)

C) A confirmação

- o sacramento (325)
- relação com o Batismo (326)
- administração (327)

D) A Eucaristia

a) como sacrifício

- fim (328)
- celebração (329)
- participação dos fiéis (330)

b) como Comunhão

- nome (331)
- debaixo das duas espécies (332)
- jejum eucarístico (333)

E) A Penitência (334)

F) A Unção dos enfermos

- o sacramento (335)
- sujeitos (336)

G) A Ordem

- o sacramento (337)
- a ordenação episcopal (338)
- o sacerdócio ministerial (339-340)
- o sacerdócio dos fiéis (341)

H) O Matrimônio

I) Os Sacramentais

- administração (343)
- os funerais (344)
- a sepultura (345)

L) A "Celebração da Palavra de Deus" (346-347)

3. — OFÍCIO DIVINO E O ANO LITÚRGICO

A) Ofício Divino

- origem e fundamento (348)

- significado e celebração (349)
- missão (350)
- tempo (351)
- outros executores (352)
- recomendação aos Leigos (353)

B) O Ano litúrgico

- significado (354)
- data da Páscoa (355)
- festas de Nossa Senhora (356)
- festas dos santos (357)
- função formativo-ascética (358)
- ordem das festas (359)

4. — CANTO, MÚSICA E ARTE SACRA

A) Canto e música

- valor e significado (360)
- formas admitidas (361)
- cantos populares (362)
- instrumentos musicais (363)
- recomendação aos músicos (364)

B) Arte

- arte religiosa e arte sacra (365)
- estilos artísticos (366)
- recomendação aos artistas (367)

TERCEIRA PARTE

A LEI DA SALVAÇÃO

1. — OS MANDAMENTOS DE DEUS E A CONSCIÊNCIA DO HOMEM

A) A norma de vida

- a lei divina (368)
- a ordem moral objetiva (369)

B) A consciência

- a lei na consciência (370)
- o que é a consciência (371)
- respeito pela consciência (372)
- direitos e deveres da consciência (373)

C) O maior dos mandamentos (374)

2. — PRIMEIRO MANDAMENTO DO DECALOGO

*Eu sou o Senhor teu Deus
não terás outro Deus fora de mim.*

A) *Reconhecer e adorar a Deus (375)*

B) *O ateísmo*

- formas (376-378)
- responsabilidade (379)
- atitude da Igreja (380)
- remédios (381)

C) *O culto de Nossa Senhora (282-383)*

D) *O culto dos Santos (384-386)*

E) *O culto das relíquias e das imagens (387)*

3. — SEGUNDO MANDAMENTO DO DECALOGO

Não tomar o Santo Nome de Deus em vão

- o louvor a Deus (388)
- expressões de louvor a Deus (389)

4. — TERCEIRO MANDAMENTO DO DECALOGO

Santificar os domingos e festas de guarda

A) *O culto externo*

- deveres e legitimidade (390)
- respeito (391)

B) *O tempo livre*

- direitos (392)
- emprêgo (393)

5. — QUARTO MANDAMENTO DO DECALOGO

Honrar pai e mãe

A) *Pessoa e sociedade*

- vocação social (394)
- relações (395)
- vínculos (396)
- socialização (397)
- mudanças (398)
- importância das obrigações sociais (399)
- os cristãos e as obrigações sociais (400)

B) A família

- missão do cônjuges e dos filhos (401)
- deveres dos cônjuges (402)
- deveres dos filhos (403)
- deveres da sociedade com respeito à família (404)
- deveres da sociedade para com os sem família (405)

C) A educação

- definição (406)
- conteúdo (407)
- a educação cristã (408)
- direito de educar (409)
- direito de educar cristãmente (410)
- os pais, primeiros educadores (411-412)
- a sociedade educadora (413)
- a Igreja educadora (414-415)

D) A escola

- sua importância (416)
- a escola católica (417-420)
- a presença da Igreja nas escolas não católicas (421)
- direitos e deveres dos pais (422-424)
- deveres dos ensinantes (425-426)
- deveres da sociedade civil (427-428)

E) A comunidade política nacional

- origem e função (429)
- o bem comum (430)
- o bem comum e as pessoas (431)
- a autoridade (432)
- originada em Deus (433)
- limites da autoridade (434-435)
- mudança de regime (436)
- Igreja e comunidade política (437-440)
- deveres dos cidadãos (441-443)
- deveres dos partidos (444)
- diálogo e tolerância (445-446)
- fins da ação política (447)
- educação civil e política (448)

F) A comunidade política internacional

- o bem comum (449)
- igualdade dos homens (450)
- a contribuição da Igreja (451)

- a ordem internacional (452)
- a contribuição da Igreja (453)
- G) *Deveres para com a comunidade dos falecidos* (454)

6. — QUINTO MANDAMENTO DO DECALOGO

Não matar

A) *O nosso próximo*

- respeito (455-456)
- ação caritativa (457-459)
- lesão dos seus direitos (460)
- liberdade (461)
- diálogo com todos (462-467)
- o erro e o errador (468)
- perdão das injúrias (469)

B) *A liberdade religiosa*

- direitos (470)
- motivo (471)
- fundamento (472)
- direitos das famílias e das comunidades (473-474)
- reconhecimento e tutela (475-476)

C) *O aperfeiçoamento do homem*

a) a realidade terrena

- significado (477)
- autonomia (478-479)
- ordem (480)
- uso (481)

b) atividade humana e cultura

- bondade da atividade humana (482-483)
- atividade humana e Deus (484)
- significado da cultura (485)
- novo humanismo (486-488)
- autonomia da cultura (489)
- integridade da cultura (490)
- purificação da atividade humana (491)
- origem e fim da atividade humana (492)
- normas da atividade humana (493)
- normas da cultura (494)

D) *A paz e a guerra*

a) a paz (495)

b) a guerra

- limites de legitimidade (496)
- convenções (497)
- crimes (498)
- serviço militar (499)
- escrupulosos (500)
- armamentos (501)
- guerra total (502-503)

c) a pacificação

- as garantias da paz (504)
- o desarmamento (505)
- impedir a guerra (506)

7. — SEXTO E NONO MANDAMENTOS DO DECALOGO

Não pecar contra a castidade

Não desejar a mulher do próximo

A) A educação ao amor (507)

B) Os noivos (508)

C) O matrimônio

- natureza (509)
- fins e propriedades (510)
- elevação sobrenatural (511)
- o amor conjugal (512)
- a procriação da prole e as questões conexas (513-520)

D) A viuvez (521)

8. — SÉTIMO E DÉCIMO MANDAMENTOS DO DECALOGO

Não roubar

Não cobiçar as coisas alheias

A) Os bens e a propriedade

a) os bens da terra (522)

b) a propriedade privada

- legitimidade (523)
- função social (524)
- propriedade privada e propriedade pública (525)
- abusos (526)
- direito à propriedade (527-529)

B) Atividade econômica

- o desenvolvimento econômico (530)
- normas (531)
- controle (532)
- contribuição (533)
- danos (534)
- desigualdades (535)
- incerteza (536)

C) O trabalho

- importância (537)
- segundo a fé (538)
- direitos e deveres (539-540)
- remuneração (541)
- organização (542)
- participações (543-544)
- associações (545)
- conflitos e greves (546-547)

D) A cooperação econômica internacional

- necessidade (548)
- espírito cristão (549)

9. — OITAVO MANDAMENTO DO DECALOGO

Não levantar falso testemunho

A) A verdade

- dever de procurá-la (550)
- modo de procurá-la (551)

B) A informação

- utilidade e necessidade (552)
- direito e exercício (553-554)

C) A opinião pública (555)

D) Os instrumentos de comunicação social

- importância (556)
- benefícios (557)
- danos (558)
- uso (559)
- o mal moral (560)
- direito e deveres da Igreja (561)
- deveres da autoridade civil (562)
- responsabilidade dos pais (563)

- deveres dos profissionais (564)
- deveres dos receptores (565)
- formação dos receptores (566-567)
- uso apostólico (568-569)
- apostolado da imprensa (570)
- apostolado do cinema (571)
- apostolado do rádio e televisão (572)
- apostolado do teatro (573)
- peritos no apostolado (574)
- eficácia do apostolado (575)
- fim do apostolado (576)

10. — PRIMEIRO PRECEITO GERAL DA IGREJA

Ouvir missa nos domingos e festas de guarda

- que é o domingo (577)
- como participar na Santa Missa (578)

11. — SEGUNDO PRECEITO GERAL DA IGREJA

Não comer carne nas sexta-feiras e nos outros dias de abstinência, e jejuar nos dias prescritos

- leis sobre a penitência (579)
- dias de penitência (580)
- violação (581)
- tempo de abstinência e tempo de jejum (582)
- leis sobre a abstinência (583)
- leis sobre o jejum (584)
- idade (585-586)
- observâncias particulares (587)
- dispensa e comutação (588-589)
- tríade: "oração-jejum-caridade" (590-591)

12. — TERCEIRO PRECEITO GERAL DA IGREJA

Confessar-se ao menos uma vez por ano e comungar pela Páscoa

A) Confissão

- frequência e espírito (592)
- período da Quaresma (593)

B) Comunhão

- recomendação da Igreja (594)
- relação com o mistério pascal (595)

13. — QUARTO PRECEITO GERAL DA IGREJA

Socorrer às necessidades da Igreja contribuindo segundo as leis e os costumes

- contribuição para as necessidades do mundo (596)
- contribuição para as missões (597)
- cooperação com os irmãos separados (598)
- contribuição para a diocese (599)
- contribuição para o clero (600)
- contribuição para as escolas católicas (601)
- contribuição para o apostolado dos instrumentos de comunicação social (602-603)

14. — QUINTO PRECEITO GERAL DA IGREJA

Não celebrar solenemente os casamentos nos tempos proibidos

- Missa (604)
- bênção (605)
- espírito da celebração (606)

QUARTA PARTE

O COMPLEMENTO DA SALVAÇÃO

A) *A situação atual*

B) *O juízo*

- particular (608)
- universal (609)

C) *O mundo nôvo*

- o fim dêste mundo (610)
- esperando o mundo nôvo, compromissos terrenos (611)
- vida terrena e mundo nôvo (612)

D) *O conseguimento da salvação*

- na Igreja (613)
- em Cristo (614)

INDICE DOS TRECHOS ESCOLHIDOS DOS DOCUMENTOS E UTILIZADOS NO CATECISMO

N. B. a) A ordem dos documentos é a sistemático-cronológica: antes as constituições, depois os decretos e as declarações, segundo a data da promulgação. Por último, os documentos não conciliares.

b) O primeiro número indica o artigo do documento conciliar; o segundo (o grupo de números) indica a pergunta (ou perguntas) do presente Catecismo. Essa, às vezes reproduz o artigo citado integralmente, outras vezes só em parte.

c) Nenhum trecho dos documentos conciliares foi utilizado mais de uma vez no decorrer deste Catecismo.

Constituição «Sacrosanctum Concilium» sobre a sagrada Liturgia.		32	307
		33	301
		35	300
		36	303
		37	312
2	290	41	308
	315	42	222
4	311	43	305
5	286	47	314
	285	48	328
	79	55	330
6	287		594
	388	56	332
7	66	57	578
	288	59	329
	289		316
	298	60	317
8	291	61	318
9	292	71	319
	31	13	326
10	293	79	336
	295	81-82	343
	296	83	344
11	291	84	348
12	297	85	349
13	299	94	350
22	302	98	351
24	304	100	352
26	305	102	353
27	306	103	354
28	310	104	356
29			357

105	358		217
106	577		149
108	359	14	92
109	593		104
111	387		322
112	360	15	105
116	361	16	19
118	362		22
120	363	18	172
121	364	19	166
122	365	20	169
123	366		175
127	367		181
Apen.	355	21	176
		22	338
Constituição dogmática			184
«Lumen Gentium»			186
sobre a Igreja.			187
			185
			188
			189
1	85		190
2	57	23	191
3	62		192
4	68		197
	81	25	177
5	78		215
	80	26	213
6	93		178
	94		216
	95	27	179
	96	28	180
	97		337
7	86	29	340
	331		243
	87		244
	88	31	245
8	89		246
	90		238
	99	32	131
	280		150
	119	33	170
	284		253
9	82	34	254
	77	35	247
10	83	36	248
	389		250
	341		258
11	325		257
	334	37	400
	335		251
	342	38	252
12	84	39	259
	214	40	115
	171		116
13	148	42	117
	65		55
	151	43	124
	153		125
			133

44	135		1
	132	5	575
45	138	6	398
	134	7	7
46	136	8	3
	137	10	2
48	607		4
	608		21
	609	12	58
49	91	13	59
50	454	14	61
	384	15	576
51	385	16	370
	386		371
53	70	17	461
59	74	18	60
60	73	19	375
61	71		376
62	72		379
63	75	20	377
64	98		378
66	382	21	380
69	383		19
Nota expl.	182		53
			381
		22	64
Constituição dogmática			23
«Dei verbum» sôbre a		24	394
divina Revelação.		25	395
			396
			397
2	27	26	449
3	28		431
4	29	27	455
	42		460
5	46	28	467
	47		468
	49		469
6	25	29	450
	24	30	399
	26	34	482
7	30		483
8	31		484
	32	35	492
9	33		493
10	37	36	478
11	35		479
	34	37	491
	36	39	610
12	38		611
18	39		612
21	40	40	282
26	41	42	451
		43	118
Constituição pastoral		45	613
«Gaudium et spes» sôbre			614
a Igreja no mundo con-		48	509
temporâneo.			510
			511
4	283		403

	521	Decreto «Unitatis re-	
	508	dintegration» sôbre o e-	
49	512	cumenismo.	
	507		
	514		
50	513	1	102
	515	2	100
	516		101
51	517	3	103
	518		107
	519		313
50	502		106
	513		152
51	501	4	108
52	506		113
	505		277
53	504	8	179
54	452		110
55	548	52	404
57	520		405
58	596	53	485
	459	54	486
59	453		847
92	463		487
	464	58	45
	465	59	494
	466		489
		61	490
			393
		64	530
			531
		65	532
			533
			534
1	556		535
2	557	66	536
	558		537
3	212	67	538
	561		539
	569		540
4	559		541
5	552		542
	554		392
6	369		543
7	560	68	544
8	555		545
9	565		546
10	563		547
	567		522
11	564	69	527
12	562		528
13	568		529
14	570	71	523
	571		525
	572		526
	573		524
15	574		549
16	566	72	429
17	602	74	430
18	603		

14	442
	446
15	263
16	264
17	265
18	266
	267
19	268
20	269
24	271
	270
	272
29	275
30	273
	274
31	276

**Decreto «Ad gentes»
sôbre a atividade missionária da Igreja.**

1	154
	155
2	56
3	63
4	69
6	159
	162
	156
	160
8	157
	67
9	158
10	161
11	462
12	456
13	54
14	321
19	597
23	165
36	163
	164
41	249

**Decreto «Presbyterorum
Ordinis» sôbre o ministério e a vida sacerdotal.**

1	225
2	339
3	237
4	229
	44
5	230
	320
	592
	232
6	231
8	236
10	226
15	227

16	234
	233
17	240
20	239
	600
	228

Declaração «Gravissimum educationis» sôbre a educação cristã.

1	409
	406
	407
2	410
	408
3	411
	412
	413
	414
4	415
5	416
	425
6	422
	427
	428
7	421
	423
8	417
	419
	420
	426
	424
9	601
10	418

Declaração «Nostra aetate» sôbre as relações da Igreja com as religiões não cristãs.

1	5
2	6
	8
	9
	11
	12
3	13
	14
4	15
	18
	16
	17
5	281

**Declaração «Dignitatis
Humanae» sôbre a liberdade religiosa.**

1	20
	76
	550

2	470
	475
	471
	472
3	368
	551
	372
	390
	391
4	474
5	473
6	476
7	373
10	48
13	278
	279
14	211
12	
Instrução sobre a	
cremação.	
	345
Instrução sobre a	
Liturgia.	
37	346
38	347
71	604
73	605
75	606

Concessão sobre o je- jum eucarístico.

333

Motu Proprio sobre o Sínodo dos Bispos

196

Constituição sobre a Peni- tência.

120

121

122

123

590

591

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

I

II

II

II

III

III

IV

IV

V

VII

VII

§1

§1

§2

§1

§2

REFORMA DO SANTO OFÍCIO E NOVAS NORMAS PARA A CENSURA DOS LIVROS

Reproduzimos os trechos principais do Motu Proprio de Paulo VI "Integrae servandae", de 7 de dezembro de 1965, com o qual dispôs a reorganização da Sagrada Congregação do Santo Ofício. Assim iniciou a reforma da cúria romana pedida pelo Concílio no Decreto "Christus Dominus", sobre o ofício pastoral dos Bispos, art. 9 e 10.

Além da mudança de nome (o Santo Ofício passou a chamar-se "Congregação para a Doutrina da Fé"), o novo estatuto prevê diversas novidades. Entre elas: ação, não mais só de controle, mas sobretudo de impulso nas iniciativas doutrinárias (n. 4); consultará obrigatoriamente os ordinários (nn. 4, 5, 8); concederá faculdade de defesa aos autores incriminados (n. 5) e aos réus contra a dignidade do Sacramento da Penitência (n. 8); haverá escolha mais ampla de consultores e peritos (n. 10); fará distinção entre processo judiciário e processo administrativo, o que mudará radicalmente o modo de proceder da Congregação (n. 11); será abolido o segredo do regulamento interno da Congregação (n. 12).

Mas, porque o amor perfeito mane o temor (1 Jo 4, 18), a proteção da fé será agora melhor assegurada por um organismo encarregado de promover a doutrina, o qual dará novas forças aos arautos do Evangelho, mesmo corrigindo os erros e reconduzindo com doçura ao bom caminho aqueles que dêste se afastaram. Por outro lado, o progresso da cultura humana, cuja importância para a religião não deve ser descurada, faz com que fiéis sigam mais plenamente e com mais amor as diretrizes da Igreja se virem bem a razão de ser das definições e das leis, pelo menos tanto quanto isto é possível em matéria de fé e de costumes.

Por isso, para que essa sagrada Congregação se desobrigue mais perfeitamente da tarefa que lhe incumbe,

isto é, de promover a sã doutrina e o cumprimento, pela Igreja, de suas mais importantes tarefas de apostolado, em virtude da Nossa Suprema Autoridade Apostólica havemos decididos o que segue, em mira a lhe mudar o nome e o regulamento:

1. Essa Congregação, que até agora se chamava Sagrada Congregação do Santo Ofício, chamar-se-á doravante Congregação para a Doutrina da Fé. Terá como tarefa tutelar a doutrina da fé e dos costumes no universo católico inteiro.

2. Presidida pelo Sumo Pontífice, será dirigida por um Cardeal-Secretário, assistido por um Assessor, por um Substituto e por um Promotor de Justiça.

3. Sua competência estende-se a tôdas as questões que tocam a doutrina da fé e dos costumes, ou estão ligadas com a fé.

4. Examina as doutrinas e as opiniões novas seja qual fôr a maneira como são difundidas, e suscita estudos a êste respeito. Favorece os congressos científicos condena as doutrinas que se comprovam contrárias aos princípios de fé, porém, depois de ouvir a opinião dos Bispos locais, se a êstes disserem repeito o assunto.

5. Examina com cuidado os livros que lhe foram indicados e, se preciso, condena-os, mas depois de ouvir o autor, dando-lhe a possibilidade de se defender mesmo por escrito e após haver prevenido o Ordinário dêle, como já estava isto previsto na constituição "Sollicita ac provida" do Nosso Predecessor Bento XIV, de feliz memória.

6. Compete-lhe igualmente conhecer, de direito ou de fato das questões relativas ao privilégio da fé.

7. Compete-lhe julgar dos delitos contra a fé, segundo o processo ordinário.

8. Deve velar por manter a dignidade do sacramento da Penitência, segundo as normas corrigidas e aprovadas que serão comunicadas aos Ordinários dos lugares e o acusado terá possibilidade de se defender ou de escolher um

advogado entre os que são aprovados perante a Congregação.

9. Mantém as oportunas relações com a Pontifícia Comissão Bíblica.

10. A Congregação é assistida por Consultores escolhidos pelo Sumo Pontífice entre os que, no mundo inteiro se assinalaram pela sua ciência, prudência e experiência. Se o requerer a questão tratada, peritos poderão juntar-se aos Consultores. Estes últimos serão escolhidos sobretudo entre os professores de Universidades.

11. A Congregação emprega quer o processo administrativo, quer o processo judiciário, conforme a natureza da questão a tratar.

12. O regulamento interno da Congregação será tornado público por uma instrução especial.

Ordenamos que tudo o que por Nós foi prescrito neste motu proprio seja firme e ratificado, não obstante quaisquer coisas em contrário.

Dado em Roma, junto a São Pedro, a 7 de dezembro de 1965, terceiro ano do nosso pontificado.

Paulus PP. VI

ÍNDICE DOS LIVROS PROIBIDOS

O "Índice dos livros proibidos", publicado pela última vez em 1948, teve sua origem em 1557. Foi sucessivamente reformado por Paulo IV, pelo Concílio de Trento, por Bento XIV e por Leão XIII. Em 1870, no Concílio Vaticano I, foi pedida uma nova redação. Em 1960 — João XXIII convocou um comitato especial para revisoná-lo. Com a "Notificação" da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, datada de 14 de junho de 1966, da qual daremos uma nossa tradução, o Índice (como afirma o "L'Osservatore Romano" de 15 de junho de 1966) "não tem mais valor jurídico de lei eclesiástica com as sanções anexas contra os livros proibidos e contra quem os lê, conserva, e difunde; mas resta em pleno vigor o seu significado e seu valor moral. Isto é, o Índice chama a atenção de tôdas as consciências cristãs para o dever de evitar, segundo as exigências do direito natural, a leitura dos livros perigosos para a fé e os costumes".

Desde então, são os Bispos e as Conferências Episcopais, em comunhão com a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, que controlam as publicações reprovando as más e promovendo as boas. A Santa Sé se arroga o direito de intervir direta e públicamente só nos casos extremos.

Após a publicação de 7 de dezembro de 1965, da Carta Apostólica *motu proprio* "Integrae servandae", chegaram a Santa Sé muitas perguntas sobre a sorte do Índice dos livros proibidos do qual a Igreja até então, se serviria para salvaguardar, segundo o mandamento divino, a integridade da fé e dos costumes.

Para responder a essas perguntas a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, em comunhão com o Papa, anunciou que o Índice conserva o seu valor moral, porquanto ensina a consciência dos fiéis a evitar, se-

gundo a exigência do direito natural, a leitura dos escritos que podem pôr em perigo a fé e os bons costumes; o Índice, porém, diz a S. Congregação, não tem mais valor da lei eclesística com as sanções anexas.

A Igreja, portanto presta confiança na maturidade de consciência dos fiéis, sobretudo dos autores e editores católicos e dos formadores da juventude; espera na vigilante solicitude dos Ordinários e das conferências episcopais, os quais têm o direito e o dever de controlar, prevenir e, se necessário, reprovam a má imprensa

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, inspirada na Carta Apostólica "*Integrae servandae*" e nos decretos do Concílio Vaticano II, entrará em contato com os Ordinários, se fôr necessário, para cooperar com eles na assiduidade no julgar as obras publicadas, no promover a sã cultura contra a malsã, colaborando também com os Institutos e Universidades.

Dando-se o caso que surjam doutrinas ou opiniões contrárias à fé e aos princípios da moral, de qualquer maneira divulgadas, e seus autores depois de convidados com humanidade a corrigirem-se, negarem-se, então a Santa Sé usará de seu direito e dever de reprovam publicamente seus escritos, com o fim de providenciar, com a necessária firmeza, para o bem das almas.

Enfim, será estudado um modo adequado para que o juízo da Igreja sobre as obras publicadas chegue ao conhecimento dos fiéis.

DISPOSIÇÕES SOBRE OS MATRIMÔNIOS MISTOS

Dão-se duas espécies de matrimônios mistos: uma, em que um dos cônjuges é batizado católico e o outro é batizado, mas não católico; segunda, em que um dos cônjuges é batizado católico e o outro segue uma religião não cristã. Os matrimônios mistos da primeira espécie são proibidos pelo chamado "impedimento de mista religião". Não obstante a proibição, uma vez contraído, não perde a validade. Os matrimônios mistos da segunda espécie são proibidos pelo chamado "impedimento de desigualdade de culto", impedimento êsse que torna inválido um matrimônio assim contraído. A Instrução da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, "Matrimonii sacramentum", emanada em 18 de março de 1966, da qual publicamos a parte dispositiva, confirma em linha de princípio os dois impedimentos dos matrimônios mistos, mas introduz também importantes mitigações no plano prático. Entre elas: reconhece-se aos Ordinários locais a faculdade de dispensar dos dois impedimentos (introdução); a promessa de educar catolicamente os filhos, que deve ser feita pelo cônjuge não católico, não é preciso ser feita por escrito (I, 4); concede-se ao ministro religioso não católico de intervir, após a cerimônia católica, com palavras augurais e orações (V); fica cancelada, também com efeito retroativo, a excomunhão para quem celebra o matrimônio diante de ministro não católico (VII).

Por isso, depois de consultados os sagrados Pastores interessados na questão e depois de tudo atentamente considerado, continuando firmes em sua vigência os dois impedimentos de religião mista e de disparidade de culto concedida porém, aos Ordinários dos lugares a faculdade de dêles dispensar nos têrmos da Carta Apostólica "Pastorale Munus", n. 19 e 20, desde que existam causas graves e se observem as prescrições legais ressalvadas a legislação própria das Igrejas Orientais, por autoridade do Papa Paulo VI ficam estabelecidas as seguintes normas, as quais, se da experiência receberem sufrágio po-

sitivo, serão definitivamente inseridas no Código de Direito Canônico, que está em vias de revisão.

1. — 1) Sempre se tenha presente que é necessário afastar do cônjuge católico o perigo para sua fé, e que se impõem diligente cuidado pela educação católica da prole.

2) O Ordinário do lugar e o pároco da parte católica hão de inculcar, em termos graves, a obrigação de providenciar-se o batismo e da educação na religião católica da futura prole. O cumprimento desta obrigação há de ser assegurado por promessa expressa ou por cauções a ser pedidas à própria parte católica.

3) A parte católica, por sua vez, com tôda delicadeza, mas em termos claros, deve ser informada a respeito da doutrina católica sobre a dignidade do matrimônio, principalmente sobre suas principais propriedades, quais são a unidade, a indissolubilidade. A mesma parte acatólica deve ainda ser lembrada a grave obrigação que a parte católica tem de defender conservar e professar a própria fé, e de nela batizar e educar os filhos que venham a nascer.

E já que a fidelidade a esta obrigação precisa ser posta a salvo, o próprio cônjuge acatólico seja convidado a prometer, aberta e sinceramente, que não levantará obstáculos quaisquer ao cumprimento dêsse dever. E se a parte acatólica achar que, sem ferir os ditames da própria consciência, não pode fazer tal promessa, o Ordinário do lugar informe a Santa Sé sobre os pormenores do caso

4) Como norma geral, estas promessas se façam por escrito. Compete, porém, ao Ordinário do lugar estabelecer, quer em geral quer para cada caso, se a dita promessa da parte católica, ou da parte acatólica, ou de ambas as partes, precisa ou não ser feita por escrito assim como a éle compete determinar a forma de sua inserção nos documentos matrimoniais.

II. — Se em algum lugar, como em certas regiões vez por outra acontece, fôr verdade a educação católica da prole, mesmo por vontade livre dos cônjuges que por leis ou costumes dos povos, à obediência dos quais os

cônjuges não podem se subtrair, o Ordinário do lugar, depois de tudo atentamente ponderado, poderá dispensar dêste impedimento, contanto que a parte católica esteja pronta, na medida de suas possibilidades, a tudo fazer para que todos os filhos nascidos sejam batizados e educados catolicamente, e desde que conste da boa vontade da parte acatólica. Concedendo tais facilidades, a Igreja também alimenta esperança de que um dia venham a ser abolidas as leis civís contrárias à liberdade humana, quais são as que vedam a educação católica da prole ou o exercício da religião católica de tal forma que também nesta matéria se respeitem os imperativos do direito natural.

III. — Na celebração dos matrimônios mistos deve-se observar a forma canônica nos termos do cân. 1094, e isto para a validade. Se, porém, surgirem dificuldades o Ordinário informe à Santa Sé sobre o caso e suas circunstâncias.

IV. — Quanto à forma litúrgica, derogados os cânones 1102 §2 e 1109 §3, concede-se aos Ordinários dos lugares a faculdade de permitir, na celebração dos próprios matrimônios mistos, os ritos sagrados com as costumeiras bênçãos e homilia.

V. — É absolutamente necessário evitar a celebração do matrimônio perante um sacerdote católico e um ministro acatólico, que realizam simultaneamente seu próprio rito. Nada impede, porém, que finda a cerimônia religiosa o ministro acatólico manifeste suas congratulações e dirija uma exortação, assim como juntamente com os acatólicos sejam rezadas algumas preces. Tudo isso, no entanto, se faça de acôrdo com o Ordinário, do lugar, depois de tomadas as oportunas providências para evitar qualquer perigo de estranheza.

VI — Os Ordinários dos lugares e os párocos vigiem atentamente para que as famílias procedentes de matrimônios mistos vivam santamente segundo as promessas feitas, sobretudo no que respeita à formação da doutrina e dos costumes católicos nos filhos.

VII. — Fica ab-rogada a excomunhão prevista no cân. 2319 §1, contra os que contraem matrimônio perante um ministro acatólico. Os efeitos desta ab-rogação valem também para o passado.

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA E EDITORA S. PAULO
Estrada Federal BR - 116 - Km 125,5
CAXIAS DO SUL - RS.
Outubro de 1967

3

4

5



“Devemos olhar para o Concílio com gratidão para com Deus e com confiança para o futuro da Igreja; êle será o grande CATECISMO dos tempos novos” (Paulo VI).